



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

PROJETO DE LEI Nº 16/2022.

**CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL AOS
VENCIMENTOS DOS SERVIDORES
PÚBLICOS MUNICIPAIS E AGENTES
POLÍTICOS, NOS TERMOS DO ART. 37, X, DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEM ALTA, ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO;** faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a
seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo e Legislativo Municipal autorizados a conceder revisão geral anual aos vencimentos dos servidores públicos municipais, inclusive, aqueles vinculados ao SAAE e IPREVA, e aos subsídios dos agentes políticos, nos termos do art. 37, X, da Constituição Federal;

Art. 2º O percentual da revisão geral anual para os servidores públicos municipais e para os subsídios dos agentes políticos será o correspondente às perdas inflacionárias medidas pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor – Amplo, no período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021, no percentual de 10,06% referente ao ano de 2021, calculado sobre o respectivo vencimento e subsídio.

Art. 3º Os vencimentos que, mesmo com a aplicação do percentual de que o trata o art. 2º desta Lei, ficarem com valor inferior ao Salário Mínimo Nacional serão complementados até atingir este valor.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão por conta do orçamento vigente, suplementada se necessário.

**Rua Zildio Moschen, 22, Centro - Vargem Alta - Espírito Santo- Telefones: (28) 3528-1900
CEP: 29295-000
CNPJ 31.723.570/0001-33**



Autenticar documento em <http://www.cmva.es.gov.br/autenticidade>
com o identificador 31003400350039003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº
2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/03/2022.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Alta-ES, 24 de março de 2022.



ELIESER RABELLO

Prefeito Municipal

Rua Zildio Moschen, 22, Centro - Vargem Alta - Espírito Santo- Telefones: (28) 3528-1900
CEP: 29295-000
CNPJ 31.723.570/0001-33



Autenticar documento em <http://www.cmva.es.gov.br/autenticidade>
com o identificador 31003400350039003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº
2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

MENSAGEM

EXCELENTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE E EXCELENTÍSSIMOS SENHORES VEREADORES.

Encaminhamos à Vossa Excelência e, por seu intermédio, aos ilustres Pares na Câmara Municipal, o apenso Projeto de Lei que **“CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL AOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E AGENTES POLÍTICOS, NOS TERMOS DO ART. 37, X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**.

O presente Projeto de Lei estabelece o índice de 10.06% para concessão da Revisão Geral Anual correspondente às perdas inflacionárias medidas pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor – Amplo, no período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021, calculado sobre o respectivo vencimento ou subsídio.

A presente medida se faz justa, possível e legal para a recomposição salarial proposta, levando em consideração, a situação econômica do Município de Vargem Alta, conforme Relatório de Impacto Financeiro em anexo.

A revisão geral anual será concedida, indistintamente, aos servidores públicos, em cumprimento ao disposto no inciso X, do Art.37, da Constituição Federal.

Além disso, nos termos da Portaria nº MF 464/2018, art. 40, da CF/88 e arts. 1º, §1º e art. 69, da LRF, segue a documentação contábil-orçamentária.

Ressalta-se que o estudo atuarial em anexo foi elaborado com base no índice inflacionário acumulado entre 2019 e 2021, uma vez que a intenção inicial era a concessão de revisão levando-se em conta todo o período. Entretanto, após estudo contábil, verificou-se que se o município agisse de tal maneira haveria comprometimento da despesa com pessoal e as demais propostas que devem ser encaminhadas, em especial, a reforma administrativa ficariam inviabilizadas.

Logo, se o estudo feito com o percentual maior indicava que não haveria déficit atuarial, a concessão em percentual menor segue a mesma lógica.

Rua Zildio Moschen, 22, Centro - Vargem Alta - Espírito Santo- Telefones: (28) 3528-1900
CEP: 29295-000
CNPJ 31.723.570/0001-33



Autenticar documento em <http://www.cmva.es.gov.br/autenticidade>
com o identificador 31003400350039003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA *Estado do Espírito Santo*

No mesmo sentido, para servir de subsídio as Comissões desta casa, segue ainda, o último estudo previdenciário, elaborado nos termos do art. 25, §1º, da Portaria nº MF 464/2018, que também considera quando da sua elaboração a hipótese de taxa real de crescimento da remuneração decorrente de reajustes gerais a serem concedidos.

Por fim, salienta-se que, nos termos da jurisprudência do TCEES, em especial, o decidido no Parecer Consulta TC 013/2017, a competência privativa para propor projeto de lei que preveja a revisão geral anual para todos os agentes públicos estejam estes alocados aos quadros do Poder Executivo, do Poder Judiciário ou do Poder Legislativo, e, inclusive, de seus agentes políticos, pertence ao chefe do Poder Executivo de cada um dos entes federativos, devendo esta ser realizada sempre na mesma data e sem distinção de índices, ainda que os demais poderes (Legislativo e Judiciário) tenham estrutura organizacional e plano de cargos e salários.

Por isso, segue também em anexo, impacto financeiro desta casa legislativa.

Diante do exposto, Senhora Presidente, submetemos o presente Projeto de Lei à consideração de Vossa Excelência e nobres Edis, esperando que o mesmo venha a merecer uma acolhida favorável, em virtude de ser um projeto de relevante interesse público na valorização do servidor público e que a intenção é que o pagamento aconteça na folha salarial deste mês de modo retroativo, **solicitando sua tramitação nos termos do artigo 52 da Lei Orgânica Municipal.**

Reiteramos, na oportunidade, a Vossa Excelência e a seus Pares, os nossos protestos de estima e consideração.

Vargem Alta-ES, 24 de março de 2022.



ELIESER RABELLO

Prefeito Municipal

Rua Zildio Moschen, 22, Centro - Vargem Alta - Espírito Santo- Telefones: (28) 3528-1900
CEP: 29295-000
CNPJ 31.723.570/0001-33



Autenticar documento em <http://www.cmva.es.gov.br/autenticidade>
com o identificador 31003400350039003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Vargem Alta

Dezembro – 2021



RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

Prefeitura Municipal de Vargem Alta

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Vargem Alta

Perfil Atuarial II

Data focal: 31/12/2021

Nota Técnica Atuarial – NTA nº 2021.000228.1

Atuário responsável: Richard M. Dutzmann

Registro MIBA nº 935

Versão 01

Elaborada em: 28/02/2022



SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente estudo reúne informações fornecidas pela unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS relativas às características biodemográficas e administrativas da massa de segurados, associadas às demais informações de ordem financeira e administrativa do RPPS, aplicando procedimentos preconizados pela legislação vigente com a finalidade de demonstrar a situação financeira e atuarial do plano de benefícios previdenciários e estabelecer as bases necessárias à perseguição do equilíbrio financeiro e atuarial do plano.

Considerando a utilização do LDA – Limite do Deficit Atuarial, calculado pela duração do passivo do fundo, o deficit a ser equacionado passa a ser R\$ 39.392.375,88, resultando numa condição superavitária da ordem de R\$ 13.959.726,54 (demonstrada no item **9.2**).

O desenvolvimento do relatório expõe em detalhes o quadro que retrata o momento do plano de benefícios, assim resumido:

RESULTADO ATUARIAL	R\$
Ativos Garantidores do Plano	50.157.862,85
Provisões Matemáticas	111.267.581,98
Compensação Previdenciária	7.203.417,84
RESULTADO ATUARIAL -	53.906.301,29

RESULTADO ATUARIAL	Valores com as alíquotas vigentes
Superavit	0,00
Reserva de Contingência	0,00
Reserva para Ajuste do Plano	0,00
Deficit	-53.906.301,29
Deficit Equacionado:	-53.352.102,42
Valor Atual do Plano de Amortização do Deficit Atuarial estabelecido em lei	-53.352.102,42
Valor Atual da Cobertura de Insuficiência Financeira	0,00
Deficit Atuarial a Equacionar	-554.198,87



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
1.1 OBJETIVO.....	7
1.2 ENTIDADES MANTENEDORAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS.....	7
2. BASE NORMATIVA.....	8
2.1 NORMAS GERAIS.....	8
2.2 NORMAS DO ENTE FEDERATIVO.....	8
3. PLANO DE BENEFÍCIOS E CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE.....	9
3.1 BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS.....	9
3.2 CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE.....	9
3.3 CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE.....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
4. REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO.....	13
4.1 REGIMES FINANCEIROS UTILIZADOS.....	13
4.2 MÉTODO DE FINANCIAMENTO UTILIZADO NA CAPITALIZAÇÃO.....	13
4.3 RESUMO DOS REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO POR BENEFÍCIO.....	14
5. HIPÓTESES ATUARIAIS E PREMISSAS.....	15
5.1 TÁBUAS BIOMÉTRICAS – HIPÓTESES BIOMÉTRICAS.....	15
5.2 ALTERAÇÕES FUTURAS NO PERFIL E COMPOSIÇÃO DAS MASSAS - HIPÓTESES DEMOGRÁFICAS.....	16
5.3 ESTIMATIVAS DE REMUNERAÇÕES E PROVENTOS - HIPÓTESES ECONÔMICAS.....	16
5.4 TAXA DE JUROS ATUARIAL - HIPÓTESES FINANCEIRAS.....	17
5.5 ENTRADA EM REGIME PREVIDENCIÁRIO E EM APOSENTADORIA.....	17
5.6 COMPOSIÇÃO DO GRUPO FAMILIAR.....	18
5.7 COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE REGIMES.....	18
5.8 DEMAIS PREMISSAS E HIPÓTESES.....	19
5.9 CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	20
6. ANÁLISE DA BASE CADASTRAL.....	22
6.1 DADOS FORNECIDOS.....	22
6.2 SERVIDORES AFASTADOS OU CEDIDOS.....	23
6.3 ANÁLISE DA QUALIDADE DA BASE CADASTRAL.....	23
6.4 PREMISSAS ADOTADAS PARA AJUSTE TÉCNICO DA BASE CADASTRAL.....	26
6.5 RECOMENDAÇÕES PARA A BASE CADASTRAL.....	27
7. RESULTADO ATUARIAL.....	28
7.1 BALANÇO ATUARIAL.....	28
7.2 ATIVOS GARANTIDORES E CRÉDITOS A RECEBER.....	30
7.3 PLANO DE AMORTIZAÇÃO VIGENTE.....	30
7.4 PROVISÕES MATEMÁTICAS.....	30
7.5 COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA - COMPREV.....	31
7.6 RESULTADO ATUARIAL DA AVALIAÇÃO DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO.....	32
7.7 VALOR ATUAL DAS REMUNERAÇÕES FUTURAS.....	32
8. CUSTOS E PLANO DE CUSTEIO.....	33
8.1 VALORES DAS REMUNERAÇÕES E PROVENTOS ATUAIS.....	33
8.2 CUSTOS E ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL VIGENTES EM LEI.....	33
8.3 CUSTOS E ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL CALCULADAS POR BENEFÍCIO, E CUSTEIO ADMINISTRATIVO.....	33
8.4 CUSTOS E ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL, CALCULADAS POR REGIME FINANCEIRO E CUSTEIO ADMINISTRATIVO.....	34
8.5 CUSTOS E ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL A CONSTAREM EM LEI.....	34
8.6 SITUAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE CUSTEIO.....	34



8.7	SITUAÇÃO DA REGULARIDADE DE REPASSE DE CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	34
9.	EQUACIONAMENTO DO DEFICIT ATUARIAL.....	35
9.1	PRINCIPAIS CAUSAS DO DEFICIT ATUARIAL.....	35
9.2	CENÁRIOS COM AS POSSIBILIDADES DE EQUACIONAMENTO DO DEFICIT ATUARIAL	35
9.3	VIABILIDADE FINANCEIRA, FISCAL E ORÇAMENTÁRIA DO PLANO DE CUSTEIO SUPLEMENTAR PROPOSTO.....	37
10.	CUSTEIO ADMINISTRATIVO	42
10.1	LEVANTAMENTO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS DOS ÚLTIMOS 3 ANOS	42
10.2	ESTIMATIVA DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO	42
10.3	RECOMENDAÇÕES DE MANUTENÇÃO OU ALTERAÇÃO DA FONTE DE CUSTEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	42
11.	ANÁLISE DO COMPARATIVO DAS ÚLTIMAS AVALIAÇÕES ATUARIAIS.....	43
11.1	EVOLUÇÃO QUANTITATIVA DO GRUPO SEGURADO	44
11.2	EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO.....	44
11.3	ÍNDICE DE COBERTURA.....	45
12.	AVALIAÇÃO E IMPACTOS DO PERFIL ATUARIAL DO RPPS.....	46
13.	PARECER ATUARIAL CONFORME DRAA	47
13.1	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO).....	47
14.	PARECER ATUARIAL CONCLUSIVO	49
14.1	INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DO PLANO	49
14.2	ADEQUAÇÃO DA BASE CADASTRAL	49
14.3	ADEQUAÇÃO DAS BASES TÉCNICAS UTILIZADAS	49
14.4	ADEQUAÇÃO DA METODOLOGIA UTILIZADA PARA DETERMINAÇÃO DO VALOR DA COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA A RECEBER E OS IMPACTOS NOS RESULTADOS	50
14.5	PLANO DE CUSTEIO A SER IMPLEMENTADO EM LEI.....	50
14.6	ADESÃO AOS PARÂMETROS PRECONIZADOS PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103/2019	50
14.7	CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	51
15.	ANEXOS.....	52



1. INTRODUÇÃO

Orientado pela legislação federal vigente e pela do ente federativo, que instituem e regulam o plano de benefícios previdenciários em exame, para se chegar à apresentação da situação do RPPS o estudo parte do recebimento de informações relativas aos participantes, encaminhadas pela unidade gestora do RPPS na forma de base cadastral transmitida por arquivo eletrônico obedecendo a modelo padronizado pela Secretaria de Previdência do Ministério da Economia.

Verifica-se a consistência da base de dados e sua adequação para tratamento estatístico e atuarial. Quando identificada a necessidade de esclarecimento ou complementação, o atuário solicita manifestação da unidade gestora, até que possa considerar aquela base adequada para a continuidade do estudo quanto à atualização, amplitude e consistência da coleção de dados.

Na segunda etapa as características do grupo são organizadas de modo a espelhar a distribuição de servidores ativos, aposentados, pensionistas e dependentes, apresentando- os associados por tipo de fundo formador de reservas, faixa etária, sexo, salários, proventos e pensões, atividade profissional, tempos de trabalho, tempo faltante para aposentadoria, tipo de benefício e outras tabulações de cunho estatístico que permitam a completa caracterização do corpo de segurados para os efeitos desejados pelo estudo. Nesta fase são consideradas as hipóteses e premissas biométricas, demográficas, econômicas e financeiras adotadas em conjunto pelo ente, unidade gestora e atuário e obedientes à regulamentação em vigor.

Finalmente, reúnem-se as informações de ordem financeira e administrativa referentes à estrutura e situação econômica do RPPS, também fornecidas pela unidade gestora em modelo estabelecido pela Secretaria de Previdência, alimentando cálculos voltados ao estabelecimento das dimensões dos compromissos assumidos para com o grupo segurado, confrontando-os com os recursos disponíveis e indicando a situação financeira e atuarial do RPPS.

À vista da situação exposta, será aqui apresentada a perspectiva do avaliador, concluindo por emitir parecer sobre a adequação da base cadastral e das bases técnicas utilizadas no estudo, o grau de sustentabilidade do plano e eventuais recomendações, visando estabelecer o rumo de busca do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.



1.1 Objetivo

A presente avaliação atuarial tem por objetivo determinar:

- o nível de contribuição dos segurados e do órgão empregador,
- o Fundo de Previdência necessário à manutenção dos benefícios previdenciários já concedidos e a conceder e
- a Evolução Provável das Despesas e Receitas Previdenciárias demonstrada pelo Fluxo Financeiro-Atuarial.

1.2 Entidades mantenedoras do plano de benefícios

CNPJ	Nome do Órgão
31.723.570/0001-33	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA
05.282.378/0001-49	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VARGEM ALTA
31.724.255/0001-20	SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
39.289.723/0001-98	CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA



2. BASE NORMATIVA

As condições, carências e os valores dos benefícios previdenciários assegurados estão de acordo com:

2.1 Normas gerais

- Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998
- Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003
- Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005
- Emenda Constitucional nº 103, de 13/11/2019
- Lei Federal nº 9.717, de 27/11/1998
- Lei Federal nº 10.887, de 18/06/2004
- Portaria MPS nº 402, de 10/12/2008
- Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013
- Portaria MF nº 464, de 19/11/2018, e instruções normativas dela decorrentes
- Portaria ME nº 1.348, de 03/12/2019
- Portaria ME nº 12.223, de 14/05/2020
- Portaria ME nº 14.762, de 19/06/2020
- Portaria ME nº 14.816, de 19/06/2020
- Portaria ME nº 18.084, de 29/07/2020
- Portaria ME nº 19.451, de 18/08/2020
- Portaria ME nº 21.233, de 23/09/2020
- Orientação Normativa nº 01, de 23/01/2007
- Orientação Normativa nº 02, de 31/03/2009

2.2 Normas do ente federativo

- Lei Complementar nº 08, de 03/05/2002
- Lei nº 1.312, de 01/07/2020
- Lei Orgânica nº 16, de 10/08/2020
- Lei Complementar nº 055, de 27/08/2020
- Lei Complementar nº 056, de 27/08/2020
- Lei Complementar nº 059, de 10/11/2021



3. PLANO DE BENEFÍCIOS E CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE

3.1 Benefícios previdenciários

a. Aposentadoria por Tempo de Contribuição:

Garantia de recebimento de proventos na forma estabelecida na legislação do ente federativo e obedecidas as condições de elegibilidade descritas no item **3.2**.

b. Aposentadoria por Idade:

Garantia de recebimento de proventos na forma estabelecida na legislação do ente federativo e obedecidas as condições de elegibilidade descritas no item **3.2**.

c. Aposentadoria por Invalidez / Incapacidade Permanente:

Garantia de recebimento de proventos proporcionais ao tempo de contribuição na forma descrita na legislação do ente federativo, devida ao participante que for considerado incapaz e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade no órgão ou entidade a que se vincule.

d. Pensão por Morte:

Importância mensal conferida ao conjunto de dependentes do servidor ativo ou do aposentado, quando do seu falecimento, calculada na forma definida na legislação do ente federativo, observadas eventuais limitações ao direito à percepção nela estabelecidas e conforme descrito no item **3.2.2**.

3.2 Condições de elegibilidade

Os benefícios de Aposentadoria Voluntária e Aposentadoria Compulsória foram separados em três grupos de servidores, conforme segue:

3.2.1 Aposentadoria

a. Servidores que preencheram os requisitos para aposentadoria até a data da promulgação da Emenda Constitucional nº 41 (19/12/2003)

- I - Ter 53 (cinquenta e três) anos ou mais de idade, se homem, e 48 (quarenta e oito) anos ou mais de idade, se mulher.
- II - Ter 5 (cinco) anos ou mais de efetivo exercício no cargo.



III - Ter o tempo de contribuição para a Previdência igual ou superior à soma de:

- 35 (trinta e cinco) anos, se homem, e 30 (trinta) anos, se mulher.
- Um período adicional equivalente a 20% do tempo que, no dia 16/12/1998, faltava para atingir o tempo constante na condição imediatamente acima.

Obs. 1: Professor na função de magistério, para efeito deste inciso **III**, terá na contagem de tempo de contribuição um adicional de 17%, se homem, e 20% se mulher, no tempo de serviço exercido até 15/12/1998.

Obs. 2: Magistrado, membro do Ministério Público e de Tribunal de Contas, para efeitos deste inciso **III**, terão na contagem de tempo de contribuição um adicional de 17% no tempo de serviço exercido até 15/12/1998.

b. Servidores que ingressaram no serviço público antes da Emenda Constitucional nº 20 (até 15/12/1998, sem direito adquirido)

I - Ter 53 (cinquenta e três) anos ou mais de idade, se homem, e 48 (quarenta e oito) anos ou mais de idade, se mulher.

II - Ter o tempo de contribuição para a Previdência igual ou superior à soma de:

- 35 (trinta e cinco) anos, se homem, e 30 (trinta) anos, se mulher.
- Um período adicional equivalente a 20% do tempo que, no dia 16/12/1998, faltava para atingir o tempo constante na condição imediatamente acima.

Obs. 1: Haverá um abatimento de 3,5% por ano de antecipação em relação às idades de 60 (sessenta) anos, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos, se mulher, caso o servidor complete os requisitos para aposentadoria até dezembro de 2005. Cumpridos os requisitos a partir de janeiro de 2006, o abatimento por ano de antecipação será de 5%.

Obs. 2: Professor na função de magistério, para efeito deste inciso **II**, terá na contagem de tempo de contribuição um adicional de 17%, se homem, e 20%, se mulher, no tempo de serviço exercido até 15/12/1998.

Obs. 3: Magistrado, membro do Ministério Público e de Tribunal de Contas, para efeitos deste inciso **II**, terão na contagem de tempo de contribuição um adicional de 17% no tempo de serviço exercido até 15/12/1998.

c. Atuais e futuros servidores que ingressarem no serviço público após 15/12/1998

c.1 Aposentadoria Plena



I - Ter 60 (sessenta) anos de idade e 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade e 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher.

II - Ter no mínimo 20 (vinte) anos de serviço público.

III - Ter 10 (dez) anos de carreira e 5 (cinco) anos ou mais de efetivo exercício no cargo.

Obs.: Se professor na função de magistério na educação infantil, ensino fundamental emélio, os quesitos do inciso **I** ficam reduzidos em 5 (cinco) anos.

c.2 Aposentadoria Proporcional ou Compulsória

Ter 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, ou 60 (sessenta) anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição; ou Aposentadoria Compulsória aos 75 (setenta e cinco) anos de idade.

d. Servidores que tenham ingressado no serviço público até 16/12/1998

Conforme a Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005, os servidores que tenham ingressado no serviço público até 16/12/1998 terão direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal ou pelas regras estabelecidas pelos arts. 2º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, podendo aposentar-se com proventos integrais, desde que preencham, cumulativamente, as seguintes condições:

I - Ter 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem, e 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher.

II - Ter 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício no serviço público, 15 (quinze) anos de carreira e 5 (cinco) anos no cargo em que se der a aposentadoria.

III - Ter idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites do art. 40, § 1º, inciso III, alínea “a” da Constituição Federal, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso **I**.

e. Abono de permanência

O servidor que tenha implementado os requisitos para obtenção da aposentadoria voluntária e os referentes às condições de elegibilidade e que opte por permanecer em atividade, fará jus a um abono equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, até completar as exigências para aposentadoria compulsória. O pagamento do abono de permanência é de responsabilidade do ente federativo e será devido a partir do cumprimento dos requisitos de obtenção do benefício, respeitada a prescrição quinquenal.



3.2.2 Pensão por Morte

O valor das pensões será igual aos proventos do aposentado falecido ou à remuneração do servidor ativo falecido, até o limite máximo do RGPS (Regime Geral de Previdência Social), acrescido de 70% da parcela excedente a este limite.



4. REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Segue estrutura utilizada para o cálculo do financiamento dos benefícios, ressaltando que a formulação consta da Nota Técnica Atuarial:

4.1 Regimes financeiros utilizados

a. Regime Financeiro de Capitalização (CAP)

Aplicável à Aposentadoria Especial, Aposentadoria por Idade, Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Pensão por Morte de já aposentado.

No regime de Capitalização as taxas de contribuição são determinadas com o objetivo de gerar receitas que, capitalizadas durante a fase ativa dos servidores, produzam os fundos garantidores dos benefícios, quando da aposentadoria.

b. Regime Financeiro de Repartição de Capital de Cobertura (RCC)

Aplicável à Aposentadoria por Incapacidade e Pensão por Morte de servidor ativo e de aposentado por incapacidade.

No regime de Repartição de Capital de Cobertura as taxas de contribuição são determinadas com o objetivo de produzirem receitas, no exercício, equivalentes aos fundos garantidores dos benefícios iniciados no mesmo exercício, não importando que os respectivos pagamentos se estendam aleatoriamente nos meses ou anos subsequentes.

4.2 Método de financiamento utilizado na capitalização

Crédito Unitário Projetado (PUC) - método pelo qual se financia o Valor Atual dos Benefícios Futuros, em tantas unidades quantos forem os anos de filiação como ativo que o participante terá ao atingir o direito para recebimento do benefício, considerando os salários projetados com crescimento salarial até a data do benefício.

O método fundamenta-se nos seguintes princípios:

- a) O custo anual de cada segurado ativo é determinado pela compra da fração anual do valor de aposentadoria. A fração anual, para cada segurado, é estabelecida com numerador unitário e denominador determinado pelo número de anos completos de trabalho necessários à obtenção do benefício de aposentadoria, utilizando a idade real de início de trabalho.



- b) O custo anual total para o plano corresponde à soma do custo anual de cada segurado ativo, “agregando” todos os segurados.
- c) O custo da fração anual da aposentadoria, para cada segurado, aumenta a cada ano na medida em que a concessão do benefício vai se aproximando. No contingente, em seu todo, a elevação do custo do plano a cada ano pode ser minimizada ou até eliminada pela adesão de novos segurados.

Seu emprego é mundialmente disseminado, sendo adotado como mínimo para fundos de pensão e empresas de capital aberto, configurando método reconhecido em demandas judiciais.

4.3 **Resumo dos regimes financeiros e métodos de financiamento por benefício**

Benefícios	Regime Financeiro	Método de Financiamento
Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Idade e Compulsória	CAP	PUC
Aposentadoria por Invalidez	RCC	-
Pensão por Morte de ativo	RCC	-
Pensão por Morte de aposentado	CAP	PUC
Pensão por Morte de inválido	CAP	PUC



5. HIPÓTESES ATUARIAIS E PREMISSAS

A combinação de hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras que serviram de fundamento para o desenvolvimento dos cálculos foi determinada em conjunto pelo ente federativo, gestor do RPPS e atuário, conforme acordo estabelecido em mensagem eletrônica datada de 23/12/2021.

5.1 Tábuas biométricas – hipóteses biométricas

a) Tábua de Mortalidade de Válidos – fase laborativa

Taxas anuais de sobrevivência e mortalidade fornecidas pelas Tábuas Completas de Mortalidade IBGE 2019, distintas para homens e mulheres, disponibilizadas no sítio eletrônico da Secretaria da Previdência e neste relatório apresentadas no **Anexo 10**.

b) Tábua de Mortalidade de Válidos – fase pós-laborativa

Taxas anuais de sobrevivência e mortalidade fornecidas pelas Tábuas Completas de Mortalidade IBGE 2019, distintas para homens e mulheres, disponibilizadas no sítio eletrônico da Secretaria da Previdência e neste relatório apresentadas no **Anexo 10**.

c) Tábua de Mortalidade de Inválidos

Taxas anuais de sobrevivência e mortalidade fornecidas pelas Tábuas Completas de Mortalidade IBGE 2019, distintas para homens e mulheres, disponibilizadas no sítio eletrônico da Secretaria da Previdência e neste relatório apresentadas no **Anexo 10**.

d) Tábua de Entrada em Invalidez

Tábua de entrada em invalidez Álvaro Vindas (Colômbia), neste relatório apresentada no **Anexo 10**.

e) Tábua de Morbidez

Não aplicável a esta avaliação, dado não ser considerada premissa de entrada em doença, tratando-se de recurso apropriado às modalidades de seguro em que se dispõe de questionários médicos e de antecedentes individualizados.



5.2 Alterações futuras no perfil e composição das massas - hipóteses demográficas

A notação básica a seguir mencionada —detalhadamente descrita na Nota Técnica Atuarial na qual o presente estudo se fundamenta— encontra-se reproduzida no **Anexo 1**.

a) Rotatividade

A taxa anual de rotatividade é estabelecida em função da idade do segurado mediante levantamento estatístico envolvendo um período mínimo de 8 (oito) anos. As taxas encontradas deverão ser limitadas aos seguintes valores:

Idade x	n_s^x
até 50 anos	1,00%
acima de 50 anos	0,00%

b) Expectativa de reposição de segurados ativos

Não será admitida a hipótese de diluição dos custos com a utilização de gerações futuras deservidores. Todavia, o universo de segurados será quantitativamente estático, com a expectativa de reposição dos servidores ativos quando da sua aposentadoria, óbito ou exoneração. A reposição será admitida sempre na proporção de 1:1.

5.3 Estimativas de remunerações e proventos - hipóteses econômicas

a) Taxa real de crescimento da remuneração por mérito e produtividade

- A taxa por mérito será determinada mediante análise da evolução histórica do conjunto de servidores ativos nos últimos 05 (cinco) anos, sendo sempre a taxa:

$$j_1 \geq 1,00\% \text{ a.a.}$$

- Para a projeção do crescimento real do salário por produtividade, quando não disponível o histórico dos últimos 5 anos, será utilizado o salário do servidor ativo relativo ao seu cargo ou função no final da carreira funcional, sendo a sua utilização não acumulativa com o crescimento do salário por mérito.

b) Taxa real do crescimento dos proventos

A projeção de crescimento real dos benefícios, quando não disponível o histórico dos últimos 5 anos, será determinada mediante análise da evolução histórica dos proventos de aposentadoria e pensão nos últimos 05 (cinco) anos, comparados com os índices de inflação, sendo sempre:

$$j_2 \geq 0,00\% \text{ a.a.}$$



5.4 Taxa de Juros Atuarial - hipóteses financeiras

Em conformidade com o disposto na Portaria MF nº 464/2018, a Taxa Real Anual de Juros é definida, para o Fundo em Capitalização, como a menor entre a taxa associada à duração do passivo verificada na avaliação atuarial do exercício anterior (denominada “taxa parâmetro”) e a meta estabelecida pela política de investimentos do Fundo, considerada a expectativa de rentabilidade dos ativos garantidores.

A duração do passivo corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do RPPS, líquidos das contribuições dos aposentados e pensionistas, ponderada pelos valores presentes destes fluxos. O Resultado da Duração do Passivo é apresentado no **Anexo 7**.

5.5 Entrada em regime previdenciário e em aposentadoria

a) Idade estimada de ingresso em algum regime previdenciário

Para o tempo de filiação ao RGPS utilizam-se os dados constantes da base cadastral; quando não informado, considera-se como premissa o início da atividade laborativa aos 25 (vinte e cinco) anos, correspondente à média observada dentro do contingente de segurados vinculados ao serviço público.

b) Idade estimada de entrada em aposentadoria programada

As projeções levam em consideração as informações disponíveis e premissas adotadas relativas aos seguintes aspectos:

- b.1)** Condições de elegibilidade e regras eventualmente distintas entre permanentes e transitórias, correspondentes ao descrito no item **3.2**.
- b.2)** Foi considerada a assunção de posição mais conservadora, estabelecendo-se a data da elegibilidade como o momento que produzirá o mais alto valor da provisão matemática, com um diferimento de 18 meses entre o primeiro momento da aposentadoria e o momento provável da aposentadoria, em função da experiência tabulada do abono de permanência.
- b.3)** Segurados ativos considerados como risco iminente, definidos como aqueles que já preencheram todas as condições para começar a receber o benefício de aposentadoria (denominados “Iminentes”).
- b.4)** Quantitativos referentes às futuras elegibilidades, projetadas a partir das informações da base cadastral ou em decorrência de premissas adotadas, apresentados nos



histogramas dos servidores ativos distribuídos por anos para aposentar e remuneração do **Anexo 2**.

5.6 Composição do grupo familiar

Será utilizada a composição real de cada segurado, apurada mediante informação no cadastro. Caso a informação não esteja disponível, será considerado o universo de 60% dos segurados com cônjuge, com composição familiar da seguinte forma:

- Se segurado masculino: cônjuge com 03 anos a menos
- Se segurado feminino: cônjuge com 03 anos a mais
- Filho primogênito: idade da mulher reduzida em 21 anos
- Segundo filho: idade da mulher reduzida em 24 anos

Obs.: quando ocorrer resultado negativo ou superior a 21 anos, não será considerado o filho na composição familiar.

5.7 Compensação financeira entre regimes

Parte do compromisso da Provisão Matemática vem da compensação financeira entre regimes, decorrente do tempo de contribuição do segurado para outro RPPS ou para o RGPS. Foram consideradas no desenvolvimento deste estudo a responsabilidade que outros regimes têm para com os aposentados e pensionistas e a proporcionalidade do Passivo Atuarial dos servidores de cargos efetivos em atividade.

O modelo fornecido para transmissão da base cadastral solicita informação relativa a valores recebidos a título de Compensação Previdenciária, a serem deduzidos das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos.

Com relação a quem está em atividade, caso não se disponha de todos os dados para o cálculo da compensação previdenciária a receber, relativamente a toda contagem do tempo anteriormente dedicado ao RGPS, bem como de todos os valores recolhidos, cujo levantamento integral pelos RPPS se mostra frequentemente inviável, e considerando que a projeção da aposentadoria do servidor compõe o tempo dedicado ao RPPS com a eventual dedicação anterior em RGPS, é facultado recorrer ao disposto na Portaria MF nº 464/2018, utilizando no limite o equivalente a 8,00% do Valor Atual dos Benefícios Futuros a Conceder



(VABF), como referência para abatimento da Provisão Matemática, conforme disposto na Instrução Normativa nº 09/2018, a seguir resumido:

valor % aplicado sobre o VABF	Data focal da avaliação
10%	31/12/2019
9%	31/12/2020
8%	31/12/2021
7%	31/12/2022
6%	31/12/2023
5%	31/12/2024 e próximas

Vale ressaltar que a eventual indisponibilidade de dados completos para cálculo da compensação previdenciária a receber não configura inconsistência imputável à base cadastral, dada a escassez de tal bagagem informacional dentre os RPPS brasileiros, justificando a liberação do recurso oferecido pela Secretaria de Previdência descrito na Portaria MF nº 464/2018 e regulamentado na Instrução Normativa nº 09/2018, acima mencionado.

5.8 Demais premissas e hipóteses

a) Fator de determinação do valor real ao longo do tempo das remunerações e proventos

a.1) Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos salários

A perda da capacidade salarial no decurso do ano, em razão do efeito anual inflacionário, será determinada pela metade da média da inflação retroativa aos últimos 3 (três) anos, medida pelo INPC, sendo sempre: $0,97 \leq r_1 \leq 1,00$

a.2) Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos benefícios

A perda da capacidade dos benefícios de prestação continuada no decurso do ano, em razão do efeito anual inflacionário, será determinada pela metade da média da inflação retroativa aos últimos 3 (três) anos, medida pelo INPC, sendo sempre: $0,97 \leq r_2 \leq 1,00$

b) Benefícios a conceder com base na média das remunerações ou com base na última remuneração

Os valores dos benefícios serão determinados conforme disposto no item **3.2**.

c) Estimativa do crescimento real do teto de contribuição do RGPS



A avaliação atuarial não considera crescimento real do teto de contribuição para efeito de realização dos cálculos das projeções, dada a imprevisibilidade em torno de medida dependente de decisão governamental.

d) Influência de Previdência Complementar

O RPPS não havia implementado regime de previdência complementar até a data-base do presente estudo atuarial.

5.9 Considerações gerais

A prática de taxas de juros decrescentes implementada pela Portaria MF nº 464/2018 acarreta aumento das provisões matemáticas para todos os RPPS, consequência de menor desconto aplicado ao montante correspondente à responsabilidade do plano de benefícios para com seus participantes, quando trazido a valor presente.

À exceção da renovação na utilização de tábuas de mortalidade —alteradas em função da publicação de tábuas anualmente elaboradas pelo IBGE—, bem como da taxa real de juros —determinada conforme estabelecido na Portaria MF nº 464/2018—, não houve alterações significativas nas hipóteses e premissas.

Figuram entre as hipóteses geradoras de maior impacto para o resultado atuarial:

- Todo o grupo coberto pelo plano de benefícios envelhece um ano a cada avaliação, impactando os cálculos em que há consideração etária.
- A expectativa de vida dos brasileiros vem se alongando, também produzindo efeito direto no aumento da responsabilidade do plano.
- A passagem de cada ano encurta o prazo disponível para que o Fundo Previdenciário responda pela obrigação com cada participante; assim, quando calculado o valor que deve estar reservado para um participante que está um ano mais próximo da aposentadoria, este será maior que aquele calculado no ano anterior.
- Redução na taxa de juros implica em aumento na provisão matemática, dado o menor desconto praticado, quando trazida a responsabilidade do plano a valor presente.

A base técnica que dá forma ao estudo a seguir se apresenta resumida, visando melhor acompanhamento da evolução da sistemática de cálculo, mediante confronto dos principais fundamentos utilizados para o ano-base em exame e o anterior:



HIPÓTESES BIOMÉTRICAS	DRAA 2021 - base dez/2020	DRAA 2022 - base dez/2021
Tábua de Entrada em Invalidez	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Tábuas de Mortalidade Extrapoladas - IBGE 2018 - Separadas por sexo	Tábuas de Mortalidade Extrapoladas - IBGE 2019 - Separadas por sexo
Tábua de Mortalidade Geral	Tábuas de Mortalidade Extrapoladas - IBGE 2018 - Separadas por sexo	Tábuas de Mortalidade Extrapoladas - IBGE 2019 - Separadas por sexo
Tábua de Morbidez	não aplicável	não aplicável
HIPÓTESES DEMOGRÁFICAS	DRAA 2021 - base dez/2020	DRAA 2022 - base dez/2021
Composição da Família de Servidores e Aposentados	pelo real	pelo real
Entrada em Aposentadoria	pelo real	pelo real
Geração Futura de Novos Entrantes	pelo banco de dados, com reposição de 1:1	pelo banco de dados, com reposição de 1:1
Rotatividade / "Turn-over"	Em relação ao vínculo de emprego	
	Idade x	q % Calculado
	Até 25	1%
	De 26 a 30	1%
	De 31 a 40	1%
	De 41 a 50	1%
	De 51 a 60	0%
	Acima de 60	0%
	Em relação ao vínculo de emprego	
	Idade x	q % Calculado
	Até 25	1%
	De 26 a 30	1%
	De 31 a 40	1%
	De 41 a 50	1%
	De 51 a 60	0%
	Acima de 60	0%
HIPÓTESES ECONÔMICAS	DRAA 2021 - base dez/2020	DRAA 2022 - base dez/2021
Inflação Futura	0,00%	0,00%
Projeção de Crescimento Real dos Salários	1,00% ao ano	1,00% ao ano
Projeção de Crescimento Real dos Benefícios	0,00% ao ano	0,00% ao ano
Indexador	Considerando que as correções salariais negociadas pelas associações da classe/sindicatos são baseadas no INPC, sugerimos que seja adotado no sistema previdenciário o mesmo indexador	Considerando que as correções salariais negociadas pelas associações da classe/sindicatos são baseadas no INPC, sugerimos que seja adotado no sistema previdenciário o mesmo indexador
Fator de Determinação do:		
Valor Real ao Longo do Tempo dos Salários	0,98	0,98
Valor Real ao Longo do Tempo dos Benefícios	0,98	0,98
HIPÓTESE FINANCEIRA	DRAA 2021 - base dez/2020	DRAA 2022 - base dez/2021
Taxa Real Anual de Juros	Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário): 5,43% a.a	Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário): 4,86% a.a



6. ANÁLISE DA BASE CADASTRAL

6.1 Dados fornecidos

Os dados cadastrais referentes aos participantes do plano de benefícios, bem como as informações relativas à estrutura e finanças do ente e do RPPS, foram enviados pelo gestor do RPPS sob a forma de planilha eletrônica em conformidade com modelo estabelecido pela Secretaria de Previdência.

Os dados de servidores ativos, aposentados e pensionistas foram recebidos de maneira satisfatória, atendendo às principais informações, como salários, proventos, pensões, mês e ano de nascimento do segurado, cônjuge, filhos, tempo de serviço público etc.

O conjunto original de dados cadastrais recebidos e o resultante após o tratamento crítico assim se apresentam:

Segurados	Enviados	Excluídos	Calculados
Ativos	473	0	473
Aposentados	142	0	142
Pensionistas	38	0	38

A distribuição de servidores ativos, aposentados e pensionistas encontra-se tabulada no **Anexo 2**.

Os cadastros de segurados fornecidos apresentaram inconsistências, conforme segue:

Segurados	Inconsistência encontrada	Quantidade
Ativos	matrículas em branco	2
	sexo em branco	2
	vencimento abaixo do mínimo	13

Todas as inconsistências apontadas foram corrigidas ou esclarecidas pelo RPPS.

Convém reiterar o observado no item **5.7**, frisando que a eventual indisponibilidade de dados completos para cálculo da compensação previdenciária a receber não configura inconsistência imputável à base cadastral, dada a escassez de tal bagagem informacional dentre os RPPS brasileiros, justificando a liberação do recurso previsto na Portaria MF nº



464/2018 e na Instrução Normativa nº 09/2018, que permite utilizar um determinado percentual do Valor Atual dos Benefícios Futuros a Conceder como referência para abatimento da Provisão Matemática.

6.2 Servidores afastados ou cedidos

Todos os servidores constantes da base cadastral foram considerados nas projeções atuariais, inclusive eventuais casos identificados como afastados, cedidos ou outras designações categorizadas no leiaute estabelecido pela Secretaria de Previdência, entendendo-se garantida sua cobertura pelo plano de benefícios.

6.3 Análise da qualidade da base cadastral

O cadastro recebido foi submetido a testes críticos e as inconsistências detectadas foram corrigidas ou esclarecidas pelo RPPS/ente, resultando em base de dados considerada suficientemente completa, consistente e adequada à análise técnica atuarial, em conformidade com o disposto na Portaria MF nº 464/2018, relativamente aos requisitos de atualização, amplitude e consistência. A competência da base cadastral é **31/10/2021**.

a) Atualização da base cadastral

Segurados	Data do último recenseamento	% de cobertura
Ativos	31/12/2017	100%
Aposentados	31/12/2021	100%
Pensionistas	31/12/2021	100%

b) Amplitude da base cadastral

Segurados	% da população coberta	% da população coberta em relação aos órgãos e entidades
Ativos	100%	100%
Aposentados	100%	100%
Pensionistas	100%	100%

c) Consistência

A avaliação da consistência da base segue um processo de crítica orientada para identificar lapsos ou prováveis desvios de informação que possam comprometer a



adequada análise e medição da responsabilidade do plano de benefícios para com o grupo de participantes, sinalizando ao RPPS a necessidade de esclarecimento.

Verificada a adequação da base cadastral recebida ao modelo de planilha eletrônica estabelecido pela Secretaria de Previdência, confere-se o preenchimento de cada campo, verificando se há não preenchidos ou preenchidos com códigos não compatíveis com a padronização determinada no modelo. Também é detectada eventual duplicidade (exemplo: matrícula repetida).

Os principais aspectos verificados referem-se a:

- campos não preenchidos;
- formatação de valores ou datas em desacordo com o estabelecido no modelo;
- data de corte na separação de planos;
- identificação de professores na população coberta;
- comparação do estado civil do servidor ativo com dados de cônjuge;
- idade de servidor ativo abaixo de 18 e acima de 75 anos;
- comparação da data de nascimento do servidor ativo com data de ingresso no ente;
- salários/benefícios zerados;
- comparação da data de ingresso do servidor ativo no ente com data de nascimento;
- verificação da base de cálculo mensal do servidor ativo quanto a valores zerados, abaixo do salário-mínimo ou acima do teto específico;
- quantidades aparentemente excessivas de dependentes do servidor ativo;
- cônjuge menor de idade de servidor ativo;
- data de início de abono de permanência;
- comparação da idade do aposentado com tempo de contribuição e tipo de aposentadoria;
- comparação do estado civil do aposentado com dados de cônjuge;
- idade de aposentado abaixo de 18 anos;
- comparação da data de nascimento do aposentado com data de ingresso no ente;
- comparação da data de início do benefício de aposentadoria com data de nascimento;



- comparação do valor mensal do benefício de aposentadoria com salário-mínimovigente;
- valores de benefício de aposentadoria muito altos;
- comparação do valor mensal de compensação previdenciária com valor do benefício;
- indicação de paridade com servidores ativos;
- quantidades aparentemente excessivas de dependentes do aposentado;
- data de nascimento do cônjuge do aposentado - menores de idade;
- comparação de data de início de recebimento de pensão com data de nascimento de pensionista;
- comparação de valor de pensão com data de nascimento de pensionista;
- duração do benefício.

A mensuração da qualidade da base cadastral é representada na tabulação dos principais dados do grupo de participantes, conforme segue:



Segurados	Descrição	Consistência %	Completeness %
ATIVOS	Identificação do Segurado Ativo	76-100	76-100
	Sexo	76-100	76-100
	Estado Civil	76-100	76-100
	Data de Nascimento	76-100	76-100
	Data de Ingresso no Ente	76-100	76-100
	Identificação do Cargo Atual	76-100	76-100
	Base de Cálculo (Remuneração de Contribuição)	76-100	76-100
	Tempo de Contribuição para o RGPS	0-25	0-25
	Tempo de Contribuição para Outros RPPS	76-100	76-100
	Data de Nascimento do Cônjuge	76-100	76-100
	Número de Dependentes	76-100	76-100
APOSENTADOS	Identificação do Aposentado	76-100	76-100
	Sexo	76-100	76-100
	Estado Civil	76-100	76-100
	Data de Nascimento	76-100	76-100
	Data de Nascimento do Cônjuge	76-100	76-100
	Data de Nascimento do Dependente Mais Novo	76-100	76-100
	Valor do Benefício	76-100	76-100
	Condição do Aposentado (válido ou inválido)	76-100	76-100
	Tempo de Contribuição para o RPPS	76-100	76-100
	Tempo de Contribuição para Outros Regimes	76-100	76-100
	Valor Mensal da Compensação Previdenciária	76-100	76-100
	Número de Dependentes	76-100	76-100
PENSÕES	Identificação do Pensão	76-100	76-100
	Número de Pensionistas	76-100	76-100
	Sexo do Pensionista Principal	76-100	76-100
	Data de Nascimento	76-100	76-100
	Valor do Benefício	76-100	76-100
	Condição do Pensionista (válido ou inválido)	76-100	76-100
	Duração do Benefício (vitalício ou temporário)	76-100	76-100

6.4 **Premissas adotadas para ajuste técnico da base cadastral**

Não é produzida qualquer adequação do banco de dados por iniciativa do atuário, significando que todo cálculo é realizado a partir de dados fornecidos pelo RPPS/ente.

Quando a informação está incompleta e/ou incorreta, a crítica é encaminhada até a plena correção dos dados, ou seja, os resultados apurados refletem a imagem apresentada pelo banco de dados originado e eventualmente adequado exclusivamente pelo RPPS/ente.



Eventuais intervenções se limitam à área em que há permissão concedida pela Portaria MF nº 464/2018 e consignada na Nota Técnica Atuarial para se adotar bases estatísticas conhecidas quando não se dispõe de informação consistente relativa a tempo de dedicação anterior em RGPS, percentual de segurados com cônjuges ou datas de nascimento de cônjuges e dependentes.

6.5 Recomendações para a base cadastral

Vale ressaltar a importância da manutenção de uma base cadastral atualizada, possibilitando a melhoria da gestão dos dados que caracterizam a população de beneficiários, prática exigida pela Lei Federal nº 10.887/2004, que estabelece a realização de recenseamento previdenciário abrangendo todos os aposentados e pensionistas, no mínimo a cada 5 anos.

Independentemente, é recomendado o recadastramento anual dos beneficiários, visando à comprovação de vida, de modo a evitar pagamentos indevidos.

A atualização da base de dados dos participantes torna-se imprescindível, considerando a necessidade de levantamento de informações que passaram a ser requeridas com a publicação do novo leiaute implementado pela Secretaria de Previdência ao longo de 2020.



7. RESULTADO ATUARIAL

Resultado Atuarial é a dimensão básica da situação do plano de benefícios, obtida pelo confronto dos recursos disponíveis com os compromissos assumidos.

Os recursos são representados pelo Patrimônio (Ativos Garantidores dos Compromissos do Plano de Benefícios) e pelas receitas provenientes da injeção de valores destinados pelo ente federativo a título de Cobertura de Insuficiência Financeira.

Os compromissos são demonstrados pelo Passivo Atuarial, grandeza também denominada Provisão Matemática, representada pelo valor atual daqueles compromissos do RPPS com os servidores ativos, aposentados e pensionistas, menos o valor atual das receitas de contribuições dos segurados e órgãos empregadores.

Da comparação entre o Patrimônio e a Provisão Matemática podem resultar três situações:

- Patrimônio **maior** que a Provisão Matemática: a relação é positiva e o resultado é denominado “Superavit Técnico”.
- Patrimônio **igual** à Provisão Matemática: a situação é de equilíbrio, apresentando resultado nulo.
- Patrimônio **menor** que a Provisão Matemática: a relação mostra insuficiência e o resultado é denominado “Deficit Técnico”.

7.1 Balanco Atuarial

Segue tabulação de valores calculados com as alíquotas vigentes na data focal da avaliação:



Descrição	Alíquota normal vigente em lei
Alíquota Normal (patronal + servidor) (A)	33,88%
Desconto das alíquotas dos benefícios calculados por RS, RCC e taxa de adm. (B)	9,87%
Alíquota Normal por regime de capitalização para apuração dos resultados atuariais (C = A - B)	24,01%
Descrição	Valores com alíquotas vigentes
ATIVOS GARANTIDORES DOS COMPROMISSOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS	50.157.862,85
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	43.573.037,53
Aplicações em Segmento de Renda Variável - RPPS	6.537.815,74
Aplicações em Segmento Imobiliário - RPPS	0,00
Aplicações em Enquadramento - RPPS	0,00
Títulos e Valores Não Sujeitos ao Enquadramento - RPPS	0,00
Demais Bens, Direitos e Ativos	47.009,58
PROVISÃO MATEMÁTICA - TOTAL	111.267.581,98
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos - PMBC	54.547.373,04
Valor Atual dos Benefícios Futuros - Concedidos	54.559.723,19
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras - Concedidos (Ente)	0,00
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras - Concedidos (Servidores)	12.350,15
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBaC	56.720.208,94
Valor Atual dos Benefícios Futuros - a Conceder	88.218.804,78
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras - a Conceder (Ente)	18.482.647,15
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras - a Conceder (Servidores)	13.015.948,69
AJUSTE DA PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS E A CONCEDER REFERENTE À COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	-7.203.417,84
Valor Atual da Compensação Previdenciária a Pagar - Benefícios Concedidos	0,00
(-) Valor Atual da Compensação Previdenciária a Receber - Benefícios Concedidos	145.913,46
Valor Atual da Compensação Previdenciária a Pagar - Benefícios a Conceder	0,00
(-) Valor Atual da Compensação Previdenciária a Receber - Benefícios a Conceder	7.057.504,38
RESULTADO ATUARIAL	-53.906.301,29
Superavit	0,00
Reserva de Contingência	0,00
Reserva para Ajuste do Plano	0,00
Deficit	-53.906.301,29
Deficit Equacionado	-53.352.102,42
Valor Atual do Plano de Amortização do Deficit Atuarial estabelecido em lei	-53.352.102,42
Valor Atual da Cobertura de Insuficiência Financeira	0,00
Deficit Atuarial a Equacionar	-554.198,87
Valor Atual das Remunerações Futuras	131.189.487,05



7.2 Ativos garantidores e créditos a receber

Os ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios na data-base da presente avaliação atuarial estão discriminados da seguinte maneira:

Ativos Garantidores dos Compromissos do Plano de Benefícios	R\$	%
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	43.573.037,53	86,87%
Aplicações em Segmento de Renda Variável - RPPS	6.537.815,74	13,03%
Aplicações em Segmento Imobiliário - RPPS		0,00%
Aplicações em Enquadramento - RPPS		0,00%
Títulos e Valores Não Sujeitos ao Enquadramento - RPPS		0,00%
Demais Bens, Direitos e Ativos	47.009,58	0,09%
TOTAL	50.157.862,85	100,00%

7.3 Plano de amortização vigente

O atual plano de amortização do deficit atuarial, vigente na Legislação Municipal, está definido conforme segue:

Ano	Alíquotas
2022 a 2054	22,70%

Para o cálculo do Valor Atual do Plano de Amortização do Deficit Atuarial estabelecido em lei é utilizada a taxa de juros atuarial desta avaliação atuarial, descrita no item 5.4.

Lei Vigente	Valor Atual do Plano de Amortização
Lei 056/2020	53.352.102,42

7.4 Provisões Matemáticas

O cálculo do Passivo Atuarial, doravante denominado Provisão Matemática, é elaborado sobre duas massas de segurados:

- A primeira, composta pelos segurados que já estão recebendo o benefício de prestação continuada, configurando a Provisão Matemática de Benefícios Concedidos.
- A segunda, composta pelos segurados que ainda não estão recebendo o benefício de prestação continuada, caracterizando a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder.



7.4.1 Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	VABF	VACF	PROVISÃO MATEMÁTICA
Aposentadorias	47.751.824,20	12.350,15	47.739.474,05
Pensões	6.807.898,99	-	6.807.898,99
SUBTOTAL	54.559.723,19	12.350,15	54.547.373,04

7.4.2 Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder

BENEFÍCIOS A CONCEDER	VABF	VACF	PROVISÃO MATEMÁTICA
Servidores Ativos	88.218.804,78	31.498.595,84	56.720.208,94
SUBTOTAL	88.218.804,78	31.498.595,84	56.720.208,94

7.4.3 Provisões Matemáticas Totais

BENEFÍCIOS	VABF	VACF	PROVISÃO MATEMÁTICA
Concedidos	54.559.723,19	12.350,15	54.547.373,04
a Conceder	88.218.804,78	31.498.595,84	56.720.208,94
TOTAL	142.778.527,97	31.510.945,99	111.267.581,98

7.5 Compensação Previdenciária - COMPREV

7.5.1 Compensação Financeira dos Benefícios Concedidos

Benefícios Concedidos	R\$	145.913,46
Compensação a receber		145.913,46
Compensação a pagar		-

7.5.2 Compensação Financeira dos Benefícios a Conceder

Benefícios a Conceder	R\$	7.057.504,38
Compensação a receber		7.057.504,38
Compensação a pagar		-



7.6 Resultado Atuarial da Avaliação de Encerramento do Exercício

RESULTADO ATUARIAL	R\$
Ativos Garantidores do Plano	50.157.862,85
Provisões Matemáticas	111.267.581,98
Compensação Previdenciária	7.203.417,84
RESULTADO ATUARIAL -	53.906.301,29

RESULTADO ATUARIAL	Valores com as alíquotas vigentes
Superavit	0,00
Reserva de Contingência	0,00
Reserva para Ajuste do Plano	0,00
Deficit	-53.906.301,29
Deficit Equacionado:	-53.352.102,42
Valor Atual do Plano de Amortização do Deficit Atuarial estabelecido em lei	-53.352.102,42
Valor Atual da Cobertura de Insuficiência Financeira	0,00
Deficit Atuarial a Equacionar	-554.198,87

7.7 Valor Atual das Remunerações Futuras

É o valor presente atuarial do fluxo das futuras remunerações dos segurados do plano, considerando as bases técnicas indicadas na Nota Técnica Atuarial e os preceitos da Ciência Atuarial.

Valor Atual das Remunerações Futuras	131.189.487,05
--------------------------------------	----------------



8. CUSTOS E PLANO DE CUSTEIO

Os custos dos benefícios previdenciários a serem suportados pelo Fundo de Previdência foram calculados com base nos regimes atuariais explicitados no capítulo 4 e os resultados assim se apresentam:

8.1 Valores das remunerações e proventos atuais

Categorias	Valor Mensal - Estatística da População Coberta (R\$)	Valores Anuais
Total das remunerações de contribuição dos servidores ativos	982.987,94	12.778.843,22
Total das parcelas dos proventos de aposentadoria que superam o limite máximo do RGPS	516,28	6.711,64
Total das parcelas dos proventos de pensões que superam o limite máximo do RGPS	-	-
TOTAL	983.504,22	12.785.554,86

8.2 Custos e alíquotas de custeio normal vigentes em lei

Categoria	Valor Anual da Base de Cálculo (R\$)	Alíquota Vigente	Valor da Contribuição Esperada com Alíquotas Vigentes
Ente Federativo	12.778.843,22	16,88%	2.157.068,74
Taxa de Administração	12.778.843,22	3,00%	383.365,30
Aporte Anual para Custeio das Despesas Administrativas	-	-	-
Ente Federativo - Total	12.778.843,22	19,88%	2.540.434,03
Segurados Ativos	12.778.843,22	14,00%	1.789.038,05
Aposentados	6.711,64	14,00%	939,63
Pensionistas	-	14,00%	-
TOTAL		33,88%	4.330.411,71

8.3 Custos e alíquotas de custeio normal calculadas por benefício, e custeio administrativo

Benefícios	Regime Financeiro	Custo Anual Previsto (R\$)	Alíquota Normal Calculada
Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Idade e Compulsória	CAP	2.972.358,93	23,26%
Aposentadoria por Invalidez	RCC	255.576,86	2,00%
Pensão por Morte de ativo	RCC	622.329,66	4,87%
Pensão por Morte de aposentado	CAP	93.285,56	0,73%
Pensão por Morte de inválido	CAP	2.555,77	0,02%
Alíquota Administrativa	-	383.365,30	3,00%
Alíquota TOTAL	-	4.329.472,08	33,88%



8.4 Custos e alíquotas de custeio normal, calculadas por regime financeiro e custeio administrativo

Regime Financeiro	Custo Anual Previsto (R\$)	Alíquota Normal Calculada
Capitalização	3.068.200,26	24,01%
Repartição de Capitais de Cobertura	877.906,53	6,87%
Repartição Simples	-	0,00%
Custeio Administrativo	383.365,30	3,00%
Alíquota TOTAL	4.329.472,08	33,88%

8.5 Custos e alíquotas de custeio normal a constarem em lei

Categoria	Valor Anual da Base de Cálculo (R\$)	Alíquota Definida na Avaliação (%)	Valor da Contribuição Esperada
Ente Federativo	12.778.843,22	16,88%	2.157.068,74
Taxa de Administração	12.778.843,22	3,00%	383.365,30
Aporte Anual para Custeio das Despesas Administrativas	-	-	-
Ente Federativo - Total	12.778.843,22	19,88%	2.540.434,03
Segurados Ativos	12.778.843,22	14,00%	1.789.038,05
Aposentados	6.711,64	14,00%	939,63
Pensionistas	0,00	14,00%	0,00
TOTAL		33,88%	4.330.411,71

Aposentados e pensionistas contribuirão sobre o excedente ao teto do RGPS.

8.6 Situação da implementação do plano de custeio

8.6.1 Custeio Normal

De acordo com informação recebida da unidade gestora do RPPS, o plano de custeio normal estabelecido na avaliação anterior foi implementado em lei do ente federativo dentro do ano-base a que se refere o presente estudo.

8.6.2 Custeio Suplementar

De acordo com informação recebida da unidade gestora do RPPS, o plano de custeio suplementar estabelecido na avaliação anterior foi implementado em lei do ente federativo dentro do ano-base a que se refere o presente estudo.

8.7 Situação da regularidade de repasse de contribuição patronal

De acordo com informação recebida da unidade gestora do RPPS, o ente federativo se encontra **adimplente**, com relação às **Contribuições Normais**, bem como às **Contribuições Suplementares** referentes ao ano-base em exame.



9. EQUACIONAMENTO DO DEFICIT ATUARIAL

9.1 Principais causas do deficit atuarial

O resultado deficitário é consequente de:

- Crescimento do fundo de previdência em ritmo menos acelerado que o das provisões matemáticas.
- Crescimento das provisões matemáticas devido à diminuição do tempo que falta para que cada participante atinja a elegibilidade à aposentadoria.
- Crescimento das provisões matemáticas devido a alteração no perfil do grupo segurado, produzida pelo aumento na quantidade de servidores ativos.
- Crescimento das provisões matemáticas devido a incremento salarial em função de bonificações, especialmente àqueles que tenham mais tempo de serviço.
- Crescimento das provisões matemáticas devido a incremento em proventos de aposentadoria e pensão.
- Alteração na aplicação de tábuas de mortalidade atualizadas, cuja renovação anual reflete o incremento na expectativa de vida dos participantes, gerando aumento da responsabilidade do plano de benefícios.
- Aplicação de taxa de juros real inferior à praticada no exercício anterior, produzindo menor desconto ao se trazer o montante da responsabilidade do plano a valor presente.

9.2 Cenários com as possibilidades de equacionamento do deficit atuarial

Conforme exposto no Sumário Executivo, a situação financeira e atuarial do Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) assim se resume:

RESULTADO ATUARIAL	R\$
Ativos Garantidores do Plano	50.157.862,85
Provisões Matemáticas	111.267.581,98
Compensação Previdenciária	7.203.417,84
RESULTADO ATUARIAL -	53.906.301,29



RESULTADO ATUARIAL	Valores com as alíquotas vigentes
Superavit	0,00
Reserva de Contingência	0,00
Reserva para Ajuste do Plano	0,00
Deficit	-53.906.301,29
Deficit Equacionado:	-53.352.102,42
Valor Atual do Plano de Amortização do Deficit Atuarial estabelecido em lei	-53.352.102,42
Valor Atual da Cobertura de Insuficiência Financeira	0,00
Deficit Atuarial a Equacionar	-554.198,87

A Instrução Normativa nº 07/2018 oferece a possibilidade de se deduzir o Limite de Deficit Atuarial (LDA) do valor do deficit atuarial apurado na avaliação, conforme segue:

RESULTADO ATUARIAL	Valores com as alíquotas vigentes
Deficit Atuarial Apurado	-53.906.301,29
Limite de Deficit Atuarial (LDA)	14.513.925,41
Deficit Atuarial a Equacionar	-39.392.375,88
Valor Atual do Plano de Amortização do Deficit Atuarial estabelecido em lei	-53.352.102,42
Resultado Superavitário	13.959.726,54

Constatado resultado atuarial superavitário, dispensa-se a obrigação de revisão do plano de amortização em curso.

Demonstra-se, a seguir, o fluxo de pagamento do plano de amortização vigente considerando a dedução do LDA, resultando na abreviação do prazo previsto para a completa amortização do déficit.



DEFICIT A AMORTIZAR PMBC + PMBaC						
ANO	SALDO INICIAL	LEI VIGENTE	VALOR EM APORTE	AMORTIZAÇÃO	JUROS	SALDO FINAL
2022	39.392.375,88	22,70%	2.900.797,41	986.327,94	1.914.469,47	38.406.047,94
2023	38.406.047,94	22,70%	2.929.805,39	1.063.271,46	1.866.533,93	37.342.776,48
2024	37.342.776,48	22,70%	2.959.103,44	1.144.244,50	1.814.858,94	36.198.531,98
2025	36.198.531,98	22,70%	2.988.694,47	1.229.445,82	1.759.248,65	34.969.086,16
2026	34.969.086,16	22,70%	3.018.581,42	1.319.083,83	1.699.497,59	33.650.002,33
2027	33.650.002,33	22,70%	3.048.767,23	1.413.377,12	1.635.390,11	32.236.625,21
2028	32.236.625,21	22,70%	3.079.254,90	1.512.554,92	1.566.699,99	30.724.070,29
2029	30.724.070,29	22,70%	3.110.047,45	1.616.857,64	1.493.189,82	29.107.212,66
2030	29.107.212,66	22,70%	3.141.147,93	1.726.537,39	1.414.610,54	27.380.675,26
2031	27.380.675,26	22,70%	3.172.559,41	1.841.858,59	1.330.700,82	25.538.816,68
2032	25.538.816,68	22,70%	3.204.285,00	1.963.098,51	1.241.186,49	23.575.718,16
2033	23.575.718,16	22,70%	3.236.327,85	2.090.547,95	1.145.779,90	21.485.170,22
2034	21.485.170,22	22,70%	3.268.691,13	2.224.511,86	1.044.179,27	19.260.658,36
2035	19.260.658,36	22,70%	3.301.378,04	2.365.310,05	936.068,00	16.895.348,31
2036	16.895.348,31	22,70%	3.334.391,82	2.513.277,89	821.113,93	14.382.070,42
2037	14.382.070,42	22,70%	3.367.735,74	2.668.767,12	698.968,62	11.713.303,30
2038	11.713.303,30	22,70%	3.401.413,10	2.832.146,56	569.266,54	8.881.156,74
2039	8.881.156,74	22,70%	3.435.427,23	3.003.803,01	431.624,22	5.877.353,73
2040	5.877.353,73	22,70%	3.469.781,50	3.184.142,11	285.639,39	2.693.211,63
2041	2.693.211,63	22,70%	3.504.479,32	3.373.589,23	130.890,08	- 680.377,61
2042	- 680.377,61	22,70%	3.539.524,11	3.572.590,46	- 33.066,35	- 4.252.968,07
2043	- 4.252.968,07	22,70%	3.574.919,35	3.781.613,60	- 206.694,25	- 8.034.581,66
2044	- 8.034.581,66	22,70%	3.610.668,54	4.001.149,21	- 390.480,67	- 12.035.730,88
2045	- 12.035.730,88	22,70%	3.646.775,23	4.231.711,75	- 584.936,52	- 16.267.442,63
2046	- 16.267.442,63	22,70%	3.683.242,98	4.473.840,69	- 790.597,71	- 20.741.283,32
2047	- 20.741.283,32	22,70%	3.720.075,41	4.728.101,78	- 1.008.026,37	- 25.469.385,10
2048	- 25.469.385,10	22,70%	3.757.276,16	4.995.088,28	- 1.237.812,12	- 30.464.473,38
2049	- 30.464.473,38	22,70%	3.794.848,93	5.275.422,33	- 1.480.573,41	- 35.739.895,71
2050	- 35.739.895,71	22,70%	3.832.797,42	5.569.756,35	- 1.736.958,93	- 41.309.652,06
2051	- 41.309.652,06	22,70%	3.871.125,39	5.878.774,48	- 2.007.649,09	- 47.188.426,54
2052	- 47.188.426,54	22,70%	3.909.836,64	6.203.194,17	- 2.293.357,53	- 53.391.620,71
2053	- 53.391.620,71	22,70%	3.948.935,01	6.543.767,78	- 2.594.832,77	- 59.935.388,49
2054	- 59.935.388,49	22,70%	3.988.424,36	6.901.284,24	- 2.912.859,88	- 66.836.672,73

9.3 Viabilidade financeira, fiscal e orçamentária do plano de custeio suplementar proposto

Recebidos os dados relativos à Receita Corrente Líquida e Despesa Total com Pessoal do ente federativo, procedeu-se ao seu confronto com o plano de custeio apresentado no item **9.2**, identificando atendimento ao Limite Máximo estabelecido na Lei Complementar nº 101/2000 durante todo o período.



Vale ressaltar a distinção estabelecida pela Lei Complementar nº 178/2021 —dando nova redação à alínea c, VI, § 1º, art. 19º da Lei de Responsabilidade Fiscal e esclarecida na Nota Técnica SEI nº 18.162/2021/ME—, ao caracterizar a forma de amortização do deficit atuarial mediante realização de aportes em valores preestabelecidos como recurso vinculado ao RPPS e não considerado como despesa com pessoal perante os limites determinados pela LRF, em contraste com a amortização de deficit realizada mediante aplicação de alíquotas sobre a folha de pagamento, esta sim inserida no conceito de encargo social e computada como despesa a ser considerada no limites da LRF.

Convém reiterar que tais aportes em valores estabelecidos deverão ser administrados e contabilizados isoladamente, permanecendo no mínimo 5 anos em aplicações segregadas, antes de servirem ao pagamento de benefícios previdenciários.

Tal dificuldade é evidenciada pela incompletude da tarefa a que a Secretaria de Previdência se propôs, quando da emissão da Portaria MF nº 464/2018, ao pretender designar o Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio como ferramenta a ser empregada pelo atuário, com o fito de medir a capacidade do ente federativo de responder a contento pelo custeio do plano de benefícios. Tal demonstrativo —idealizado na citada portaria como dispositivo a ser anexado ao Relatório da Avaliação Atuarial—, ainda se encontra em fase de desenvolvimento e não disponibilizado no sítio eletrônico da Secretaria.

Oportuno se mostra salientar que o referido Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio configura documento com exigibilidade e periodicidade de apresentação definidas em função do enquadramento do RPPS/Ente de acordo com seu perfil atuarial, incumbindo ao **RPPS** construir o primeiro demonstrativo e disponibilizá-lo à Secretaria de Previdência à época da postagem do DRAA —caso tal ferramenta já tenha sua transmissão então disponibilizada—, conforme esclarecido pela Nota SEI SEPRT-ME nº 04/2020 e estabelecido na Portaria SEPRT-ME nº 18.084/2020.

A despeito da indisponibilidade do recurso, foi confrontada a relação entre a Receita Corrente Líquida, a Despesa Total com Pessoal do ente federativo, os valores previstos para o custeio suplementar e os parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal, apresentando as situações envolvendo a aplicação de alíquotas ou aportes no plano de custeio suplementar proposto, conforme segue:



a) Fluxo com a Despesa Total com Pessoal do ente federativo e o Plano de Amortização proposto, caso seja adotada a modalidade com alíquotas, cujo valor aportado seja utilizado para pagar benefícios previdenciários:

Ano	RCL	Despesas com pessoal Ente	Contribuição Patronal	Contribuição Suplementar	Despesa Total	Impacto da Despesa Total na RCL
2022	79.624.591,97	34.412.054,69	2.540.434,03	2.900.797,41	39.853.286,13	50,1%
2023	81.217.083,81	35.100.295,78	2.565.838,37	2.929.805,39	40.595.939,54	50,0%
2024	82.841.425,48	35.802.301,70	2.591.496,76	2.959.103,44	41.352.901,89	49,9%
2025	84.498.253,99	36.518.347,73	2.617.411,72	2.988.694,47	42.124.453,93	49,9%
2026	86.188.219,07	37.248.714,69	2.643.585,84	3.018.581,42	42.910.881,95	49,8%
2027	87.911.983,46	37.993.688,98	2.670.021,70	3.048.767,23	43.712.477,91	49,7%
2028	89.670.223,12	38.753.562,76	2.696.721,92	3.079.254,90	44.529.539,58	49,7%
2029	91.463.627,59	39.528.634,02	2.723.689,14	3.110.047,45	45.362.370,61	49,6%
2030	93.292.900,14	40.319.206,70	2.750.926,03	3.141.147,93	46.211.280,65	49,5%
2031	95.158.758,14	41.125.590,83	2.778.435,29	3.172.559,41	47.076.585,53	49,5%
2032	97.061.933,30	41.948.102,65	2.806.219,64	3.204.285,00	47.958.607,29	49,4%
2033	99.003.171,97	42.787.064,70	2.834.281,84	3.236.327,85	48.857.674,39	49,3%
2034	100.983.235,41	43.642.806,00	2.862.624,65	3.268.691,13	49.774.121,78	49,3%
2035	103.002.900,12	44.515.662,12	2.891.250,90	3.301.378,04	50.708.291,06	49,2%
2036	105.062.958,12	45.405.975,36	2.920.163,41	3.334.391,82	51.660.530,59	49,2%
2037	107.164.217,28	46.314.094,86	2.949.365,04	3.367.735,74	52.631.195,65	49,1%
2038	109.307.501,63	47.240.376,76	2.978.858,69	3.401.413,10	53.620.648,55	49,1%
2039	111.493.651,66	48.185.184,30	3.008.647,28	3.435.427,23	54.629.258,81	49,0%
2040	113.723.524,69	49.148.887,98	3.038.733,75	3.469.781,50	55.657.403,24	48,9%
2041	115.997.995,19	50.131.865,74	3.069.121,09	3.504.479,32	56.705.466,15	48,9%
2042	118.317.955,09	51.134.503,06	3.099.812,30	3.539.524,11	57.773.839,47	48,8%
2043	120.684.314,19	52.157.193,12	3.130.810,43	3.574.919,35	58.862.922,89	48,8%
2044	123.098.000,48	53.200.336,98	3.162.118,53	3.610.668,54	59.973.124,05	48,7%
2045	125.559.960,49	54.264.343,72	3.193.739,72	3.646.775,23	61.104.858,67	48,7%
2046	128.071.159,70	55.349.630,60	3.225.677,11	3.683.242,98	62.258.550,69	48,6%
2047	130.632.582,89	56.456.623,21	3.257.933,88	3.720.075,41	63.434.632,50	48,6%
2048	133.245.234,55	57.585.755,67	3.290.513,22	3.757.276,16	64.633.545,06	48,5%
2049	135.910.139,24	58.737.470,78	3.323.418,36	3.794.848,93	65.855.738,07	48,5%
2050	138.628.342,03	59.912.220,20	3.356.652,54	3.832.797,42	67.101.670,15	48,4%
2051	141.400.908,87	61.110.464,60	3.390.219,06	3.871.125,39	68.371.809,06	48,4%
2052	144.228.927,04	62.332.673,90	3.424.121,25	3.909.836,64	69.666.631,79	48,3%
2053	147.113.505,58	63.579.327,37	3.458.362,47	3.948.935,01	70.986.624,85	48,3%
2054	150.055.775,70	64.850.913,92	3.492.946,09	3.988.424,36	72.332.284,37	48,2%
2055	153.056.891,21	66.147.932,20	3.527.875,55	-	69.675.807,75	45,5%
2056	156.118.029,03	67.470.890,84	3.563.154,31	-	71.034.045,15	45,5%

com aportes

2,0% crescimento RCL

2,0% crescimento despesa com pessoal ente



b) Fluxo com a Despesa Total com Pessoal do ente federativo e o Plano de Amortização proposto, caso seja adotada a modalidade com aportes em valores preestabelecidos e os valores aportados permaneçam aplicados por no mínimo 5 anos, sem pagar benefícios previdenciários:

Ano	RCL	Despesas com pessoal Ente	Contribuição Patronal	Despesa Total	Impacto da Despesa Total na RCL
2022	79.624.591,97	34.412.054,69	2.540.434,03	36.952.488,72	46,4%
2023	81.217.083,81	35.100.295,78	2.565.838,37	37.666.134,16	46,4%
2024	82.841.425,48	35.802.301,70	2.591.496,76	38.393.798,46	46,3%
2025	84.498.253,99	36.518.347,73	2.617.411,72	39.135.759,46	46,3%
2026	86.188.219,07	37.248.714,69	2.643.585,84	39.892.300,53	46,3%
2027	87.911.983,46	37.993.688,98	2.670.021,70	40.663.710,68	46,3%
2028	89.670.223,12	38.753.562,76	2.696.721,92	41.450.284,68	46,2%
2029	91.463.627,59	39.528.634,02	2.723.689,14	42.252.323,15	46,2%
2030	93.292.900,14	40.319.206,70	2.750.926,03	43.070.132,72	46,2%
2031	95.158.758,14	41.125.590,83	2.778.435,29	43.904.026,12	46,1%
2032	97.061.933,30	41.948.102,65	2.806.219,64	44.754.322,29	46,1%
2033	99.003.171,97	42.787.064,70	2.834.281,84	45.621.346,54	46,1%
2034	100.983.235,41	43.642.806,00	2.862.624,65	46.505.430,65	46,1%
2035	103.002.900,12	44.515.662,12	2.891.250,90	47.406.913,02	46,0%
2036	105.062.958,12	45.405.975,36	2.920.163,41	48.326.138,77	46,0%
2037	107.164.217,28	46.314.094,86	2.949.365,04	49.263.459,91	46,0%
2038	109.307.501,63	47.240.376,76	2.978.858,69	50.219.235,46	45,9%
2039	111.493.651,66	48.185.184,30	3.008.647,28	51.193.831,58	45,9%
2040	113.723.524,69	49.148.887,98	3.038.733,75	52.187.621,74	45,9%
2041	115.997.995,19	50.131.865,74	3.069.121,09	53.200.986,83	45,9%
2042	118.317.955,09	51.134.503,06	3.099.812,30	54.234.315,36	45,8%
2043	120.684.314,19	52.157.193,12	3.130.810,43	55.288.003,54	45,8%
2044	123.098.000,48	53.200.336,98	3.162.118,53	56.362.455,51	45,8%
2045	125.559.960,49	54.264.343,72	3.193.739,72	57.458.083,44	45,8%
2046	128.071.159,70	55.349.630,60	3.225.677,11	58.575.307,71	45,7%
2047	130.632.582,89	56.456.623,21	3.257.933,88	59.714.557,09	45,7%
2048	133.245.234,55	57.585.755,67	3.290.513,22	60.876.268,89	45,7%
2049	135.910.139,24	58.737.470,78	3.323.418,36	62.060.889,14	45,7%
2050	138.628.342,03	59.912.220,20	3.356.652,54	63.268.872,74	45,6%
2051	141.400.908,87	61.110.464,60	3.390.219,06	64.500.683,67	45,6%
2052	144.228.927,04	62.332.673,90	3.424.121,25	65.756.795,15	45,6%
2053	147.113.505,58	63.579.327,37	3.458.362,47	67.037.689,84	45,6%
2054	150.055.775,70	64.850.913,92	3.492.946,09	68.343.860,01	45,5%
2055	153.056.891,21	66.147.932,20	3.527.875,55	69.675.807,75	45,5%
2056	156.118.029,03	67.470.890,84	3.563.154,31	71.034.045,15	45,5%

sem aportes

2,0% crescimento RCL

2,0% crescimento despesa com pessoal ente

Convém frisar que a forma de amortização do deficit atuarial mediante realização de aportes em valores preestabelecidos — e não por incidência de alíquotas — configura recurso vinculado ao RPPS, não representando peso a ser computado entre as despesas com pessoal na contabilização do ente federativo.



Observação: conforme o disposto no § 1º do art. 1º da Portaria MPS nº 746/2011, aportes atuariais realizados em valores deverão ser controlados separadamente e cumprir permanência mínima de 5 anos em aplicações financeiras.

Diante desse quadro, manifestamos nosso entendimento pela adequação do plano de custeio em curso, tendo em vista a perseguição ao equilíbrio financeiro e atuarial do sistema e os recursos técnicos atuariais disponíveis, reiterando o incômodo produzido pela manipulação de incertezas envolvidas em torno de dados, premissas, estimativas e projeções inseridos num contexto de crise sanitária e situação macroeconômica, com mais que prováveis efeitos sobre decisões a serem tomadas pelos poderes municipais em função das particularidades associadas a arrecadação, manutenção de pessoal, dissídio coletivo e tantas variáveis componentes de uma equação dinâmica, invisível ao olhar de um estudo atuarial posicionado em uma data congelada no contexto da complexa administração da municipalidade.



10. CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Considerados os parâmetros definidos pela Portaria ME nº 19.451/2020 (a seguir resumidos) e baseado nas informações prestadas pelo RPPS, será aplicado o percentual correspondente a **3,0%** sobre o total das remunerações dos servidores ativos.

Limites para a alíquota dedicada à coberturas das despesas administrativas, definidos em função do enquadramento do RPPS quanto ao porte e sua adesão e condição de validade da certificação do programa Pró- Gestão	Porte	sem Pró-Gestão	com Pró-Gestão
	ESPECIAL	até 2,0%	até 2,4%
	GRANDE	até 2,4%	até 2,88%
	MÉDIO	até 3,0%	até 3,6%
	PEQUENO	até 3,6%	até 4,32%

Implementada por intermédio de lei do ente federativo, tal alíquota será aplicável a partir do exercício subsequente ao da publicação da referida lei, agregada ao custo calculado para cobertura dos benefícios previdenciários (Contribuição Normal patronal). Tal implementação deverá ser efetivada até 31/12/2021.

10.1 Levantamento das despesas administrativas dos últimos 3 anos

Ano	Despesas Administrativas	Variação
2021	300.525,31	-9,9%
2020	333.667,31	6,9%
2019	302.281,38	
MÉDIA	312.158,00	

10.2 Estimativa de despesas administrativas para o próximo exercício

Estimamos para o próximo exercício que a despesa administrativa será superior à média dos últimos exercícios.

10.3 Recomendações de manutenção ou alteração da fonte de custeio das despesas administrativas

Não se apresentam razões que sugiram a necessidade de alteração das despesas administrativas.



11. ANÁLISE DO COMPARATIVO DAS ÚLTIMAS AVALIAÇÕES ATUARIAIS

Descrição	2022	2021	2020
BASE NORMATIVA			
PLANO DE CUSTEIO VIGENTE			
Contribuição Normal - Ente Federativo	19,88%	18,88%	18,88%
BASE CADASTRAL			
ESTATÍSTICAS DA POPULAÇÃO COBERTA			
Quantidade de Segurados Ativos	473	495	508
Quantidade de Aposentados	142	127	120
Quantidade de Pensionistas	38	37	34
Média da Base de Cálculo dos Segurados Ativos	2.078,20	2.229,18	1.961,29
Média do Valor de Benefício dos Aposentados	2.051,19	1.939,53	1.893,67
Média do Valor de Benefício dos Pensionistas	1.207,50	1.044,73	1.003,05
Idade Média dos Segurados Ativos	49,07	48,59	47,33
Idade Média dos Aposentados	64,95	64,98	64,63
Idade Média dos Pensionistas	60,32	54,84	65,06
Idade Média Projetada para Aposentadorias	63,56	62,32	52,79
RESULTADOS			
VALORES DOS COMPROMISSOS			
Ativos Garantidores dos Compromissos do Plano de Benefícios	50.157.862,85	49.170.544,82	43.579.576,91
Valor Atual dos Benefícios Futuros - Concedidos	54.559.723,19	42.148.653,34	38.729.300,31
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras - Concedidos	12.350,15	15.401,59	20.624,79
Reserva Matemática de Benefícios Concedidos	54.547.373,04	42.133.251,75	38.708.675,52
Valor Atual dos Benefícios Futuros - a Conceder	88.218.804,78	101.146.078,27	85.415.756,80
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras - a Conceder	31.498.595,84	31.254.589,59	23.997.434,69
Reserva Matemática de Benefícios a Conceder	56.720.208,94	69.891.488,68	61.418.322,11
Valor Atual da Compensação Financeira a Receber	7.203.417,84	10.221.705,12	8.657.763,58
Valor Atual da Compensação Financeira a Pagar	0,00	0,00	0,00
Resultado Atuarial	-53.906.301,29	-52.632.490,49	-47.889.657,14
CUSTO NORMAL			
CUSTO ANUAL PREVISTO (% SOBRE BASE DE CONTRIBUIÇÃO)			
Benefícios em Regime de Capitalização (%)	24,01%	24,03%	18,08%
Benefícios em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura (%)	6,87%	6,85%	8,98%
Benefícios em Regime de Repartição Simples (%)	0,00%	0,00%	0,00%
ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL DEFINIDAS			
Ente Federativo - Contribuição Normal	16,88%	16,88%	18,88%
Taxa de Administração	3,00%	3,00%	2,00%



Descrição	2022/2021	2021/2020
BASE NORMATIVA		
PLANO DE CUSTEIO VIGENTE		
Contribuição Normal - Ente Federativo	5,30%	0,00%
BASE CADASTRAL		
ESTATÍSTICAS DA POPULAÇÃO COBERTA		
Quantidade de Segurados Ativos	-4,44%	-2,56%
Quantidade de Aposentados	11,81%	5,83%
Quantidade de Pensionistas	2,70%	8,82%
Média da Base de Cálculo dos Segurados Ativos	-6,77%	13,66%
Média do Valor de Benefício dos Aposentados	5,76%	2,42%
Média do Valor de Benefício dos Pensionistas	15,58%	4,16%
Idade Média dos Segurados Ativos	0,99%	2,66%
Idade Média dos Aposentados	-0,05%	0,55%
Idade Média dos Pensionistas	9,99%	-15,71%
Idade Média Projetada para Aposentadorias	1,99%	18,05%
RESULTADOS		
VALORES DOS COMPROMISSOS		
Ativos Garantidores dos Compromissos do Plano de Benefícios	2,01%	12,83%
Valor Atual dos Benefícios Futuros - Concedidos	29,45%	8,83%
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras - Concedidos	-19,81%	-25,32%
Reserva Matemática de Benefícios Concedidos	29,46%	8,85%
Valor Atual dos Benefícios Futuros - a Conceder	-12,78%	18,42%
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras - a Conceder	0,78%	30,24%
Reserva Matemática de Benefícios a Conceder	-18,85%	13,80%
Valor Atual da Compensação Financeira a Receber	-29,53%	18,06%
Valor Atual da Compensação Financeira a Pagar	0,00%	0,00%
Resultado Atuarial	2,42%	9,90%
CUSTO NORMAL		
CUSTO ANUAL PREVISTO (% SOBRE BASE DE CONTRIBUIÇÃO)		
Benefícios em Regime de Capitalização (%)	-0,08%	32,91%
Benefícios em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura (%)	0,29%	-23,72%
Benefícios em Regime de Repartição Simples (%)	0,00%	0,00%
ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL DEFINIDAS		
Ente Federativo - Contribuição Normal	0,00%	-10,59%
Taxa de Administração	0,00%	50,00%

11.1 Evolução quantitativa do grupo segurado

Constatamos redução do número de segurados ativos, com aumento de aposentados e pensionistas, com valores de vencimentos/proventos dentro do esperado.

11.2 Evolução do Patrimônio

O Patrimônio total do RPPS evoluiu de R\$ 49.170.544,82 na avaliação atuarial de dezembro de 2020, para **R\$ 50.157.862,85** em dezembro de 2021, apresentando **2,01%** de **crescimento**.



11.3 Índice de Cobertura

A comparação do Patrimônio com a Provisão Matemática é representada pelo Índice de Cobertura (**IC**) e indica a medida da capacidade do plano de benefícios de honrar o compromisso com o grupo segurado, a seguir demonstrada:

Data-base	Provisão Matemática	Ativos Garantidores	Índice de Cobertura
dez/21	111.267.581,98	50.157.862,85	45,08%
dez/20	112.024.740,43	49.170.544,82	43,89%
dez/19	100.126.997,63	43.579.576,91	43,52%



12. AVALIAÇÃO E IMPACTOS DO PERFIL ATUARIAL DO RPPS

Não houve alterações significativas no perfil atuarial.



13. PARECER ATUARIAL CONFORME DRAA

13.1 Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)

13.1.1 Perspectivas de alteração futura no perfil e na composição da massa de segurados

Constatamos aumento no número de aposentados e pensionistas e redução do quantitativo de servidores em atividade.

13.1.2 Adequação da base de dados utilizada e respectivos impactos em relação aos resultados apurados

Concluído o processo de crítica da base cadastral referente ao grupo segurado, o conjunto de informações fornecido foi considerado suficientemente completo, consistente e adequado à análise técnica atuarial, em conformidade com o disposto na Portaria MF nº 464/2018, relativamente aos requisitos de atualização, amplitude e consistência.

13.1.3 Análise dos regimes financeiros e métodos atuariais adotados e perspectivas futuras de comportamento dos custos e dos compromissos do plano de benefícios

Os regimes financeiros e métodos atuariais utilizados para o cálculo do financiamento dos benefícios previdenciários têm se mostrado adequados e eficazes, considerando o histórico do RPPS.

13.1.4 Adequação das hipóteses utilizadas às características da massa de segurados e de seus dependentes e análises de sensibilidade para os resultados

As hipóteses utilizadas estão adequadas ao RPPS, principalmente em relação ao crescimento salarial, taxa de juros e tábuas de mortalidade e invalidez, com aceitável oscilação dos resultados.

13.1.5 Metodologia utilizada para a determinação do valor da compensação previdenciária a receber e os impactos nos resultados

Solicitamos e foram informados os valores que estão sendo recebidos da Compensação Previdenciária, sendo deduzidos das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos.



Não dispondo de todos os dados relativos à contagem de tempo anteriormente dedicado ao RGPS e os valores recolhidos, foi utilizado o recurso disponibilizado pela Portaria MF nº 464/2018, correspondente a 8% do VABF a Conceder como referência para abatimento da Provisão Matemática.

13.1.6 Composição e características dos ativos garantidores

Para elaboração do estudo atuarial foi solicitada informação dos ativos garantidores separados em:

- Aplicações em Segmento de Renda Fixa, RPPS
- Aplicações em Segmento de Renda Variável, RPPS
- Aplicações em Segmento Imobiliário, RPPS
- Aplicações em Enquadramento, RPPS
- Títulos e Valores Não Sujeitos ao Enquadramento, RPPS
- Demais Bens, Direitos e Ativos

13.1.7 Variação dos compromissos do plano - VABF (Valor Atual dos Benefícios Futuros) e VACF (Valor Atual das Contribuições Futuras)

Não houve alterações significativas no VABF e VACF.

13.1.8 Resultado da avaliação atuarial e situação financeira e atuarial do RPPS

O RPPS vem apresentando uma melhora a cada ano, sendo que o Patrimônio representava 43,89% da Provisão Matemática e hoje equivale a 45,08%.

13.1.9 Plano de custeio a ser implementado e medidas para manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial

O Plano de Custeio já adotado em lei traz expectativa de superavit técnico atuarial. Recomendamos dar continuidade ao atual Plano de Custeio.

13.1.10 Parecer sobre a análise comparativa dos resultados das três últimas avaliações atuariais

Constatamos estagnação no número de segurados, com valores de salários/benefícios dentro do esperado.

13.1.11 Identificação dos principais riscos do plano de benefícios

Em razão da sua estrutura, o plano de benefícios apresenta o risco de aposentados e pensionistas superarem a expectativa de vida indicada nas tábuas de mortalidade utilizadas no cálculo, bem como de os ativos garantidores não alcançarem a meta atuarial.



14. PARECER ATUARIAL CONCLUSIVO

14.1 Indicadores de sustentabilidade do plano

O Fundo Previdenciário demonstra liquidez e solvência satisfatórias.

Recomendamos que se façam estudos de mitigação das condições que impactam o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, com o intuito de trazer o custo previdenciário a um patamar condizente com a realidade atual, a exemplo da reforma previdenciária promovida pela Emenda Constitucional nº 103/2019, principalmente em relação à condição de elegibilidade para a aposentadoria.

14.2 Adequação da base cadastral

O cadastro recebido foi submetido a testes críticos e as inconsistências detectadas foram corrigidas pelo RPPS, resultando em base de dados considerada suficientemente completa, consistente e adequada à análise técnica atuarial, em conformidade com o disposto na Portaria MF nº 464/2018, relativamente aos requisitos de atualização, amplitude e consistência.

Não é produzida qualquer alteração do banco de dados por iniciativa do atuário, significando que todo cálculo é realizado a partir de dados fornecidos pelo RPPS.

Quando a informação está incompleta e/ou incorreta, a crítica é encaminhada até a plena correção dos dados, ou seja, os resultados apurados refletem a imagem apresentada pelo banco de dados originado e eventualmente adequado exclusivamente pelo RPPS.

Eventuais intervenções se limitam à área em que há permissão concedida pela referida Portaria e consignada na Nota Técnica Atuarial para se adotar bases estatísticas conhecidas quando não se dispõe de informação consistente relativa a tempo de dedicação anterior em RGPS, percentual de segurados com cônjuges ou datas de nascimento de cônjuges e dependentes.

14.3 Adequação das bases técnicas utilizadas

As hipóteses utilizadas estão adequadas ao RPPS, principalmente em relação ao crescimento salarial, taxas de juros e tábuas de mortalidade e invalidez, com aceitável oscilação dos resultados.



Os regimes financeiros e métodos atuariais utilizados para o cálculo do financiamento dos benefícios previdenciários têm se mostrado adequados e eficazes, considerando o histórico do RPPS.

14.4 Adequação da metodologia utilizada para determinação do valor da compensação previdenciária a receber e os impactos nos resultados

Foram informados os valores recebidos de compensação previdenciária, sendo deduzidos das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos.

Com relação a quem está em atividade, para aqueles de quem não se dispõe de todos os dados para o cálculo da compensação previdenciária a receber, empregou-se o disposto na Instrução Normativa nº 09/2018, utilizando o equivalente a 8% do Valor Atual dos Benefícios Futuros a Conceder como referência para abatimento da Provisão Matemática.

14.5 Plano de custeio a ser implementado em lei

Reiterando a recomendação de prática adequada de alíquotas de **Contribuição Normal** e consolidando os valores referidos nos capítulos **8, 10, 11 e 13**, assim se resume a alimentação a ser adotada para o custeio do plano de benefícios:

Categoria	Alíquota Definida na Avaliação (%)
Ente Federativo	16,88%
Taxa de Administração	3,00%
Ente Federativo - Total	19,88%
Segurados Ativos	14,00%
Aposentados	14,00%
Pensionistas	14,00%
TOTAL	33,88%

14.6 Adesão aos parâmetros preconizados pela Emenda Constitucional nº 103/2019

Caso o RPPS promova alterações relacionadas à reforma previdenciária proposta pela ECnº 103/2019, que não as consideradas no presente estudo, nova avaliação atuarial deverá ser realizada, visando redimensionar as bases do relacionamento entre os recursos e a responsabilidade do plano de benefícios.



14.7 Considerações gerais

O estudo atuarial teve por objetivo estabelecer os níveis de contribuição dos segurados e empregadores para o Fundo de Previdência de tal modo que os aportes financeiros, devidamente capitalizados, sejam suficientes, por si sós, para custear as aposentadorias e pensões a serem concedidas.

O Fundo de Previdência, constituído em regime de capitalização com solidariedade financeira entre a geração atual e as futuras, irá custear as aposentadorias e pensões já concedidas e a conceder para as futuras aposentadorias e pensões.

Foi estabelecido um modelo matemático-atuarial que simulou a evolução provável dos futuros fluxos financeiros com concessão das aposentadorias e pensões e determinou os aportes necessários que, devidamente capitalizados, sejam suficientes para suprir as necessidades financeiras do Fundo de Previdência para os próximos 75 (setenta e cinco) anos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2022.



Escritório Técnico de Assessoria Actuarial S/S Ltda.

Richard Dutzmann

Atuário - MIBA 935



15. ANEXOS

- Anexo 1. Conceitos e definições
- Anexo 2. Estatísticas
- Anexo 3. Provisões Matemáticas a contabilizar
- Anexo 4. Projeção da evolução das Provisões Matemáticas para os próximos 12 meses
- Anexo 5. Resumo dos fluxos atuariais e da população coberta
- Anexo 6. Projeções atuariais para o Relatório Resumido da Execução Orçamentária –RREO
- Anexo 7. Resultado da duração do passivo e análise evolutiva
- Anexo 8. Ganhos e perdas atuariais
- Anexo 9. Resultado da demonstração de viabilidade do Plano de Custeio
- 10. Tábuas em geral



ANEXO 1. Conceitos e definições

ANEXO 1.1. Glossário

Alíquota de contribuição normal: percentual de contribuição, instituído em lei do ente federativo, definido, a cada ano, para cobertura do custo normal e cujos valores são destinados à constituição de reservas com a finalidade de prover o pagamento de benefícios.

Alíquota de contribuição suplementar: percentual de contribuição extraordinária, estabelecido em lei do ente federativo, para cobertura do custo suplementar e equacionamento do deficit atuarial.

Análise de sensibilidade: método que busca mensurar o efeito de uma hipótese ou premissa no resultado de um estudo ou avaliação atuarial.

Aposentadoria: benefício concedido aos segurados ativos do RPPS em prestações continuadas e nas condições previstas na Constituição Federal, nas normas gerais de organização e funcionamento desses regimes e na legislação do ente federativo.

Aposentadoria por invalidez / Aposentadoria por incapacidade permanente: benefício concedido aos segurados do RPPS que, por doença ou acidente, forem considerados, por perícia médica do ente federativo ou da unidade gestora do RPPS, incapacitados para exercer suas atividades ou outro tipo de serviço que lhes garanta sustento, nas condições previstas na Constituição Federal, nas normas gerais de organização e funcionamento desses regimes e na legislação do ente federativo.

Ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios: somatório dos recursos provenientes das contribuições, das disponibilidades decorrentes das receitas correntes e de capital e demais ingressos financeiros auferidos pelo RPPS, e dos bens, direitos, ativos financeiros e ativos de qualquer natureza vinculados, por lei, ao regime, destacados como investimentos e avaliados pelo seu valor justo, conforme normas contábeis aplicáveis ao setor público, excluídos os recursos relativos ao financiamento do custo administrativo do regime e aqueles vinculados aos fundos para oscilação de riscos e os valores das provisões para pagamento dos benefícios avaliados em regime de repartição simples e de repartição de capitais de cobertura.

Atuário: profissional técnico especializado, bacharel em Ciências Atuariais e legalmente habilitado para o exercício da profissão nos termos do Decreto-Lei nº 806, de 04/09/1969.

Auditoria atuarial: exame dos aspectos atuariais do plano de benefícios do RPPS realizado por atuário ou empresa de consultoria atuarial certificada, na forma de instrução



normativa específica, com o objetivo de verificar e avaliar a coerência e a consistência da base cadastral, das bases técnicas adotadas, da adequação do plano de custeio, dos montantes estimados para as provisões (reservas) matemáticas e fundos de natureza atuarial, bem como de demais aspectos que possam comprometer a liquidez e solvência do plano de benefícios.

Avaliação atuarial: procedimento realizado por atuário, em conformidade com as bases técnicas estabelecidas para o plano de benefícios do RPPS, visando caracterizar a população segurada e a base cadastral utilizada, discriminar os encargos, estimar os recursos necessários e as alíquotas de contribuição normal e suplementar do plano de custeio de equilíbrio para todos os benefícios do plano, apresentando os montantes do fundo de natureza atuarial, das reservas técnicas e provisões matemáticas a contabilizar, o fluxo e as projeções atuariais exigidos pela legislação pertinente, finalizando por emitir parecer atuarial conclusivo relativo à solvência e liquidez do plano de benefícios.

Bases técnicas: premissas, pressupostos, hipóteses e parâmetros biométricos, demográficos, econômicos e financeiros utilizados e adotados no plano de benefícios pelo atuário, com a concordância dos representantes do RPPS, adequados e aderentes às características da massa de segurados e beneficiários do RPPS e ao seu regramento. Como bases técnicas entendem-se, também, os regimes financeiros adotados para o financiamento dos benefícios, as tábuas biométricas utilizadas, bem como fatores e taxas utilizados para a estimação de receitas e encargos.

Beneficiário: pessoa física amparada pela cobertura previdenciária do RPPS, compreendendo o segurado e seus dependentes.

Conselho deliberativo: órgão colegiado instituído na estrutura do ente federativo ou da unidade gestora do RPPS para o atendimento ao critério da organização e funcionamento desse regime, pelo qual deve ser garantida a participação de representantes dos beneficiários do regime nos colegiados ou instâncias de decisão em que seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação.

Conselho fiscal: órgão colegiado instituído na estrutura do ente federativo ou da unidade gestora do RPPS, que supervisiona a execução das políticas formuladas pelo conselho deliberativo e as medidas e ações desenvolvidas pelo órgão de direção do RPPS.

Custeio administrativo: contribuição considerada na avaliação atuarial, expressa em alíquotas e estabelecida em lei para o financiamento do custo administrativo do RPPS. **Custo administrativo:** valor correspondente às necessidades de custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento da unidade gestora do



RPPS, inclusive para a conservação de seu patrimônio, conforme limites estabelecidos em parâmetros gerais.

Custo normal: valor correspondente às necessidades de custeio do plano de benefícios do RPPS, atuariamente calculadas, conforme os regimes financeiros adotados, referentes a períodos compreendidos entre a data da avaliação e a data de início dos benefícios.

Custo suplementar: valor correspondente às necessidades de custeio, atuariamente calculadas, destinado à cobertura do tempo de serviço passado, ao equacionamento de deficit gerado pela ausência ou insuficiência de alíquotas de contribuição, inadequação das bases técnicas ou outras causas que ocasionaram a insuficiência de ativos necessários à cobertura das provisões matemáticas previdenciárias, de responsabilidade de todos os poderes, órgãos e entidades do ente federativo.

Data focal da avaliação atuarial: data na qual foram posicionados, a valor presente, os encargos, as contribuições e aportes relativos ao plano de benefícios, bem como o ativo real líquido, e na qual foram apurados o resultado e a situação atuarial do plano. Nas avaliações atuariais anuais, a data focal é a do último dia do ano civil, 31 de dezembro.

Deficit atuarial: resultado negativo apurado por meio do confronto entre o somatório dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios e os valores atuais do fluxo de contribuições futuras, do fluxo dos valores líquidos da compensação financeira a receber, e do fluxo de parcelamentos vigentes a receber, menos o somatório dos valores atuais dos fluxos futuros de pagamento dos benefícios do plano de benefícios.

Deficit financeiro: valor da insuficiência financeira, período a período, apurada por meio do confronto entre o fluxo das receitas e o fluxo das despesas do RPPS em cada exercício financeiro.

Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA): documento elaborado em conformidade com os atos normativos da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia, exclusivo de cada RPPS, que demonstra, de forma resumida, as características gerais do plano de benefícios, da massa segurada pelo plano e os principais resultados da avaliação atuarial.

Dependente previdenciário: pessoa física que mantenha vinculação previdenciária com o segurado, na forma da lei.

Dirigente da unidade gestora do RPPS: representante legal da unidade gestora do RPPS que compõe o seu órgão de direção ou diretoria executiva.

Duração do passivo: média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios de cada plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios, conforme instrução normativa da Secretaria de Previdência.



Ente federativo: a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Equacionamento de deficit atuarial: decisão do ente federativo quanto às formas, prazos, valores e condições em que se dará o completo reequilíbrio do plano de benefícios do RPPS, observadas as normas legais e regulamentares.

Equilíbrio atuarial: garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, ambas estimadas e projetadas atuarialmente, até a extinção da massa de segurados a que se refere; expressão utilizada para denotar a igualdade entre o total de recursos garantidores do plano de benefícios do RPPS, acrescido das contribuições futuras e direitos, e o total de compromissos atuais e futuros do regime.

Equilíbrio financeiro: garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações do RPPS em cada exercício financeiro.

Estrutura a Termo da Taxa de Juros Média: a média das Estruturas a Termo de Taxa de Juros diárias embasadas nos títulos públicos federais indexados ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, conforme instrução normativa da Secretaria de Previdência.

Evento gerador de benefício: evento que gera o direito e torna o segurado do RPPS ou o seu dependente elegível ao benefício.

Fluxo atuarial: discriminação dos fluxos de recursos, direitos, receitas e encargos do plano de benefícios do RPPS, benefício a benefício, período a período, que, se trazidos a valor presente pela taxa atuarial de juros adotada no plano, convergem para os resultados do Valor Atual dos Benefícios Futuros e do Valor Atual das Contribuições Futuras que deram origem aos montantes dos fundos de natureza atuarial, às provisões matemáticas (reservas) a contabilizar e ao deficit ou superavit apurados da avaliação atuarial.

Fundo em capitalização: fundo especial, instituído nos termos da Lei nº 4.320, de 17/03/1964, com a finalidade de acumulação de recursos para pagamento dos compromissos definidos no plano de benefícios do RPPS, no qual o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição e idade foi estruturado no regime financeiro de capitalização e os demais benefícios em conformidade com as regras dispostas na Portaria MF nº 464/2018.

Fundo em repartição: fundo especial, instituído nos termos da Lei nº 4.320, de 17/03/1964, em caso de segregação de massas, em que as contribuições a serem pagas pelo ente federativo, pelos segurados ativos, aposentados e pensionistas vinculados ao RPPS são fixadas sem objetivo de acumulação de recursos, sendo as insuficiências aportadas pelo ente federativo, admitida a constituição de fundo para oscilação de risos.

Fundo para oscilação de riscos: valor destinado à cobertura de riscos decorrentes de desvios das hipóteses adotadas na avaliação atuarial ou com o objetivo de antisseleção de



riscos, cuja finalidade é manter nível de estabilidade do plano de custeio do RPPS e garantir sua solvência.

Ganhos e perdas atuariais: demonstrativo sobre o ajuste entre a realidade e a expectativa que se tinha quando da formulação do plano de custeio, acerca do comportamento das hipóteses e premissas atuariais.

Meta de rentabilidade: taxa anual de retorno esperada dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios, definida pela política de investimentos do RPPS. **Método de**

financiamento atuarial: metodologia adotada pelo atuário para estabelecer o nível de constituição das reservas necessárias à cobertura dos benefícios estruturados no regime financeiro de capitalização, em face das características biométricas, demográficas, econômicas e financeiras dos segurados e beneficiários do RPPS.

Nota Técnica Atuarial (NTA): documento técnico elaborado por atuário e exclusivo de cada RPPS, em conformidade com a instrução normativa da Secretaria de Previdência, que contém todas as formulações e expressões de cálculo das alíquotas de contribuição e dos encargos do plano de benefícios, das provisões (reservas) matemáticas previdenciárias e fundos de natureza atuarial, em conformidade com as bases técnicas aderentes à população do RPPS, bem como descreve, de forma clara e precisa, as características gerais dos benefícios, as bases técnicas adotadas e metodologias utilizadas nas formulações.

Órgãos de controle externo: os tribunais de contas, responsáveis pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos entes federativos e entidades da administração pública direta e indireta, nos termos dos artigos 70 a 75 da Constituição Federal e respectivas constituições estaduais, e dos RPPS, na forma do inciso IX do artigo 1º da Lei nº 9.717, de 1998.

Parecer atuarial: documento emitido por atuário que apresenta de forma conclusiva a situação financeira e atuarial do plano de benefícios, no que se refere à sua liquidez de curto prazo e solvência, que certifica a adequação da base cadastral e das bases técnicas utilizadas na avaliação atuarial, a regularidade ou não do repasse de contribuições ao RPPS e a observância do plano de custeio vigente, a discrepância ou não entre o plano de custeio vigente e o plano de custeio de equilíbrio estabelecido na última avaliação atuarial e aponta medidas para a busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial.

Passivo atuarial: valor presente, atuarialmente calculado, dos benefícios referentes aos servidores, dado determinado método de financiamento do plano de benefícios.

Pensionista: dependente em gozo de pensão previdenciária em decorrência de falecimento do segurado ao qual se encontrava vinculado.



Plano de benefícios: conjunto de benefícios de natureza previdenciária oferecidos aos segurados do RPPS, segundo as regras constitucionais e legais, limitados ao estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Plano de custeio: conjunto de alíquotas normais e suplementares e de aportes, discriminados por benefício, para financiamento do plano de benefícios e dos custos com a administração desse plano, necessários para se garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios.

Plano de custeio de equilíbrio: conjunto de alíquotas normais e suplementares e de aportes, discriminados por benefício, para financiamento do plano de benefícios e dos custos com a administração desse plano, necessários para se garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios proposto na avaliação atuarial.

Plano de custeio vigente: conjunto de alíquotas normais e suplementares e de aportes para financiamento do plano de benefícios e dos custos com a administração desse plano, estabelecido em lei pelo ente federativo e vigente na posição da avaliação atuarial.

Projeções atuariais com as alíquotas de equilíbrio: compreendem as projeções de todas as receitas e despesas do RPPS, considerando o fluxo atuarial dos benefícios calculados pelo regime financeiro de capitalização, os benefícios calculados por capitais de cobertura, os benefícios calculados por repartição simples e taxa de administração, calculados com base nas novas alíquotas de equilíbrio, para atender às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Projeções atuariais com as alíquotas vigentes: compreendem as projeções de todas as receitas e despesas do RPPS, considerando o fluxo atuarial dos benefícios calculados pelo regime financeiro de capitalização, os benefícios calculados por capitais de cobertura, os benefícios calculados por repartição simples e taxa de administração, calculados com base nas alíquotas vigentes, para atender às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Provisão matemática de benefícios a conceder: corresponde ao valor presente dos encargos (compromissos) com um determinado benefício não concedido, líquidos das contribuições futuras e aportes futuros, ambos também a valor presente.

Provisão matemática de benefícios concedidos: corresponde ao valor presente dos encargos (compromissos) com um determinado benefício já concedido, líquidos das contribuições futuras e aportes futuros, ambos também a valor presente.

Regime financeiro de capitalização: regime onde há formação de uma massa de recursos, acumulada durante o período de contribuição, capaz de garantir a geração de receitas equivalentes ao fluxo de fundos integralmente constituídos, para garantia dos benefícios iniciados após o período de acumulação de recursos.



Regime financeiro de repartição de capitais de cobertura: regime no qual o valor do fluxo de contribuições normais futuras de um único exercício é igual ao valor atual de todo o fluxo de pagamento de benefícios futuros, fluxo esse considerado até sua extinção e apenas para benefícios cujo evento gerador venha a ocorrer naquele único exercício.

Regime financeiro de repartição simples: regime em que o valor atual do fluxo de contribuições normais futuras de um único exercício é igual ao valor atual de todo o fluxo de benefícios futuros cujo pagamento venha a ocorrer nesse mesmo exercício.

Regime Geral de Previdência Social – RGPS: regime de filiação obrigatória para os trabalhadores não vinculados a regime próprio de previdência social.

Regime Próprio de Previdência Social – RPPS: regime de previdência estabelecido no âmbito do ente federativo e que assegure por lei, a todos os servidores titulares de cargo efetivo, pelo menos os benefícios de aposentadoria e pensão por morte previstos no artigo 40 da Constituição Federal.

Relatório da avaliação atuarial: documento elaborado por atuário legalmente habilitado, que apresenta os resultados do estudo técnico desenvolvido, baseado na Nota Técnica Atuarial e demais bases técnicas, com o objetivo principal de estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para a garantia do equilíbrio financeiro e atuarial do plano de previdência.

Relatório de análise das hipóteses: instrumento de responsabilidade da unidade gestora do RPPS, elaborado por atuário legalmente responsável, pelo qual demonstra-se a adequação e aderência das bases técnicas adotadas na avaliação atuarial do regime próprio às características da massa de beneficiários do regime, às normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS e às normas editadas pelo ente federativo.

Reserva administrativa: reserva constituída com os recursos destinados ao financiamento do custo administrativo do RPPS, relativos ao exercício corrente ou de sobras de custeio de exercícios anteriores e respectivos rendimentos, provenientes de alíquota de contribuição integrante do plano de custeio normal, aportes estabelecidos para essa finalidade, repasses financeiros ou pagamentos diretos pelo ente federativo ou destinados a fundo administrativo instituído nos termos da Lei nº 4.320, de 17/03/1964.

Reserva de contingência: montante decorrente do resultado superavitário para garantia de benefícios.

Resultado atuarial: resultado apurado por meio do confronto entre o somatório dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios com os valores atuais do fluxo de contribuições futuras, do fluxo dos valores líquidos da compensação financeira a receber, menos o somatório dos valores atuais dos fluxos futuros de pagamento dos benefícios do



plano de benefícios, sendo superavitário caso as receitas superem as despesas, e deficitário, em caso contrário.

Segregação de massas: a separação dos segurados do plano de benefícios do RPPS em grupos distintos que integrarão o Fundo de Capitalização e o Fundo de Repartição.

Segurado: servidor público civil titular de cargo efetivo, magistrado, membro do Ministério Público, membro de tribunal de contas, ativo, aposentado; militar estadual ativo, da reserva remunerada ou reformado, com vinculação previdenciária ao RPPS, abrangendo os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, instituições, órgãos e entidades autônomas.

Segurado aposentado: o segurado em gozo de aposentadoria.

Segurado ativo: o segurado que esteja em fase laborativa.

Serviço passado: parcela do passivo atuarial do servidor ativo correspondente ao período anterior a seu ingresso no RPPS do ente, para o qual não exista compensação previdenciária integral. No caso do aposentado ou pensionista, é a parcela do passivo atuarial referente a esses beneficiários, relativa ao período anterior à assunção pelo regime próprio e para o qual não houve contribuição para o correspondente custeio.

Sobrevida média dos aposentados e pensionistas: representa a sobrevida média da tábua de mortalidade na data da avaliação atuarial e expresso em anos dos aposentados, pensionistas vitalícios e da duração do tempo do benefício das pensões temporárias, conforme instrução normativa da Secretaria de Previdência.

Superavit atuarial: resultado positivo apurado por meio do confronto entre o somatório dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios com os valores atuais do fluxo de contribuições futuras e do fluxo dos valores líquidos da compensação financeira a receber, menos o somatório dos valores atuais dos fluxos futuros de pagamento dos benefícios do plano de benefícios.

Tábuas biométricas: instrumentos demográficos estatísticos utilizados nas bases técnicas da avaliação atuarial que estimam as probabilidades de ocorrência de eventos relacionados de determinado grupo de pessoas, tais como: sobrevivência, mortalidade, invalidez, morbidade etc.

Taxa atuarial de juros: taxa anual de retorno esperado dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios do RPPS, no horizonte de longo prazo, utilizada no cálculo dos direitos e compromissos do plano de benefícios a valor presente, sem utilização do índice oficial de inflação de referência do plano de benefícios.

Taxa de administração: percentual que compreende os limites a que o custo administrativo está submetido, expressos em termos de alíquotas e calculados nos termos dos parâmetros e diretrizes gerais para a organização e funcionamento dos RPPS.



Taxa de juros parâmetro: taxa cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média, divulgada anualmente pela Secretaria de Previdência, seja o mais próximo à duração do passivo do respectivo plano de benefícios.

Valor atual das contribuições futuras: valor presente atuarial do fluxo das futuras contribuições de um plano de benefícios, considerando as bases técnicas indicadas na Nota Técnica Atuarial e os preceitos da Ciência Atuarial.

Valor atual dos benefícios futuros: valor presente atuarial do fluxo dos futuros pagamentos de benefícios de um plano de benefícios, considerados as bases técnicas indicadas na Nota Técnica Atuarial e os preceitos da Ciência Atuarial.

Valor justo: valor pelo qual um ativo pode ser negociado ou um passivo liquidado entre as partes interessadas, em condições ideais e com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação de comercialização.

Viabilidade financeira: capacidade de o ente federativo dispor de recursos financeiros suficientes para honrar os compromissos previstos no plano de benefícios do RPPS. **Viabilidade fiscal:** capacidade de cumprimento dos limites fiscais previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Viabilidade orçamentária: capacidade de o ente federativo consignar receitas e fixar despesas em seu orçamento anual, suficientes para honrar os compromissos com o RPPS. **Unidade gestora:** entidade ou órgão integrante da estrutura da administração pública do ente federativo que tenha por finalidade a administração, o gerenciamento e a operacionalização do RPPS, incluindo a arrecadação e a gestão de recursos, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios.



ANEXO 1.2 Notação atuarial

A notação básica utilizada e sua definição são as seguintes:

i	Taxa anual de juros.
v^n	Valor atual da unidade de capital exigível após “ n ” anos.
j_1	Taxa anual de crescimento do salário por mérito.
j_2	Projeção de crescimento real dos benefícios do plano.
Y_1	Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos salários.
Y_2	Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos benefícios.
R_m	Remuneração mensal paga pelo ente público empregador ao segurado enquanto ativo.
P_A	Provento mensal de aposentadoria pago pelo órgão previdencial ao segurado enquanto aposentado.
P_p	Provento mensal de pensão pago pelo órgão previdencial ao grupo de dependentes do ex-segurado enquanto pensionistas.
x	Idade, em anos completos, do segurado (servidor) no momento do cálculo.
x_0	Idade, em anos completos, do segurado quando do início da atividade.
$\bar{x}$	Idade média atuarial do grupo segurado.
y_k	Idade, em anos completos, do dependente de ordem “ k ” do segurado.
l_x	Número de vivos na idade “ x ”, em uma tábua de mortalidade.
q_x^{aa}	Taxa anual de mortalidade de um ativo na idade “ x ”.
${}_n p_x^{ai}$	Probabilidade de um ativo de idade “ x ” ficar inválido e sobreviver à idade “ $x + n$ ”.
q_x^S	Probabilidade de um ativo de idade “ x ” não completar a idade “ $x + 1$ ” vinculado ao órgão previdencial, em razão de perda do vínculo de trabalho com o ente público empregador.
${}_n p_x^T$	Probabilidade de um ativo de idade “ x ” completar a idade “ $x + n$ ” em atividade e com vínculo de trabalho com o ente público empregador.
i_x	Taxa anual de invalidez na idade “ x ”.



VASF	Valor atual dos salários futuros.
CP	Valor da parcela mensal da contribuição dos segurados ativos, aposentados e pensionistas destinada ao custeio da aposentadoria.
CE	Valor da parcela mensal da contribuição do ente empregador, a favor do segurado, destinada ao custeio da aposentadoria.
a_x	Valor atual de uma renda unitária, anual, postecipada, pagável a uma pessoa de idade “ x ” enquanto viver.
$a_x^{(12)}$	Valor atual de uma renda unitária, anual, pagável a uma pessoa de idade “ x ” enquanto viver. Os termos da renda são devidos na fração duodécima da unidade monetária e em cada fração duodécima do ano, sendo o vencimento de cada parcela ao final do período.
a_x^i	Valor atual de uma renda unitária, anual, postecipada, pagável a um inválido de idade “ x ” enquanto viver.
$a_x^{i(12)}$	Valor atual de uma renda unitária, anual, pagável a um inválido de idade “ x ” enquanto viver. Os termos da renda são devidos na fração duodécima da unidade monetária e em cada fração duodécima do ano, sendo o vencimento de cada parcela ao final do período.
$a_{x:w}^T$	Valor atual de uma renda unitária, anual, postecipada, pagável a ou por um ativo de idade “ x ” enquanto permanecer vinculado ao órgão previdencial na condição de ativo, mas no máximo durante “ w ” anos.
$a_{x:w}^{T(12)}$	Valor atual de uma renda unitária, anual, postecipada, pagável a ou por um ativo de idade “ x ” enquanto permanecer vinculado ao órgão previdencial na condição de ativo, mas no máximo durante “ w ” anos. Os termos da renda são devidos na fração duodécima da unidade monetária e em cada fração duodécima do ano, sendo o vencimento de cada parcela ao final do período.
$a_{y_1 y_2 y_3 \dots y_n}$	Valor atual de uma renda unitária, anual, postecipada, pagável ao grupo “ y₁ y₂ y₃... y_n ” até a sua extinção.
$a_{y_1 y_2 y_3 \dots y_n}^{(12)}$	Valor atual de uma renda unitária, anual, postecipada, pagável ao grupo “ y₁ y₂ y₃... y_n ” até a sua extinção. Os termos da renda são devidos na fração duodécima da unidade monetária e em cada fração duodécima do ano.
VABF	Valor atual dos benefícios futuros.
VACF	Valor atual das contribuições futuras.



NE	Número esperado de eventos geradores de benefícios, no decurso de um ano.
E (x)	Valor médio do benefício pago, decorrente da realização de um evento gerador.
Z_{α}	Valor da abscissa à direita na distribuição normal no ponto “ α ” de significância estatística.
CAE	O valor do custo anual estimado de um benefício estudado em regime de repartição simples.

Obs.: por força das diferenças de nomenclatura das normas legais, salário equivale à remuneração ou vencimento e no caso de aposentados e pensionistas, equivale a provento.



POPULAÇÃO COBERTA	Quantidade			Média da Base de Cálculo ou Média do Valor do Benefício		Idade Média		Idade Média Projetada para Aposentadoria Programada		Idade Média de Admissão	
	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Aposentadoria por Idade	21	19	40	1.323,36	1.288,60	68,00	72,26				
Aposentadoria por Tempo de Contribuição	59	3	62	2.980,75	1.735,01	60,44	71,00				
Aposentadoria Compulsória	1	3	4	1.326,95	1.100,00	76,00	81,00				
Aposentadoria por Invalidez	15	17	32	1.160,45	1.182,12	64,07	68,18				
Aposentadoria como professor	4	0	4	3.948,85	-	51,00	-				
Pensões	26	12	38	1.185,33	1.255,52	64,50	51,25				
Servidores Iminentes - Sem critério diferenciado	13	11	24	3.393,17	2.118,95	60,46	66,00	60,46	66,00	36,00	40,55
Servidores - Sem critério diferenciado	200	131	331	1.751,46	1.859,42	46,36	52,98	62,74	67,21	30,91	35,44
Servidores Iminentes - Aposentadoria professor	3	0	3	3.272,07	-	58,33	-	58,33	-	33,67	-
Servidores - Aposentadoria professor	96	19	115	2.770,14	2.418,02	44,51	43,00	60,09	62,21	31,78	31,26



DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES ATIVOS EM MÚLTIPLOS DE SALÁRIOS

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Vargem Alta

(Homens e Mulheres)

Faixa em Múltiplos Salários	Número de Partic.	Relação a Quantidade		Relação a Fl.Vento		Faixa em Múltiplos Salários	Número de Partic.	Relação a Quantidade		Relação a Fl.Vento	
		% Partic.	% Acum.	% Partic.	% Acum.			% Partic.	% Acum.	% Partic.	% Acum.
0 a 1	6	1,27	1,27	0,67	0,67	60 a 61	0	0,00	100,00	0,00	100,00
1 a 2	285	60,25	61,52	43,07	43,74	61 a 62	0	0,00	100,00	0,00	100,00
2 a 3	138	29,18	90,70	37,02	80,76	62 a 63	0	0,00	100,00	0,00	100,00
3 a 4	25	5,29	95,98	9,33	90,08	63 a 64	0	0,00	100,00	0,00	100,00
4 a 5	15	3,17	99,15	7,44	97,53	64 a 65	0	0,00	100,00	0,00	100,00
5 a 6	3	0,63	99,79	1,69	99,22	65 a 66	0	0,00	100,00	0,00	100,00
6 a 7	1	0,21	100,00	0,78	100,00	66 a 67	0	0,00	100,00	0,00	100,00
7 a 8	0	0,00	100,00	0,00	100,00	67 a 68	0	0,00	100,00	0,00	100,00
8 a 9	0	0,00	100,00	0,00	100,00	68 a 69	0	0,00	100,00	0,00	100,00
9 a 10	0	0,00	100,00	0,00	100,00	69 a 70	0	0,00	100,00	0,00	100,00
10 a 11	0	0,00	100,00	0,00	100,00	70 a 71	0	0,00	100,00	0,00	100,00
11 a 12	0	0,00	100,00	0,00	100,00	71 a 72	0	0,00	100,00	0,00	100,00
12 a 13	0	0,00	100,00	0,00	100,00	72 a 73	0	0,00	100,00	0,00	100,00
13 a 14	0	0,00	100,00	0,00	100,00	73 a 74	0	0,00	100,00	0,00	100,00
14 a 15	0	0,00	100,00	0,00	100,00	74 a 75	0	0,00	100,00	0,00	100,00
15 a 16	0	0,00	100,00	0,00	100,00	75 a 76	0	0,00	100,00	0,00	100,00
16 a 17	0	0,00	100,00	0,00	100,00	76 a 77	0	0,00	100,00	0,00	100,00
17 a 18	0	0,00	100,00	0,00	100,00	77 a 78	0	0,00	100,00	0,00	100,00
18 a 19	0	0,00	100,00	0,00	100,00	78 a 79	0	0,00	100,00	0,00	100,00
19 a 20	0	0,00	100,00	0,00	100,00	79 a 80	0	0,00	100,00	0,00	100,00
20 a 21	0	0,00	100,00	0,00	100,00	80 a 81	0	0,00	100,00	0,00	100,00
21 a 22	0	0,00	100,00	0,00	100,00	81 a 82	0	0,00	100,00	0,00	100,00
22 a 23	0	0,00	100,00	0,00	100,00	82 a 83	0	0,00	100,00	0,00	100,00
23 a 24	0	0,00	100,00	0,00	100,00	83 a 84	0	0,00	100,00	0,00	100,00
24 a 25	0	0,00	100,00	0,00	100,00	84 a 85	0	0,00	100,00	0,00	100,00
25 a 26	0	0,00	100,00	0,00	100,00	85 a 86	0	0,00	100,00	0,00	100,00
26 a 27	0	0,00	100,00	0,00	100,00	86 a 87	0	0,00	100,00	0,00	100,00
27 a 28	0	0,00	100,00	0,00	100,00	87 a 88	0	0,00	100,00	0,00	100,00
28 a 29	0	0,00	100,00	0,00	100,00	88 a 89	0	0,00	100,00	0,00	100,00
29 a 30	0	0,00	100,00	0,00	100,00	89 a 90	0	0,00	100,00	0,00	100,00
30 a 31	0	0,00	100,00	0,00	100,00	90 a 91	0	0,00	100,00	0,00	100,00
31 a 32	0	0,00	100,00	0,00	100,00	91 a 92	0	0,00	100,00	0,00	100,00
32 a 33	0	0,00	100,00	0,00	100,00	92 a 93	0	0,00	100,00	0,00	100,00
33 a 34	0	0,00	100,00	0,00	100,00	93 a 94	0	0,00	100,00	0,00	100,00
34 a 35	0	0,00	100,00	0,00	100,00	94 a 95	0	0,00	100,00	0,00	100,00
35 a 36	0	0,00	100,00	0,00	100,00	95 a 96	0	0,00	100,00	0,00	100,00
36 a 37	0	0,00	100,00	0,00	100,00	96 a 97	0	0,00	100,00	0,00	100,00
37 a 38	0	0,00	100,00	0,00	100,00	97 a 98	0	0,00	100,00	0,00	100,00
38 a 39	0	0,00	100,00	0,00	100,00	98 a 99	0	0,00	100,00	0,00	100,00
39 a 40	0	0,00	100,00	0,00	100,00	99 a 100	0	0,00	100,00	0,00	100,00
40 a 41	0	0,00	100,00	0,00	100,00	100 a 101	0	0,00	100,00	0,00	100,00
41 a 42	0	0,00	100,00	0,00	100,00	101 a 102	0	0,00	100,00	0,00	100,00
42 a 43	0	0,00	100,00	0,00	100,00	102 a 103	0	0,00	100,00	0,00	100,00
43 a 44	0	0,00	100,00	0,00	100,00	103 a 104	0	0,00	100,00	0,00	100,00
44 a 45	0	0,00	100,00	0,00	100,00	104 a 105	0	0,00	100,00	0,00	100,00
45 a 46	0	0,00	100,00	0,00	100,00	105 a 106	0	0,00	100,00	0,00	100,00
46 a 47	0	0,00	100,00	0,00	100,00	106 a 107	0	0,00	100,00	0,00	100,00
47 a 48	0	0,00	100,00	0,00	100,00	107 a 108	0	0,00	100,00	0,00	100,00
48 a 49	0	0,00	100,00	0,00	100,00	108 a 109	0	0,00	100,00	0,00	100,00
49 a 50	0	0,00	100,00	0,00	100,00	109 a 110	0	0,00	100,00	0,00	100,00
50 a 51	0	0,00	100,00	0,00	100,00	110 a 111	0	0,00	100,00	0,00	100,00
51 a 52	0	0,00	100,00	0,00	100,00	111 a 112	0	0,00	100,00	0,00	100,00
52 a 53	0	0,00	100,00	0,00	100,00	112 a 113	0	0,00	100,00	0,00	100,00
53 a 54	0	0,00	100,00	0,00	100,00	113 a 114	0	0,00	100,00	0,00	100,00
54 a 55	0	0,00	100,00	0,00	100,00	114 a 115	0	0,00	100,00	0,00	100,00
55 a 56	0	0,00	100,00	0,00	100,00	115 a 116	0	0,00	100,00	0,00	100,00
56 a 57	0	0,00	100,00	0,00	100,00	116 a 117	0	0,00	100,00	0,00	100,00
57 a 58	0	0,00	100,00	0,00	100,00	117 a 118	0	0,00	100,00	0,00	100,00
58 a 59	0	0,00	100,00	0,00	100,00	118 a 119	0	0,00	100,00	0,00	100,00
59 a 60	0	0,00	100,00	0,00	100,00	119 a 120	0	0,00	100,00	0,00	100,00
						+ de 120	0	0,00	100,00	0,00	100,00

Total dos Vencimentos dos Servidores Ativos:

R\$ 982.987,94

Vencimento Médio: R\$

2.078,20



DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES ATIVOS POR TEMPO DE PREFEITURA E REMUNERAÇÃO

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Vargem Alta

(Homens e Mulheres)

Tempo Pref. em Anos	Servidores			Vencimentos			
	Número	%	% Acumulado	Na Faixa	%	% Acumulado	Médio
0	5	1,06	1,06	16.069,68	1,63	1,63	3.213,94
1	0	0,00	1,06	0,00	0,00	1,63	0,00
2	0	0,00	1,06	0,00	0,00	1,63	0,00
3	0	0,00	1,06	0,00	0,00	1,63	0,00
4	1	0,21	1,27	1.100,00	0,11	1,75	1.100,00
5	0	0,00	1,27	0,00	0,00	1,75	0,00
6	15	3,17	4,44	23.854,03	2,43	4,17	1.590,27
7	23	4,86	9,30	38.251,24	3,89	8,06	1.663,10
8	11	2,33	11,63	20.079,12	2,04	10,11	1.825,37
9	35	7,40	19,03	74.193,05	7,55	17,66	2.119,80
10	52	10,99	30,02	88.195,99	8,97	26,63	1.696,08
11	3	0,63	30,66	4.612,00	0,47	27,10	1.537,33
12	10	2,11	32,77	19.834,11	2,02	29,11	1.983,41
13	8	1,69	34,46	19.397,19	1,97	31,09	2.424,65
14	79	16,70	51,16	162.895,19	16,57	47,66	2.061,96
15	6	1,27	52,43	8.908,60	0,91	48,57	1.484,77
16	4	0,85	53,28	7.647,23	0,78	49,34	1.911,81
17	19	4,02	57,29	31.113,99	3,17	52,51	1.637,58
18	98	20,72	78,01	210.068,95	21,37	73,88	2.143,56
19	0	0,00	78,01	0,00	0,00	73,88	0,00
20	0	0,00	78,01	0,00	0,00	73,88	0,00
21	1	0,21	78,22	1.485,20	0,15	74,03	1.485,20
22	2	0,42	78,65	4.557,86	0,46	74,49	2.278,93
23	12	2,54	81,18	18.226,87	1,85	76,35	1.518,91
24	46	9,73	90,91	87.482,52	8,90	85,25	1.901,79
25	0	0,00	90,91	0,00	0,00	85,25	0,00
26	0	0,00	90,91	0,00	0,00	85,25	0,00
27	2	0,42	91,33	7.112,65	0,72	85,97	3.556,33
28	0	0,00	91,33	0,00	0,00	85,97	0,00
29	5	1,06	92,39	17.952,70	1,83	87,80	3.590,54
30	36	7,61	100,00	119.949,77	12,20	100,00	3.331,94
31	0	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00
32	0	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00
33	0	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00
34	0	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00
35	0	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00
36	0	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00
37	0	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00
38	0	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00
39	0	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00
40	0	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00
41	0	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00
42	0	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00
43	0	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00
44	0	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00
45	0	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00
46	0	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00
47	0	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00
48	0	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00
49	0	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00
50	0	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00
TOTAL	473		100,00	982.987,94		100,00	2.078,20

Tempo Médio de Participação na Prefeitura: 15,87 anos



DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES ATIVOS POR ANOS PARA APOSENTAR E REMUNERAÇÃO

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Vargem Alta

(Homens e Mulheres)

Anos para Aposentar	Servidores			Vencimentos			
	Número	%	% Acumulado	Na Faixa	%	% Acumulado	Médio
0	26	5,50	5,50	74.569,10	7,59	7,59	2.868,04
1	1	0,21	5,71	2.666,69	0,27	7,86	2.666,69
2	5	1,06	6,77	14.530,27	1,48	9,34	2.906,05
3	7	1,48	8,25	15.277,36	1,55	10,89	2.182,48
4	6	1,27	9,51	13.548,51	1,38	12,27	2.258,09
5	1	0,21	9,73	1.496,45	0,15	12,42	1.496,45
6	5	1,06	10,78	15.075,21	1,53	13,95	3.015,04
7	4	0,85	11,63	11.174,12	1,14	15,09	2.793,53
8	9	1,90	13,53	24.612,91	2,50	17,59	2.734,77
9	35	7,40	20,93	65.522,77	6,67	24,26	1.872,08
10	21	4,44	25,37	43.142,90	4,39	28,65	2.054,42
11	31	6,55	31,92	71.120,28	7,24	35,88	2.294,20
12	28	5,92	37,84	59.117,21	6,01	41,90	2.111,33
13	30	6,34	44,19	53.288,78	5,42	47,32	1.776,29
14	22	4,65	48,84	57.117,90	5,81	53,13	2.596,27
15	16	3,38	52,22	30.581,44	3,11	56,24	1.911,34
16	17	3,59	55,81	38.622,25	3,93	60,17	2.271,90
17	24	5,07	60,89	49.777,72	5,06	65,23	2.074,07
18	23	4,86	65,75	50.654,08	5,15	70,39	2.202,35
19	25	5,29	71,04	52.451,94	5,34	75,72	2.098,08
20	18	3,81	74,84	41.009,78	4,17	79,89	2.278,32
21	11	2,33	77,17	21.391,28	2,18	82,07	1.944,66
22	14	2,96	80,13	22.759,04	2,32	84,39	1.625,65
23	8	1,69	81,82	10.344,10	1,05	85,44	1.293,01
24	12	2,54	84,36	21.272,79	2,16	87,60	1.772,73
25	15	3,17	87,53	26.155,91	2,66	90,26	1.743,73
26	13	2,75	90,27	22.277,35	2,27	92,53	1.713,64
27	9	1,90	92,18	15.814,38	1,61	94,14	1.757,15
28	9	1,90	94,08	15.580,81	1,59	95,72	1.731,20
29	9	1,90	95,98	17.154,16	1,75	97,47	1.906,02
30	9	1,90	97,89	10.886,86	1,11	98,58	1.209,65
31	3	0,63	98,52	4.403,38	0,45	99,02	1.467,79
32	2	0,42	98,94	2.255,00	0,23	99,25	1.127,50
33	2	0,42	99,37	3.277,75	0,33	99,59	1.638,88
34	1	0,21	99,58	1.155,00	0,12	99,70	1.155,00
35	0	0,00	99,58	0,00	0,00	99,70	0,00
36	0	0,00	99,58	0,00	0,00	99,70	0,00
37	0	0,00	99,58	0,00	0,00	99,70	0,00
38	1	0,21	99,79	1.802,46	0,18	99,89	1.802,46
39	0	0,00	99,79	0,00	0,00	99,89	0,00
40	0	0,00	99,79	0,00	0,00	99,89	0,00
41	0	0,00	99,79	0,00	0,00	99,89	0,00
42	0	0,00	99,79	0,00	0,00	99,89	0,00
43	0	0,00	99,79	0,00	0,00	99,89	0,00
44	1	0,21	100,00	1.100,00	0,11	100,00	1.100,00
45	0	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00
46	0	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00
47	0	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00
48	0	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00
49	0	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00
50	0	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00
TOTAL	473		100,00	982.987,94		100,00	2.078,20

PRAZO MÉDIO PARA APOSENTAR:

15,54 anos



DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES ATIVOS POR IDADE E REMUNERAÇÃO

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Vargem Alta

(Homens e Mulheres)

Idade	Servidores			Vencimentos			
	Número	%	% Acumulado	Na Faixa	%	% Acumulado	Médio
16	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	1	0,21	0,21	1.100,00	0,11	0,11	1.100,00
21	0	0,00	0,21	0,00	0,00	0,11	0,00
22	0	0,00	0,21	0,00	0,00	0,11	0,00
23	0	0,00	0,21	0,00	0,00	0,11	0,00
24	0	0,00	0,21	0,00	0,00	0,11	0,00
25	0	0,00	0,21	0,00	0,00	0,11	0,00
26	1	0,21	0,42	1.802,46	0,18	0,30	1.802,46
27	0	0,00	0,42	0,00	0,00	0,30	0,00
28	2	0,42	0,85	2.255,00	0,23	0,52	1.127,50
29	3	0,63	1,48	4.108,27	0,42	0,94	1.369,42
30	1	0,21	1,69	1.155,00	0,12	1,06	1.155,00
31	4	0,85	2,54	5.907,96	0,60	1,66	1.476,99
32	4	0,85	3,38	6.865,62	0,70	2,36	1.716,41
33	11	2,33	5,71	16.910,21	1,72	4,08	1.537,29
34	11	2,33	8,03	22.873,96	2,33	6,41	2.079,45
35	9	1,90	9,94	20.759,17	2,11	8,52	2.306,57
36	6	1,27	11,21	10.056,60	1,02	9,54	1.676,10
37	12	2,54	13,74	20.933,81	2,13	11,67	1.744,48
38	9	1,90	15,64	15.619,70	1,59	13,26	1.735,52
39	14	2,96	18,60	22.384,83	2,28	15,54	1.598,92
40	18	3,81	22,41	41.430,50	4,21	19,75	2.301,69
41	24	5,07	27,48	54.631,96	5,56	25,31	2.276,33
42	12	2,54	30,02	22.280,16	2,27	27,58	1.856,68
43	11	2,33	32,35	27.059,60	2,75	30,33	2.459,96
44	21	4,44	36,79	40.911,14	4,16	34,49	1.948,15
45	17	3,59	40,38	41.164,49	4,19	38,68	2.421,44
46	8	1,69	42,07	16.195,91	1,65	40,33	2.024,49
47	10	2,11	44,19	27.053,30	2,75	43,08	2.705,33
48	17	3,59	47,78	37.827,70	3,85	46,93	2.225,16
49	18	3,81	51,59	36.376,40	3,70	50,63	2.020,91
50	18	3,81	55,39	35.059,45	3,57	54,19	1.947,75
51	15	3,17	58,56	37.303,74	3,79	57,99	2.486,92
52	20	4,23	62,79	36.754,51	3,74	61,73	1.837,73
53	19	4,02	66,81	33.220,63	3,38	65,11	1.748,45
54	20	4,23	71,04	38.073,91	3,87	68,98	1.903,70
55	16	3,38	74,42	31.983,32	3,25	72,23	1.998,96
56	16	3,38	77,80	41.067,29	4,18	76,41	2.566,71
57	15	3,17	80,97	31.821,43	3,24	79,65	2.121,43
58	14	2,96	83,93	31.054,48	3,16	82,81	2.218,18
59	14	2,96	86,89	30.250,01	3,08	85,89	2.160,72
60	10	2,11	89,01	24.371,29	2,48	88,37	2.437,13
61	6	1,27	90,27	10.664,70	1,08	89,45	1.777,45
62	10	2,11	92,39	22.589,61	2,30	91,75	2.258,96
63	6	1,27	93,66	14.115,50	1,44	93,18	2.352,58
64	7	1,48	95,14	13.245,61	1,35	94,53	1.892,23
65	8	1,69	96,83	14.697,00	1,50	96,03	1.837,13
66	3	0,63	97,46	5.663,10	0,58	96,60	1.887,70
67	4	0,85	98,31	10.756,79	1,09	97,70	2.689,20
68	4	0,85	99,15	10.062,57	1,02	98,72	2.515,64
69	2	0,42	99,58	9.472,89	0,96	99,69	4.736,45
70	1	0,21	99,79	1.594,25	0,16	99,85	1.594,25
>70	1	0,21	100,00	1.502,11	0,15	100,00	1.502,11
TOTAL	473		100,00	982.987,94		100,00	2.078,20

IDADE MÉDIA: 49,07 anos

TAXA ANUAL DE SOBREVIVÊNCIA: 0,9945

NÚMERO DE ÓBITOS ESPERADOS: 3



Distribuição dos Aposentados por Idade

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Vargem Alta

(Homens e Mulheres)			(Mulheres)			(Homens)		
Idade	Nº de Aposentados	Total dos Proventos	Idade	Nº de Aposentados	Total dos Proventos	Idade	Nº de Aposentados	Total dos Proventos
≤ 39	0	0,00	≤ 39	0	-	≤ 39	0	-
40	0	0,00	40	0	-	40	0	-
41	0	0,00	41	0	-	41	0	-
42	0	0,00	42	0	-	42	0	-
43	1	1.306,40	43	1	1.306,40	43	0	-
44	0	0,00	44	0	-	44	0	-
45	0	0,00	45	0	-	45	0	-
46	0	0,00	46	0	-	46	0	-
47	1	1.100,00	47	0	-	47	1	1.100,00
48	0	0,00	48	0	-	48	0	-
49	1	1.100,00	49	1	1.100,00	49	0	-
50	2	7.723,59	50	2	7.723,59	50	0	-
51	1	4.860,27	51	1	4.860,27	51	0	-
52	2	6.767,88	52	2	6.767,88	52	0	-
53	1	3.211,55	53	1	3.211,55	53	0	-
54	2	8.702,53	54	2	8.702,53	54	0	-
55	4	12.456,89	55	3	11.356,89	55	1	1.100,00
56	7	23.575,69	56	7	23.575,69	56	0	-
57	7	16.308,36	57	7	16.308,36	57	0	-
58	3	12.823,98	58	3	12.823,98	58	0	-
59	9	25.722,75	59	8	24.622,75	59	1	1.100,00
60	7	14.509,66	60	6	12.546,17	60	1	1.963,49
61	4	6.262,72	61	4	6.262,72	61	0	-
62	6	10.991,95	62	5	9.891,95	62	1	1.100,00
63	7	11.473,68	63	7	11.473,68	63	0	-
64	5	12.968,16	64	5	12.968,16	64	0	-
65	7	14.994,77	65	6	13.894,77	65	1	1.100,00
66	6	11.368,68	66	4	9.168,68	66	2	2.200,00
67	6	13.198,53	67	4	10.542,21	67	2	2.656,32
68	7	9.878,44	68	4	5.875,94	68	3	4.002,50
69	6	6.606,74	69	2	2.206,74	69	4	4.400,00
70	4	4.888,80	70	1	1.100,00	70	3	3.788,80
71	5	9.747,71	71	4	8.647,71	71	1	1.100,00
72	6	9.439,74	72	2	2.200,00	72	4	7.239,74
73	5	5.910,35	73	1	1.118,67	73	4	4.791,68
74	2	2.202,69	74	1	1.100,00	74	1	1.102,69
75	1	1.100,00	75	0	-	75	1	1.100,00
76	2	2.426,95	76	1	1.326,95	76	1	1.100,00
77	2	2.200,00	77	1	1.100,00	77	1	1.100,00
78	2	2.946,22	78	1	1.100,00	78	1	1.846,22
79	3	3.300,00	79	1	1.100,00	79	2	2.200,00
80	2	2.200,00	80	1	1.100,00	80	1	1.100,00
81	1	1.100,00	81	0	-	81	1	1.100,00
82	2	2.546,79	82	0	-	82	2	2.546,79
83	1	1.100,00	83	1	1.100,00	83	0	-
84	0	0,00	84	0	-	84	0	-
85	2	2.246,36	85	0	-	85	2	2.246,36
86	0	0,00	86	0	-	86	0	-
87	0	0,00	87	0	-	87	0	-
88	0	0,00	88	0	-	88	0	-
89	0	0,00	89	0	-	89	0	-
90	0	0,00	90	0	-	90	0	-
≥ 91	0	0,00	≥ 91	0	-	≥ 91	0	-
TOTAL	142	291.268,83	TOTAL	100	238.184,24	TOTAL	42	53.084,59

Idade Média = 64,95

Idade Média = 62,35

Idade Média = 71,14



Distribuição dos Aposentados em Múltiplos de Salários

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Vargem Alta

(Homens e Mulheres)			(Mulheres)			(Homens)		
Faixa em Mult.de Sal.	Nº de Aposent.	Total de Proventos	Faixa em Mult.de Sal.	Nº de Aposent.	Total de Proventos	Faixa em Mult.de Sal.	Nº de Aposent.	Total de Proventos
0 a 1	65	71.500,00	0 a 1	35	38.500,00	0 a 1	30	33.000,00
1 a 2	34	53.217,83	1 a 2	23	37.072,98	1 a 2	11	16.144,85
2 a 3	12	31.713,89	2 a 3	12	31.713,89	2 a 3	0	0,00
3 a 4	16	62.650,56	3 a 4	15	58.710,82	3 a 4	1	3.939,74
4 a 5	14	65.236,70	4 a 5	14	65.236,70	4 a 5	0	0,00
5 a 6	0	0,00	5 a 6	0	0,00	5 a 6	0	0,00
6 a 7	1	6.949,85	6 a 7	1	6.949,85	6 a 7	0	0,00
7 a 8	0	0,00	7 a 8	0	0,00	7 a 8	0	0,00
8 a 9	0	0,00	8 a 9	0	0,00	8 a 9	0	0,00
9 a 10	0	0,00	9 a 10	0	0,00	9 a 10	0	0,00
10 a 11	0	0,00	10 a 11	0	0,00	10 a 11	0	0,00
11 a 12	0	0,00	11 a 12	0	0,00	11 a 12	0	0,00
12 a 13	0	0,00	12 a 13	0	0,00	12 a 13	0	0,00
13 a 14	0	0,00	13 a 14	0	0,00	13 a 14	0	0,00
14 a 15	0	0,00	14 a 15	0	0,00	14 a 15	0	0,00
15 a 16	0	0,00	15 a 16	0	0,00	15 a 16	0	0,00
16 a 17	0	0,00	16 a 17	0	0,00	16 a 17	0	0,00
17 a 18	0	0,00	17 a 18	0	0,00	17 a 18	0	0,00
18 a 19	0	0,00	18 a 19	0	0,00	18 a 19	0	0,00
19 a 20	0	0,00	19 a 20	0	0,00	19 a 20	0	0,00
20 a 21	0	0,00	20 a 21	0	0,00	20 a 21	0	0,00
21 a 22	0	0,00	21 a 22	0	0,00	21 a 22	0	0,00
22 a 23	0	0,00	22 a 23	0	0,00	22 a 23	0	0,00
23 a 24	0	0,00	23 a 24	0	0,00	23 a 24	0	0,00
24 a 25	0	0,00	24 a 25	0	0,00	24 a 25	0	0,00
25 a 26	0	0,00	25 a 26	0	0,00	25 a 26	0	0,00
26 a 27	0	0,00	26 a 27	0	0,00	26 a 27	0	0,00
27 a 28	0	0,00	27 a 28	0	0,00	27 a 28	0	0,00
28 a 29	0	0,00	28 a 29	0	0,00	28 a 29	0	0,00
29 a 30	0	0,00	29 a 30	0	0,00	29 a 30	0	0,00
30 a 31	0	0,00	30 a 31	0	0,00	30 a 31	0	0,00
31 a 32	0	0,00	31 a 32	0	0,00	31 a 32	0	0,00
32 a 33	0	0,00	32 a 33	0	0,00	32 a 33	0	0,00
33 a 34	0	0,00	33 a 34	0	0,00	33 a 34	0	0,00
34 a 35	0	0,00	34 a 35	0	0,00	34 a 35	0	0,00
35 a 36	0	0,00	35 a 36	0	0,00	35 a 36	0	0,00
36 a 37	0	0,00	36 a 37	0	0,00	36 a 37	0	0,00
37 a 38	0	0,00	37 a 38	0	0,00	37 a 38	0	0,00
38 a 39	0	0,00	38 a 39	0	0,00	38 a 39	0	0,00
39 a 40	0	0,00	39 a 40	0	0,00	39 a 40	0	0,00
40 a 41	0	0,00	40 a 41	0	0,00	40 a 41	0	0,00
41 a 42	0	0,00	41 a 42	0	0,00	41 a 42	0	0,00
42 a 43	0	0,00	42 a 43	0	0,00	42 a 43	0	0,00
43 a 44	0	0,00	43 a 44	0	0,00	43 a 44	0	0,00
44 a 45	0	0,00	44 a 45	0	0,00	44 a 45	0	0,00
45 a 46	0	0,00	45 a 46	0	0,00	45 a 46	0	0,00
46 a 47	0	0,00	46 a 47	0	0,00	46 a 47	0	0,00
47 a 48	0	0,00	47 a 48	0	0,00	47 a 48	0	0,00
48 a 49	0	0,00	48 a 49	0	0,00	48 a 49	0	0,00
49 a 50	0	0,00	49 a 50	0	0,00	49 a 50	0	0,00
51 e +	0	0,00	51 e +	0	0,00	51 e +	0	0,00
TOTAL	142	291.268,83	TOTAL	100	238.184,24	TOTAL	42	53.084,59

Provento Médio= R\$ 2.051,19

Provento Médio= R\$ 2.381,84

Provento Médio= R\$ 1.263,92



Distribuição dos Pensionistas por Idade e Provento

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Vargem Alta

(Homens e Mulheres)				(Mulheres)				(Homens)			
Idade	Nº de Pens.	Valor do Provento		Idade	Nº de Pens.	Valor do Provento		Idade	Nº de Pens.	Valor do Provento	
		Na idade	Médio			Na idade	Médio			Na idade	Médio
≤19	4	3.156,37	789,09	≤19	2	2.033,19	1.016,60	≤19	2	1.123,18	561,59
20	0	0,00	0,00	20	0	0,00	0,00	20	0	0,00	0,00
21	0	0,00	0,00	21	0	0,00	0,00	21	0	0,00	0,00
22	0	0,00	0,00	22	0	0,00	0,00	22	0	0,00	0,00
23	0	0,00	0,00	23	0	0,00	0,00	23	0	0,00	0,00
24	0	0,00	0,00	24	0	0,00	0,00	24	0	0,00	0,00
25	0	0,00	0,00	25	0	0,00	0,00	25	0	0,00	0,00
26	0	0,00	0,00	26	0	0,00	0,00	26	0	0,00	0,00
27	0	0,00	0,00	27	0	0,00	0,00	27	0	0,00	0,00
28	0	0,00	0,00	28	0	0,00	0,00	28	0	0,00	0,00
29	0	0,00	0,00	29	0	0,00	0,00	29	0	0,00	0,00
30	0	0,00	0,00	30	0	0,00	0,00	30	0	0,00	0,00
31	0	0,00	0,00	31	0	0,00	0,00	31	0	0,00	0,00
32	0	0,00	0,00	32	0	0,00	0,00	32	0	0,00	0,00
33	0	0,00	0,00	33	0	0,00	0,00	33	0	0,00	0,00
34	0	0,00	0,00	34	0	0,00	0,00	34	0	0,00	0,00
35	1	1.255,73	1.255,73	35	0	0,00	0,00	35	1	1.255,73	1.255,73
36	0	0,00	0,00	36	0	0,00	0,00	36	0	0,00	0,00
37	0	0,00	0,00	37	0	0,00	0,00	37	0	0,00	0,00
38	0	0,00	0,00	38	0	0,00	0,00	38	0	0,00	0,00
39	0	0,00	0,00	39	0	0,00	0,00	39	0	0,00	0,00
40	0	0,00	0,00	40	0	0,00	0,00	40	0	0,00	0,00
41	0	0,00	0,00	41	0	0,00	0,00	41	0	0,00	0,00
42	0	0,00	0,00	42	0	0,00	0,00	42	0	0,00	0,00
43	0	0,00	0,00	43	0	0,00	0,00	43	0	0,00	0,00
44	0	0,00	0,00	44	0	0,00	0,00	44	0	0,00	0,00
45	0	0,00	0,00	45	0	0,00	0,00	45	0	0,00	0,00
46	0	0,00	0,00	46	0	0,00	0,00	46	0	0,00	0,00
47	0	0,00	0,00	47	0	0,00	0,00	47	0	0,00	0,00
48	1	550,00	550,00	48	1	550,00	550,00	48	0	0,00	0,00
49	2	1.468,56	734,28	49	1	895,38	895,38	49	1	573,18	573,18
50	0	0,00	0,00	50	0	0,00	0,00	50	0	0,00	0,00
51	0	0,00	0,00	51	0	0,00	0,00	51	0	0,00	0,00
52	0	0,00	0,00	52	0	0,00	0,00	52	0	0,00	0,00
53	0	0,00	0,00	53	0	0,00	0,00	53	0	0,00	0,00
54	1	1.137,81	1.137,81	54	1	1.137,81	1.137,81	54	0	0,00	0,00
55	0	0,00	0,00	55	0	0,00	0,00	55	0	0,00	0,00
56	1	1.100,00	1.100,00	56	0	0,00	0,00	56	1	1.100,00	1.100,00
57	0	0,00	0,00	57	0	0,00	0,00	57	0	0,00	0,00
58	2	2.200,00	1.100,00	58	1	1.100,00	1.100,00	58	1	1.100,00	1.100,00
59	3	4.559,78	1.519,93	59	2	3.092,23	1.546,12	59	1	1.467,55	1.467,55
60	1	1.438,69	1.438,69	60	1	1.438,69	1.438,69	60	0	0,00	0,00
61	1	1.225,65	1.225,65	61	0	0,00	0,00	61	1	1.225,65	1.225,65
62	1	1.255,73	1.255,73	62	1	1.255,73	1.255,73	62	0	0,00	0,00
63	3	6.095,14	2.031,71	63	2	2.200,00	1.100,00	63	1	3.895,14	3.895,14
64	2	2.200,00	1.100,00	64	1	1.100,00	1.100,00	64	1	1.100,00	1.100,00
65	0	0,00	0,00	65	0	0,00	0,00	65	0	0,00	0,00
66	1	1.125,78	1.125,78	66	0	0,00	0,00	66	1	1.125,78	1.125,78
67	1	1.775,15	1.775,15	67	1	1.775,15	1.775,15	67	0	0,00	0,00
68	1	1.100,00	1.100,00	68	1	1.100,00	1.100,00	68	0	0,00	0,00
69	0	0,00	0,00	69	0	0,00	0,00	69	0	0,00	0,00
70	1	1.100,00	1.100,00	70	1	1.100,00	1.100,00	70	0	0,00	0,00
71	1	1.100,00	1.100,00	71	1	1.100,00	1.100,00	71	0	0,00	0,00
72	0	0,00	0,00	72	0	0,00	0,00	72	0	0,00	0,00
73	1	1.100,00	1.100,00	73	1	1.100,00	1.100,00	73	0	0,00	0,00
74	0	0,00	0,00	74	0	0,00	0,00	74	0	0,00	0,00
75	1	1.325,95	1.325,95	75	1	1.325,95	1.325,95	75	0	0,00	0,00
76	1	1.100,00	1.100,00	76	0	0,00	0,00	76	1	1.100,00	1.100,00
77	0	0,00	0,00	77	0	0,00	0,00	77	0	0,00	0,00
78	0	0,00	0,00	78	0	0,00	0,00	78	0	0,00	0,00
79	1	1.100,00	1.100,00	79	1	1.100,00	1.100,00	79	0	0,00	0,00
80	0	0,00	0,00	80	0	0,00	0,00	80	0	0,00	0,00
≥ 81	6	7.414,54	1.235,76	≥ 81	6	7.414,54	1.235,76	≥ 81	0	0,00	0,00
TOTAL	38	45.884,88	1.207,50	TOTAL	26	30.818,67	1.185,33	TOTAL	12	15.066,21	1.255,52

Idade Média: 60,32

Idade Média: 64,5

Idade Média: 51,25



ANEXO 3. Provisões Matemáticas a contabilizar

PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS		
2.2.7.2.1.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO – CONSOLIDAÇÃO	50.712.061,72
2.2.7.2.1.01.00	FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO) – PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	-
2.2.7.2.1.01.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	-
2.2.7.2.1.01.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	-
2.2.7.2.1.01.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	-
2.2.7.2.1.01.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	-
2.2.7.2.1.01.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	-
2.2.7.2.1.01.07	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-
2.2.7.2.1.02.00	FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO) – PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	-
2.2.7.2.1.02.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	-
2.2.7.2.1.02.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	-
2.2.7.2.1.02.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	-
2.2.7.2.1.02.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	-
2.2.7.2.1.02.06	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA *	-
2.2.7.2.1.03.00	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO) – PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	54.401.459,58
2.2.7.2.1.03.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	54.559.723,19
2.2.7.2.1.03.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	-
2.2.7.2.1.03.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	12.350,15
2.2.7.2.1.03.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	-
2.2.7.2.1.03.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	145.913,46
2.2.7.2.1.03.07	(-) APORTES FINANCEIROS PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	-
2.2.7.2.1.04.00	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO) – PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	49.662.704,56
2.2.7.2.1.04.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	88.218.804,78
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	18.482.647,15
2.2.7.2.1.04.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	13.015.948,69
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	7.057.504,38
2.2.7.2.1.04.06	(-) APORTES PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	-
2.2.7.2.1.05.00	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO) – PLANO DE AMORTIZAÇÃO	(53.352.102,42)
2.2.7.2.1.05.98	(-) OUTROS CRÉDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO	53.352.102,42
2.2.7.2.1.06.00	PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO FINANCEIRO	-
2.2.7.2.1.06.01	PROVISÃO ATUARIAL PARA OSCILAÇÃO DE RISCOS	-
2.2.7.2.1.07.00	PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	-
2.2.7.2.1.07.01	AJUSTE DE RESULTADO ATUARIAL SUPERAVITÁRIO	-
2.2.7.2.1.07.02	PROVISÃO ATUARIAL PARA OSCILAÇÃO DE RISCOS	-
2.2.7.2.1.07.03	PROVISÃO ATUARIAL PARA BENEFÍCIOS A REGULARIZAR	-
2.2.7.2.1.07.04	PROVISÃO ATUARIAL PARA CONTINGÊNCIAS DE BENEFÍCIOS	-
2.2.7.2.1.07.98	OUTRAS PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO	-

Nota Explicativa

Para o cálculo das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder do Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário), utilizamos a taxa de juros de 4,86% ao ano, em atendimento ao Art. 26 da Portaria MF nº 464/2018.



ANEXO 4. Projeção da evolução das Provisões Matemáticas para os próximos doze meses

EVOLUÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO) - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS							
	2.2.7.2.1.03.00	2.2.7.2.1.03.01	2.2.7.2.1.03.02	2.2.7.2.1.03.03	2.2.7.2.1.03.04	2.2.7.2.1.03.05	2.2.7.2.1.03.07
MÊS	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	APOSENTADORIAS / PENSÕES / OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(-) CONTRIBUIÇÕES DO INATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(-) APORTES PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL - PLANO DE AMORTIZAÇÃO
dez/21	54.401.459,58	54.559.723,19	-	12.350,15	-	145.913,46	-
jan/22	54.309.997,95	54.468.076,22	-	12.330,88	-	145.747,39	-
mar/22	54.218.536,32	54.376.429,24	-	12.311,61	-	145.581,31	-
mar/22	54.127.074,69	54.284.782,27	-	12.292,34	-	145.415,24	-
abr/22	54.035.613,06	54.193.135,29	-	12.273,06	-	145.249,17	-
mai/22	53.944.151,43	54.101.488,32	-	12.253,79	-	145.083,09	-
jun/22	53.852.689,81	54.009.841,35	-	12.234,52	-	144.917,02	-
jul/22	53.761.228,18	53.918.194,37	-	12.215,25	-	144.750,95	-
ago/22	53.669.766,55	53.826.547,40	-	12.195,98	-	144.584,87	-
set/22	53.578.304,92	53.734.900,42	-	12.176,71	-	144.418,80	-
out/22	53.486.843,29	53.643.253,45	-	12.157,43	-	144.252,73	-
nov/22	53.395.381,66	53.551.606,47	-	12.138,16	-	144.086,65	-

EVOLUÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO) - BENEFÍCIOS A CONCEDER								
	2.2.7.2.1.04.00	2.2.7.2.1.04.01	2.2.7.2.1.04.02	2.2.7.2.1.04.03	2.2.7.2.1.04.04	2.2.7.2.1.04.06	2.2.7.2.1.05.00	2.2.7.2.1.05.98
MÊS	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	APOSENTADORIAS / PENSÕES / OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(-) APORTES PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	(-) OUTROS CRÉDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO
dez/21	49.662.704,56	88.218.804,78	18.482.647,15	13.015.948,69	7.057.504,38	-	53.352.102,42	53.352.102,42
jan/22	50.076.207,93	88.516.575,71	18.400.760,02	12.958.281,70	7.081.326,06	-	53.282.677,25	53.282.677,25
mar/22	50.489.711,31	88.814.346,64	18.318.872,90	12.900.614,71	7.105.147,73	-	53.213.252,07	53.213.252,07
mar/22	50.903.214,68	89.112.117,57	18.236.985,77	12.842.947,72	7.128.969,41	-	53.143.826,90	53.143.826,90
abr/22	51.316.718,05	89.409.888,50	18.155.098,64	12.785.280,73	7.152.791,08	-	53.074.401,73	53.074.401,73
mai/22	51.730.221,42	89.707.659,43	18.073.211,52	12.727.613,74	7.176.612,76	-	53.004.976,55	53.004.976,55
jun/22	52.143.724,80	90.005.430,37	17.991.324,39	12.669.946,75	7.200.434,43	-	52.935.551,38	52.935.551,38
jul/22	52.557.228,17	90.303.201,30	17.909.437,26	12.612.279,76	7.224.256,11	-	52.866.126,21	52.866.126,21
ago/22	52.970.731,54	90.600.972,23	17.827.550,14	12.554.612,77	7.248.077,78	-	52.796.701,03	52.796.701,03
set/22	53.384.234,91	90.898.743,16	17.745.663,01	12.496.945,78	7.271.899,46	-	52.727.275,86	52.727.275,86
out/22	53.797.738,29	91.196.514,09	17.663.775,88	12.439.278,79	7.295.721,13	-	52.657.850,69	52.657.850,69
nov/22	54.211.241,66	91.494.285,02	17.581.888,76	12.381.611,80	7.319.542,81	-	52.588.425,51	52.588.425,51

A evolução foi calculada pela fórmula recursiva por interpolação linear.

Tais informações são necessárias para a contabilização mensal das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder. No entanto, recomendamos que as Provisões Matemáticas sejam calculadas com o levantamento mensal da base de dados, permitindo dispor da Provisão Matemática real para cada mês.



ANEXO 5. Resumo dos fluxos atuariais e da população coberta

Fluxo provável das aposentadorias programadas

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Vargem Alta

(Valores em R\$)

Ano da Aposentadoria	Número de Servidores	Vencimentos	Provento Mensal	
			Projetada	Proporcional
2021	26	74.569,10	74.569,10	74.569,10
2022	1	2.666,69	2.673,33	2.650,93
2023	5	14.530,27	14.750,56	14.062,36
2024	7	15.277,36	15.663,67	14.294,58
2025	6	13.548,51	14.078,48	12.431,15
2026	1	1.496,45	1.572,78	1.303,16
2027	5	15.075,21	15.936,78	13.313,45
2028	4	11.174,12	11.955,29	9.642,17
2029	9	24.612,91	26.589,70	19.828,54
2030	35	65.522,77	71.250,65	49.635,77
2031	21	43.142,90	47.436,93	32.460,37
2032	31	71.120,28	79.050,17	49.722,42
2033	28	59.117,21	66.438,49	39.177,91
2034	30	53.288,78	60.393,20	35.479,68
2035	22	57.117,90	65.414,92	35.784,82
2036	16	30.581,44	35.305,83	18.820,65
2037	17	38.622,25	45.056,13	23.666,78
2038	24	49.777,72	58.665,83	24.539,79
2039	23	50.654,08	60.302,52	26.050,07
2040	25	52.451,94	63.108,42	24.860,48
2041	18	41.009,78	49.719,68	17.269,77
2042	11	21.391,28	26.233,20	7.620,34
2043	14	22.759,04	28.244,16	10.560,77
2044	8	10.344,10	12.932,03	4.214,63
2045	12	21.272,79	26.943,40	8.863,83
2046	15	26.155,91	33.356,61	10.185,38
2047	13	22.277,35	28.773,85	7.655,17
2048	9	15.814,38	20.558,27	5.913,78
2049	9	15.580,81	20.485,17	4.927,77
2050	9	17.154,16	22.800,88	4.078,50
2051	9	10.886,86	14.610,26	3.502,98
2052	3	4.403,38	5.968,19	1.887,46
2053	2	2.255,00	3.082,43	564,88
2054	2	3.277,75	4.524,30	957,53
2055	1	1.155,00	1.613,27	374,89
2056	0	0,00	0,00	0,00
2057	0	0,00	0,00	0,00
2058	0	0,00	0,00	0,00
2059	1	1.802,46	2.611,18	23,16
2060	0	0,00	0,00	0,00
2061	0	0,00	0,00	0,00
2062	0	0,00	0,00	0,00
2063	0	0,00	0,00	0,00
2064	0	0,00	0,00	0,00
2065	1	1.100,00	1.691,58	35,11
2066	0	0,00	0,00	0,00
2067	0	0,00	0,00	0,00
2068	0	0,00	0,00	0,00
2069	0	0,00	0,00	0,00
2070	0	0,00	0,00	0,00
TOTAL	473	982.987,94	1.134.361,25	610.930,16



Evolução Provável dos Aposentados e Pensionistas

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Vargem Alta

ANO	QUANTIDADE			PROVENTOS ANUAIS (R\$)		
	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	TOTAL	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	TOTAL
2022	168	41	209	4.488.925,92	667.272,88	5.156.198,80
2023	169	43	212	4.504.833,28	735.348,39	5.240.181,67
2024	173	46	219	4.627.898,81	803.266,31	5.431.165,12
2025	179	48	227	4.780.887,27	871.068,46	5.651.955,73
2026	183	50	233	4.896.566,51	938.742,00	5.835.308,50
2027	182	53	235	4.874.347,26	1.006.287,16	5.880.634,42
2028	185	55	240	4.959.335,86	1.070.129,17	6.029.465,04
2029	187	57	245	5.016.728,17	1.133.895,95	6.150.624,12
2030	194	59	254	5.207.278,63	1.197.587,11	6.404.865,74
2031	227	62	289	6.091.330,41	1.261.202,27	7.352.532,67
2032	246	64	309	6.588.571,51	1.324.741,05	7.913.312,56
2033	274	66	340	7.348.343,09	1.388.203,08	8.736.546,17
2034	299	68	367	8.020.316,00	1.451.588,01	9.471.904,01
2035	325	70	396	8.739.099,89	1.514.895,47	10.253.995,36
2036	344	73	416	9.236.762,08	1.578.125,12	10.814.887,20
2037	356	75	431	9.569.006,19	1.641.276,61	11.210.282,80
2038	369	77	446	9.924.710,92	1.698.771,10	11.623.482,02
2039	389	78	467	10.464.119,75	1.756.362,33	12.220.482,08
2040	408	80	488	10.971.423,91	1.814.045,68	12.785.469,60
2041	428	82	510	11.527.183,31	1.871.816,63	13.398.999,95
2042	442	84	526	11.890.195,26	1.929.670,75	13.819.866,01
2043	448	86	534	12.062.386,85	1.987.603,71	14.049.990,55
2044	457	88	545	12.313.130,05	2.045.611,27	14.358.741,32
2045	460	90	550	12.391.440,82	2.103.689,32	14.495.130,13
2046	467	92	559	12.575.767,76	2.161.833,79	14.737.601,55
2047	473	94	567	12.748.235,38	2.220.040,74	14.968.276,12
2048	478	95	573	12.864.005,92	2.278.306,29	15.142.312,22
2049	478	97	575	12.871.264,06	2.336.626,68	15.207.890,74
2050	477	99	576	12.848.951,75	2.394.998,20	15.243.949,95
2051	476	101	577	12.827.152,64	2.453.417,24	15.280.569,88
2052	475	103	578	12.805.855,05	2.511.880,27	15.317.735,32
2053	469	105	574	12.626.190,08	2.570.383,84	15.196.573,92
2054	461	107	568	12.423.704,96	2.628.924,57	15.052.629,53
2055	454	109	563	12.225.331,03	2.687.499,17	14.912.830,19
2056	446	111	557	12.004.508,50	2.746.104,41	14.750.612,91
2057	437	113	550	11.761.685,10	2.804.737,14	14.566.422,23



ANEXO 6. Projeções Atuariais para o Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Vargem Alta
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2022 a 2096

RREO - ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

em Reais (R\$)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c) 1	RESULTADO ACUMULADO CAPITALIZADO (Fundo de Previdência) 2
2022	7.667.897,32	5.539.564,09	2.128.333,23	52.286.196,08	54.775.586,71
2023	7.744.576,29	5.627.380,62	2.117.195,67	54.403.391,75	59.606.323,75
2024	7.822.022,05	5.822.236,06	1.999.785,99	56.403.177,74	64.551.571,87
2025	7.900.242,27	6.046.937,38	1.853.304,90	58.256.482,64	69.587.118,47
2026	7.979.244,70	6.234.239,97	1.745.004,73	60.001.487,37	74.756.460,78
2027	8.059.037,14	6.283.555,19	1.775.481,95	61.776.969,32	80.208.250,93
2028	8.139.627,52	6.436.415,02	1.703.212,49	63.480.181,81	85.850.972,48
2029	8.221.023,79	6.561.643,61	1.659.380,18	65.139.561,99	91.723.032,86
2030	8.303.234,03	6.819.995,43	1.483.238,60	66.622.800,59	97.700.053,56
2031	8.386.266,37	7.771.813,65	614.452,72	67.237.253,31	103.077.660,08
2032	8.470.129,03	8.336.786,35	133.342,69	67.370.595,99	108.223.817,27
2033	8.554.830,32	9.164.254,70	-609.424,37	66.761.171,62	112.859.261,41
2034	8.640.378,63	9.903.889,62	-1.263.511,00	65.497.660,62	117.050.007,20
2035	8.726.782,41	10.690.300,83	-1.963.518,42	63.534.142,20	120.727.405,63
2036	8.814.050,24	11.255.555,72	-2.441.505,48	61.092.636,72	124.093.923,48
2037	8.902.190,74	11.655.358,01	-2.753.167,27	58.339.469,45	127.304.818,92
2038	8.991.212,65	12.073.007,98	-3.081.795,33	55.257.674,11	130.335.150,16
2039	9.081.124,77	12.674.503,30	-3.593.378,53	51.664.295,59	132.988.740,83
2040	9.171.936,02	13.244.031,03	-4.072.095,01	47.592.200,58	135.280.946,72
2041	9.263.655,38	13.862.146,99	-4.598.491,61	42.993.708,97	137.145.365,78
2042	9.356.291,93	14.287.644,53	-4.931.352,59	38.062.356,38	138.759.446,09
2043	9.449.854,85	14.522.446,85	-5.072.592,00	32.989.764,38	140.307.299,19
2044	9.544.353,40	14.835.922,19	-5.291.568,79	27.698.195,59	141.706.080,02
2045	9.639.796,94	14.977.082,81	-5.337.285,87	22.360.909,72	143.126.013,59
2046	9.736.194,91	15.224.373,75	-5.488.178,84	16.872.730,88	144.460.396,26
2047	9.833.556,86	15.459.916,04	-5.626.359,19	11.246.371,69	145.718.091,81
2048	9.931.892,42	15.638.868,54	-5.706.976,11	5.539.395,58	146.954.335,44
2049	10.031.211,35	15.709.412,63	-5.678.201,28	-138.805,70	148.280.134,57
2050	10.131.523,46	15.750.487,05	-5.618.963,59	-5.757.769,29	149.731.044,70
2051	10.232.838,70	15.792.172,35	-5.559.333,66	-11.317.102,95	151.313.548,01
2052	10.335.167,08	15.834.453,82	-5.499.286,74	-16.816.389,69	153.034.467,03
2053	10.438.518,75	15.718.459,60	-5.279.940,85	-22.096.330,54	155.063.698,72
2054	10.542.903,94	15.579.734,07	-5.036.830,13	-27.133.160,67	157.440.569,38
2055	6.620.024,38	15.445.205,78	-8.825.181,40	-35.958.342,07	156.052.547,74
2056	6.686.224,62	15.288.312,25	-8.602.087,63	-44.560.429,70	154.825.583,20
2057	6.753.086,87	15.109.498,57	-8.356.411,70	-52.916.841,40	153.790.634,04
2058	6.820.617,74	15.173.586,47	-8.352.968,74	-61.269.810,14	152.708.912,97
2059	6.888.823,91	15.237.750,08	-8.348.926,17	-69.618.736,31	151.578.761,07
2060	6.957.712,15	15.301.987,00	-8.344.274,85	-77.963.011,16	150.398.448,13
2061	7.027.289,27	15.366.294,91	-8.339.005,63	-86.302.016,79	149.166.169,24
2062	7.097.562,17	15.430.671,54	-8.333.109,37	-94.635.126,16	147.880.041,14
2063	7.168.537,79	15.495.114,71	-8.326.576,92	-102.961.703,08	146.538.098,40



Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Vargem Alta
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
PÚBLICOS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2022 a 2096

RREO - ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

em Reais (R\$)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c) 1	RESULTADO ACUMULADO CAPITALIZADO (Fundo de Previdência) 2
2064	7.240.223,17	15.559.622,30	-8.319.399,14	-111.281.102,21	145.138.289,44
2065	7.312.625,40	15.624.192,27	-8.311.566,87	-119.592.669,09	143.678.472,36
2066	7.385.751,65	15.688.822,63	-8.303.070,98	-127.895.740,07	142.156.410,51
2067	7.459.609,17	15.753.511,46	-8.293.902,29	-136.189.642,36	140.569.767,95
2068	7.534.205,26	15.818.256,89	-8.284.051,63	-144.473.693,99	138.916.104,59
2069	7.609.547,31	15.883.057,14	-8.273.509,83	-152.747.203,82	137.192.871,15
2070	7.685.642,79	15.947.910,48	-8.262.267,69	-161.009.471,51	135.397.403,89
2071	7.762.499,21	16.012.815,22	-8.250.316,01	-169.259.787,53	133.526.919,03
2072	7.840.124,21	16.077.769,76	-8.237.645,56	-177.497.433,08	131.578.506,95
2073	7.918.525,45	16.142.772,54	-8.224.247,09	-185.721.680,17	129.549.126,09
2074	7.997.710,70	16.207.822,05	-8.210.111,35	-193.931.791,52	127.435.596,57
2075	8.077.687,81	16.272.916,85	-8.195.229,04	-202.127.020,57	125.234.593,45
2076	8.158.464,69	16.338.055,56	-8.179.590,87	-210.306.611,44	122.942.639,76
2077	8.240.049,33	16.403.236,83	-8.163.187,50	-218.469.798,94	120.556.099,10
2078	8.322.449,83	16.248.667,36	-7.926.217,54	-226.396.016,47	118.296.300,89
2079	8.405.674,33	16.318.555,07	-7.912.880,74	-234.308.897,22	115.940.337,37
2080	8.489.731,07	16.388.384,32	-7.898.653,25	-242.207.550,47	113.484.447,24
2081	8.574.628,38	16.458.156,04	-7.883.527,66	-250.091.078,12	110.924.694,00
2082	8.660.374,66	16.527.871,14	-7.867.496,48	-257.958.574,60	108.256.957,48
2083	8.746.978,41	16.597.530,56	-7.850.552,15	-265.809.126,75	105.476.925,05
2084	8.834.448,19	16.667.135,24	-7.832.687,04	-273.641.813,80	102.580.082,27
2085	8.922.792,68	16.736.686,11	-7.813.893,44	-281.455.707,23	99.561.703,22
2086	9.012.020,60	16.806.184,14	-7.794.163,53	-289.249.870,77	96.416.840,29
2087	9.102.140,81	16.875.630,27	-7.773.489,46	-297.023.360,22	93.140.313,47
2088	9.193.162,22	16.945.025,46	-7.751.863,24	-304.775.223,47	89.726.699,19
2089	9.285.093,84	17.014.370,69	-7.729.276,85	-312.504.500,32	86.170.318,49
2090	9.377.944,78	17.083.666,94	-7.705.722,16	-320.210.222,49	82.465.224,75
2091	9.471.724,23	17.152.915,18	-7.681.190,96	-327.891.413,44	78.605.190,78
2092	9.566.441,47	17.222.116,41	-7.655.674,94	-335.547.088,39	74.583.695,20
2093	9.662.105,88	17.291.271,62	-7.629.165,74	-343.176.254,13	70.393.908,32
2094	9.758.726,94	17.360.381,83	-7.601.654,88	-350.777.909,01	66.028.677,17
2095	9.856.314,21	17.429.448,03	-7.573.133,82	-358.351.042,83	61.480.509,91
2096	9.954.877,35	17.498.471,24	-7.543.593,89	-365.894.636,72	56.741.559,47

FONTE: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Vargem Alta

1. Resultado Aritmético
2. Resultado com a capitalização do saldo financeiro



ANEXO 7. Resultado da Duração do Passivo e Análise Evolutiva

Considerando os Fluxos Atuariais do Plano de Benefícios do RPPS apresentados no DRAA 2021 (data-base dezembro de 2020), obteve-se o valor de 16,6 anos de duração do passivo do Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário), remetendo à aplicação da taxa de juros parâmetro correspondente a **4,86%** ao ano, de acordo com o critério estabelecido pela Portaria SPREV nº 6.132/2021.

Nos Fluxos Atuariais da presente avaliação atuarial (data-base dezembro de 2021), o valor obtido para a duração do passivo do Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) foi de 16,7 anos, referência que servirá à determinação da taxa parâmetro para o próximo exercício, bem como à base para os cálculos envolvendo as variações admissíveis em eventual plano de amortização do deficit atuarial.

A tabela a seguir demonstra a evolução da duração do passivo nos últimos exercícios:

DRAA	Duração do passivo do exercício anterior	Taxa de juros parâmetro	Dispositivo legal
2022	16,6	4,86%	Portaria 6.132/2021
2021	19,9	5,43%	Portaria 12.223/2020
2020	17,6	5,87%	Portaria 17/2019



ANEXO 8. Ganhos e perdas atuariais

O desenvolvimento do presente item, em atendimento ao requisitado na Portaria MF nº 464/2018, pende de regulamentação e orientação a serem divulgadas mediante instrução normativa ainda não emitida pela Secretaria de Previdência, conforme disposto no art. 18 da Instrução Normativa nº 08/2018.



ANEXO 9. Resultado da demonstração de viabilidade do Plano de Custeio

De acordo com o estabelecido na Instrução Normativa nº 10/2018, Portaria nº 18.084/2020 e Portaria nº 3.411/2021, a elaboração e apresentação do Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio observará exigibilidade e periodicidade determinadas em função do perfil atuarial do RPPS, conforme segue:

Perfil	Apresentação Inicial	Periodicidade
Perfil Atuarial I	30/04/2021	anual
Perfil Atuarial II	com o DRAA de 2022	2 anos
Perfil Atuarial III	com o DRAA de 2022	3 anos
Perfil Atuarial IV	com o DRAA de 2023	4 anos

Tal demonstrativo será veiculado na forma de planilha eletrônica em modelo da Secretariade Previdência, sendo encaminhado mediante recebimento de notificação por ela emitida.



ANEXO 10. Tábuas em geral

"BRASIL: TÁBUA DE MORTALIDADE IBGE 2019 - EXTRAPOLADA PARA AS IDADES ACIMA DE 80 ANOS - MULHERES." (Extrapolção efetuada pelo MPS a partir da idade 80 da Tábua de Mortalidade Completa IBGE 2019 80+ MULHERES) Conforme alínea "a", inciso I do art. 21 da Portaria MF nº 464/2018 a tábua anual de mortalidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE, segregada por sexo, é o parâmetro mínimo para a taxa de sobrevivência de válidos e inválidos a ser utilizada nas avaliações atuariais.			
MULHERES			
Idades Exatas (x)	l_x	q_x	e_x
0	100.000	0,01097834746	80,09
1	98.902	0,00071551717	79,98
2	98.831	0,00045656458	79,03
3	98.786	0,00034527711	78,07
4	98.752	0,00028176629	77,10
5	98.724	0,00024066777	76,12
6	98.701	0,00021245380	75,14
7	98.680	0,00019290498	74,15
8	98.661	0,00018015806	73,17
9	98.643	0,00017370798	72,18
10	98.626	0,00017409861	71,19
11	98.608	0,00018294591	70,20
12	98.590	0,00021334512	69,22
13	98.569	0,00024982932	68,23
14	98.545	0,00027965516	67,25
15	98.517	0,00033584333	66,27
16	98.484	0,00038509029	65,29
17	98.446	0,00042391655	64,31
18	98.404	0,00044674079	63,34
19	98.361	0,00045798453	62,37
20	98.315	0,00046779805	61,40
21	98.269	0,00048197162	60,43
22	98.222	0,00049739718	59,45
23	98.173	0,00051555712	58,48
24	98.123	0,00053665096	57,51
25	98.070	0,00055882421	56,54
26	98.015	0,00058312894	55,58
27	97.958	0,00061313609	54,61
28	97.898	0,00065027008	53,64
29	97.834	0,00069367661	52,68
30	97.766	0,00074327535	51,71
31	97.694	0,00079628867	50,75
32	97.616	0,00084980522	49,79
33	97.533	0,00090232362	48,83
34	97.445	0,00095649361	47,88
35	97.352	0,00101722425	46,92
36	97.253	0,00108785889	45,97
37	97.147	0,00116819236	45,02
38	97.034	0,00125978484	44,07
39	96.911	0,00136343951	43,12
40	96.779	0,00147633520	42,18
41	96.636	0,00160167411	41,24
42	96.481	0,00174671197	40,31
43	96.313	0,00191461949	39,38
44	96.129	0,00210276566	38,45
45	95.926	0,00230894523	37,53
46	95.705	0,00252682160	36,62
47	95.463	0,00275132740	35,71
48	95.200	0,00297913763	34,81
49	94.917	0,00321470305	33,91
50	94.612	0,00346935949	33,02
51	94.283	0,00374705931	32,13
52	93.930	0,00404242490	31,25
53	93.550	0,00435645315	30,38
54	93.143	0,00469357639	29,51
55	92.706	0,00506410541	28,64
56	92.236	0,00547042586	27,79



**"BRASIL: TÁBUA DE MORTALIDADE IBGE 2019 - EXTRAPOLADA
PARA AS IDADES ACIMA DE 80 ANOS - MULHERES."**

**(Extrapolação efetuada pelo MPS a partir da idade 80
da Tábua de Mortalidade Completa IBGE 2019 80+ MULHERES)**

Conforme alínea "a", inciso I do art. 21 da Portaria MF nº 464/2018 a tábua anual de mortalidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE, segregada por sexo, é o parâmetro mínimo para a taxa de sobrevivência de válidos e inválidos a ser utilizada nas avaliações atuariais.

MULHERES

Idades Exatas (x)	l_x	q_x	e_x
57	91.732	0,00590808997	26,94
58	91.190	0,00637878550	26,09
59	90.608	0,00689110872	25,26
60	89.984	0,00745416224	24,43
61	89.313	0,00808138695	23,61
62	88.591	0,00878489540	22,80
63	87.813	0,00957625411	22,00
64	86.972	0,01045986843	21,20
65	86.062	0,01142647010	20,42
66	85.079	0,01248810377	19,65
67	84.016	0,01367607068	18,89
68	82.867	0,01500866064	18,15
69	81.624	0,01648873450	17,42
70	80.278	0,01809038352	16,70
71	78.826	0,01983099991	16,00
72	77.262	0,02176920176	15,31
73	75.580	0,02393749150	14,64
74	73.771	0,02633687779	13,99
75	71.828	0,02891615492	13,36
76	69.751	0,03169652251	12,74
77	67.540	0,03477671869	12,14
78	65.192	0,03821213632	11,56
79	62.700	0,04200779337	11,00
80	60.067	0,04611292574	10,46
81	57.297	0,05037890344	9,94
82	54.410	0,05483014460	9,44
83	51.427	0,05949439968	8,96
84	48.367	0,06440347444	8,49
85	45.252	0,06959412870	8,04
86	42.103	0,07510920489	7,61
87	38.941	0,08099905948	7,19
88	35.786	0,08732339755	6,78
89	32.661	0,09415364980	6,38
90	29.586	0,10157608798	5,99
91	26.581	0,10969595830	5,61
92	23.665	0,11864303758	5,24
93	20.857	0,12857920771	4,87
94	18.176	0,13970893881	4,52
95	15.636	0,15229403623	4,17
96	13.255	0,16667475104	3,83
97	11.046	0,18330056623	3,50
98	9.021	0,20277597281	3,17
99	7.192	0,22592987557	2,85
100	5.567	0,25392273889	2,54
101	4.153	0,28841411628	2,23
102	2.955	0,33182415578	1,93
103	1.975	0,38772502905	1,64
104	1.209	0,46132954649	1,36
105	651	0,55961094459	1,10
106	287	0,68861625569	0,86
107	89	0,83955510590	0,67
108	14	0,96010022611	0,54
109	1	0,99798792163	0,50
110	0	0,99999574556	0,50
111	0	1,00000000000	0,50



**"BRASIL: TÁBUA DE MORTALIDADE IBGE 2019 - EXTRAPOLADA
PARA AS IDADES ACIMA DE 80 ANOS - HOMENS."**

**(Extrapolação efetuada pelo MPS a partir da idade 80
da Tábua de Mortalidade Completa IBGE 2019 80+ HOMENS)**

Conforme alínea "a", inciso I do art. 21 da Portaria MF nº 464/2018 a tábua anual de mortalidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE, segregada por sexo, é o parâmetro mínimo para a taxa de sobrevivência de válidos e inválidos a ser utilizada nas avaliações atuariais.

HOMENS			
Idades Exatas (x)	l_x	q_x	e_x
0	100.000	0,01284626	73,06
1	98.715	0,00088349	73,01
2	98.628	0,00058009	72,07
3	98.571	0,00044632	71,12
4	98.527	0,00036887	70,15
5	98.491	0,00031838	69,17
6	98.459	0,00028376	68,19
7	98.431	0,00026026	67,21
8	98.406	0,00024608	66,23
9	98.381	0,00024133	65,25
10	98.358	0,00024791	64,26
11	98.333	0,00026987	63,28
12	98.307	0,00031430	62,30
13	98.276	0,00039293	61,32
14	98.237	0,00052467	60,34
15	98.186	0,00100747	59,37
16	98.087	0,00128578	58,43
17	97.961	0,00153906	57,50
18	97.810	0,00174694	56,59
19	97.639	0,00191490	55,69
20	97.452	0,00208339	54,80
21	97.249	0,00224607	53,91
22	97.031	0,00235234	53,03
23	96.802	0,00238691	52,15
24	96.571	0,00236828	51,28
25	96.343	0,00232531	50,40
26	96.119	0,00228887	49,51
27	95.899	0,00226945	48,63
28	95.681	0,00228229	47,74
29	95.463	0,00232099	46,84
30	95.241	0,00236558	45,95
31	95.016	0,00240724	45,06
32	94.787	0,00245760	44,17
33	94.554	0,00251715	43,27
34	94.316	0,00258732	42,38
35	94.072	0,00267130	41,49
36	93.821	0,00276983	40,60
37	93.561	0,00288162	39,71
38	93.291	0,00300722	38,83
39	93.011	0,00314920	37,94
40	92.718	0,00330918	37,06
41	92.411	0,00349181	36,18
42	92.088	0,00370233	35,31
43	91.747	0,00394444	34,44
44	91.385	0,00421759	33,57
45	91.000	0,00451729	32,71
46	90.589	0,00484364	31,86
47	90.150	0,00520237	31,01
48	89.681	0,00559557	30,17
49	89.179	0,00602314	29,34
50	88.642	0,00648470	28,51
51	88.067	0,00697937	27,69
52	87.453	0,00750755	26,88
53	86.796	0,00806976	26,08
54	86.096	0,00866870	25,29
55	85.349	0,00931621	24,51
56	84.554	0,01001012	23,73



**"BRASIL: TÁBUA DE MORTALIDADE IBGE 2019 - EXTRAPOLADA
PARA AS IDADES ACIMA DE 80 ANOS - HOMENS."**

**(Extrapolação efetuada pelo MPS a partir da idade 80
da Tábua de Mortalidade Completa IBGE 2019 80+ HOMENS)**

Conforme alínea "a", inciso I do art. 21 da Portaria MF nº 464/2018 a tábua anual de mortalidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE, segregada por sexo, é o parâmetro mínimo para a taxa de sobrevivência de válidos e inválidos a ser utilizada nas avaliações atuariais.

HOMENS

Idades Exatas (x)	l_x	q_x	e_x
57	83.708	0,01073841	22,97
58	82.809	0,01149899	22,21
59	81.857	0,01230437	21,47
60	80.850	0,01317220	20,73
61	79.785	0,01412257	20,00
62	78.658	0,01516839	19,28
63	77.465	0,01632589	18,57
64	76.200	0,01760303	17,87
65	74.859	0,01897175	17,18
66	73.439	0,02046396	16,50
67	71.936	0,02215924	15,83
68	70.342	0,02410230	15,18
69	68.646	0,02628315	14,54
70	66.842	0,02863970	13,92
71	64.928	0,03116261	13,32
72	62.904	0,03392108	12,73
73	60.771	0,03694298	12,16
74	58.526	0,04023660	11,61
75	56.171	0,04378610	11,07
76	53.711	0,04760613	10,56
77	51.154	0,05175378	10,06
78	48.507	0,05626937	9,58
79	45.777	0,06118061	9,12
80	42.977	0,06547376	8,68
81	40.163	0,07002442	8,26
82	37.350	0,07486853	7,84
83	34.554	0,08004823	7,44
84	31.788	0,08561323	7,04
85	29.067	0,09162272	6,65
86	26.403	0,09814765	6,27
87	23.812	0,10527396	5,90
88	21.305	0,11310665	5,54
89	18.895	0,12177536	5,18
90	16.594	0,13144202	4,83
91	14.413	0,14231133	4,48
92	12.362	0,15464556	4,14
93	10.450	0,16878579	3,81
94	8.686	0,18518282	3,48
95	7.078	0,20444312	3,16
96	5.631	0,22739863	2,84
97	4.350	0,25521444	2,53
98	3.240	0,28955711	2,22
99	2.302	0,33285755	1,93
100	1.536	0,38870405	1,64
101	939	0,46233162	1,36
102	505	0,56073333	1,10
103	222	0,68992335	0,86
104	69	0,84086291	0,67
105	11	0,96079287	0,54
106	0	0,99806113	0,50
107	0	0,99999605	0,50
108	0	1,00000000	0,50
109	0	1,00000000	0,50
110	0	1,00000000	0,50
111	0	1,00000000	0,50



**"BRASIL: TÁBUA DE MORTALIDADE IBGE 2019 - EXTRAPOLADA
PARA AS IDADES ACIMA DE 80 ANOS AMBOS OS SEXOS."**

**(Extrapolção efetuada pelo MPS a partir da idade 80
da Tábua de Mortalidade Completa IBGE 2019 80+ AMBOS OS SEXOS)**

Além das tábuas mínimas estabelecidas no art. 21, inciso I, alínea "a" da Portaria MF nº 464/2018, poderá ser utilizada para as avaliações atuariais outras tábuas, incluindo a **"Extrapolada para as idades acima de 80 anos - Ambos os sexos"**, desde que na projeção dos aspectos biométricos dos segurados e de seus dependentes a utilização destas tábuas **não indiquem obrigações inferiores às alcançadas com o uso das tábuas referenciadas na alínea "a", inciso I do art. 21 da Portaria MF nº 464/2018, segregadas por sexo.**

AMBOS OS SEXOS

Idades Exatas (x)	l_x	q_x	e_x
0	100.000	0,01193762	76,55
1	98.806	0,00079617	76,48
2	98.728	0,00051809	75,54
3	98.676	0,00039709	74,58
4	98.637	0,00032761	73,61
5	98.605	0,00028266	72,63
6	98.577	0,00025209	71,65
7	98.552	0,00023149	70,67
8	98.529	0,00021906	69,68
9	98.508	0,00021455	68,70
10	98.487	0,00021903	67,71
11	98.465	0,00023497	66,73
12	98.442	0,00026664	65,74
13	98.416	0,00032088	64,76
14	98.384	0,00040827	63,78
15	98.344	0,00068319	62,81
16	98.277	0,00084958	61,85
17	98.193	0,00099755	60,90
18	98.095	0,00111379	59,96
19	97.986	0,00120345	59,03
20	97.868	0,00129227	58,10
21	97.742	0,00138023	57,18
22	97.607	0,00144035	56,25
23	97.466	0,00146590	55,33
24	97.323	0,00146630	54,41
25	97.181	0,00145508	53,49
26	97.039	0,00144804	52,57
27	96.899	0,00145204	51,65
28	96.758	0,00147527	50,72
29	96.615	0,00151420	49,79
30	96.469	0,00155908	48,87
31	96.319	0,00160427	47,95
32	96.164	0,00165403	47,02
33	96.005	0,00170787	46,10
34	95.841	0,00176789	45,18
35	95.672	0,00183799	44,26
36	95.496	0,00192039	43,34
37	95.312	0,00201474	42,42
38	95.120	0,00212223	41,50
39	94.918	0,00224439	40,59
40	94.705	0,00238025	39,68
41	94.480	0,00253348	38,77
42	94.241	0,00271032	37,87
43	93.985	0,00291408	36,97
44	93.711	0,00314315	36,08
45	93.417	0,00339424	35,19
46	93.100	0,00366421	34,31
47	92.759	0,00395325	33,43
48	92.392	0,00426061	32,56
49	91.998	0,00458835	31,70
50	91.576	0,00494209	30,85
51	91.124	0,00532310	30,00
52	90.638	0,00572830	29,15
53	90.119	0,00615816	28,32
54	89.564	0,00661639	27,49
55	88.972	0,00711404	26,67
56	88.339	0,00765176	25,86



**"BRASIL: TÁBUA DE MORTALIDADE IBGE 2019 - EXTRAPOLADA
PARA AS IDADES ACIMA DE 80 ANOS AMBOS OS SEXOS."**

**(Extrapolação efetuada pelo MPS a partir da idade 80
da Tábua de Mortalidade Completa IBGE 2019 80+ AMBOS OS SEXOS)**

Além das tábuas mínimas estabelecidas no art. 21, inciso I, alínea "a" da Portaria MF nº 464/2018, poderá ser utilizada para as avaliações atuariais outras tábuas, incluindo a **"Extrapolada para as idades acima de 80 anos - Ambos os sexos"**, desde que na projeção dos aspectos biométricos dos segurados e de seus dependentes a utilização destas tábuas **não indiquem obrigações inferiores às alcançadas com o uso das tábuas referenciadas na alínea "a", inciso I do art. 21 da Portaria MF nº 464/2018, segregadas por sexo.**

AMBOS OS SEXOS

Idades Exatas (x)	l_x	q_x	e_x
57	87.663	0,00822196	25,05
58	86.942	0,00882478	24,26
59	86.175	0,00947027	23,47
60	85.359	0,01017097	22,69
61	84.491	0,01094259	21,92
62	83.566	0,01179698	21,15
63	82.580	0,01274726	20,40
64	81.527	0,01379947	19,66
65	80.402	0,01493572	18,93
66	79.202	0,01617757	18,21
67	77.920	0,01757826	17,50
68	76.551	0,01916758	16,80
69	75.083	0,02094105	16,12
70	73.511	0,02285540	15,45
71	71.831	0,02491393	14,80
72	70.041	0,02717753	14,17
73	68.138	0,02967458	13,55
74	66.116	0,03240883	12,95
75	63.973	0,03534470	12,37
76	61.712	0,03849994	11,80
77	59.336	0,04195337	11,25
78	56.847	0,04575308	10,72
79	54.246	0,04991208	10,21
80	51.538	0,05398753	9,73
81	48.756	0,05825771	9,25
82	45.915	0,06275005	8,79
83	43.034	0,06749614	8,35
84	40.130	0,07253264	7,92
85	37.219	0,07790241	7,50
86	34.319	0,08365600	7,09
87	31.448	0,08985348	6,69
88	28.623	0,09656686	6,30
89	25.859	0,10388328	5,92
90	23.172	0,11190920	5,55
91	20.579	0,12077612	5,18
92	18.094	0,13064827	4,83
93	15.730	0,14173334	4,48
94	13.500	0,15429764	4,14
95	11.417	0,16868771	3,80
96	9.491	0,18536194	3,47
97	7.732	0,20493768	3,14
98	6.147	0,22826268	2,82
99	4.744	0,25652560	2,51
100	3.527	0,29142878	2,21
101	2.499	0,33545771	1,91
102	1.661	0,39228201	1,62
103	1.009	0,46724349	1,34
104	538	0,56740274	1,08
105	233	0,69845208	0,85
106	70	0,84957230	0,66
107	11	0,96527114	0,53
108	0	0,99849962	0,50
109	0	0,99999765	0,50
110	0	1,00000000	0,50
111	0	1,00000000	0,50



Tábua de Entrada em Invalidez Álvaro Vindas

x	i_x
15	0,000 575
16	0,000 573
17	0,000 572
18	0,000 570
19	0,000 569
20	0,000 569
21	0,000 569
22	0,000 569
23	0,000 570
24	0,000 572
25	0,000 575
26	0,000 579
27	0,000 583
28	0,000 589
29	0,000 596
30	0,000 605
31	0,000 615
32	0,000 628
33	0,000 643
34	0,000 660
35	0,000 681
36	0,000 704
37	0,000 732
38	0,000 764
39	0,000 801
40	0,000 844
41	0,000 893
42	0,000 949
43	0,001 014
44	0,001 088
45	0,001 174
46	0,001 271
47	0,001 383

x	i_x
48	0,001 511
49	0,001 657
50	0,001 823
51	0,002 014
52	0,002 231
53	0,002 479
54	0,002 762
55	0,003 089
56	0,003 452
57	0,003 872
58	0,004 350
59	0,004 895
60	0,005 516
61	0,006 223
62	0,007 029
63	0,007 947
64	0,008 993
65	0,010 183
66	0,011 542
67	0,013 087
68	0,014 847
69	0,016 852
70	0,019 135
71	0,021 734
72	0,024 695
73	0,001 707
74	0,031 904
75	0,036 275
76	0,041 252
77	0,046 919
78	0,055 371
79	0,060 718
80	0,069 084



CA/081/2022

São Paulo, 07 de março de 2022.

Ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Vargem Alta

REF. ESTUDO DO IMPACTO ATUARIAL

Conforme solicitado, segue estudo do impacto atuarial no Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Vargem Alta, decorrente de reajuste salarial dos devidos órgãos Municipais (IPREVA, Câmara, SAAE e Prefeitura) nos vencimentos dos segurados ativos, aposentados e pensionistas.

Para avaliar o impacto atuarial, calculamos o valor das Provisões Matemáticas Previdenciárias dos segurados na situação atual e com o aumento nos vencimentos.

As premissas utilizadas foram as mesmas adotadas na Avaliação Atuarial de 2022 do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Vargem Alta. A seguir os dados obtidos.



1. SITUAÇÃO ATUAL

Os dados obtidos na data base deste Estudo Atuarial foram os seguintes:

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	VABF	VACF	PROVISÃO MATEMÁTICA
Aposentadorias	48.632.480,47	15.675,22	48.616.805,25
Pensões	7.414.055,40	-	7.414.055,40
SUBTOTAL	56.046.535,87	15.675,22	56.030.860,65

BENEFÍCIOS A CONCEDER	VABF	VACF	PROVISÃO MATEMÁTICA
Servidores Ativos	108.264.086,35	26.157.429,27	82.106.657,08
SUBTOTAL	108.264.086,35	26.157.429,27	82.106.657,08

BENEFÍCIOS	VABF	VACF	PROVISÃO MATEMÁTICA
Concedidos	56.046.535,87	15.675,22	56.030.860,65
a Conceder	108.264.086,35	26.157.429,27	82.106.657,08
TOTAL	164.310.622,22	26.173.104,49	138.137.517,73

Benefícios a Conceder	R\$	8.661.126,91
Compensação a receber		8.661.126,91
Compensação a pagar		-

2. SITUAÇÃO COM O AUMENTO NOS VENCIMENTOS

Os dados obtidos na data base deste Estudo Atuarial foram os seguintes:

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	VABF	VACF	PROVISÃO MATEMÁTICA
Aposentadorias	55.346.388,93	50.675,60	55.295.713,33
Pensões	7.927.170,25	-	7.927.170,25
SUBTOTAL	63.273.559,18	50.675,60	63.222.883,58

BENEFÍCIOS A CONCEDER	VABF	VACF	PROVISÃO MATEMÁTICA
Servidores Ativos	128.027.173,49	30.475.306,07	97.551.867,42
SUBTOTAL	128.027.173,49	30.475.306,07	97.551.867,42

BENEFÍCIOS	VABF	VACF	PROVISÃO MATEMÁTICA
Concedidos	63.273.559,18	50.675,60	63.222.883,58
a Conceder	128.027.173,49	30.475.306,07	97.551.867,42
TOTAL	191.300.732,67	30.525.981,67	160.774.751,00

Benefícios a Conceder	R\$	10.242.173,88
Compensação a receber		10.242.173,88
Compensação a pagar		-



3. IMPACTO ATUARIAL

PASSIVO ATUARIAL	R\$
Situação Atual	129.476.390,82
Situação com reajuste	150.532.577,12
IMPACTO ATUARIAL	21.056.186,30

Conforme observado, o impacto atuarial no Plano Previdenciário é de R\$ 21.056.186,30.

Atenciosamente,



Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda.
Richard Dutzmann
MIBA 935

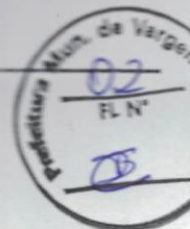




PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

MEMORANDO Nº 079/2022 - SEMAD



Vargem Alta - ES, 14 de março de 2022.

À Senhora
CLÁUDIA DOS SANTOS MATTOS
Gerente de Recursos Humanos

Cumprimentando-a cordialmente, venho por meio deste solicitar cálculo de impacto financeiro referente proposta de revisão geral referente IPCA 2021, de 10,06%, a ser concedido a todos os servidores municipais pelo Executivo Municipal.

Por fim, nos colocamos à disposição e apresentamos nossos votos de consideração e apreço.

Atenciosamente,




Berg da Silva

Secretário Municipal de Administração



FOLHA: 03

RÚBRICA: 

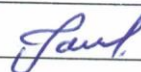
14/03/2022 - Secretarie de Finanças.
Segue anexo Informações para Cálculo
do Impacto Financeiro referente a
proposta de Revisão Geral ref
IICA 2021 de 10,06%. Após remeter
a Secretarie de Administração.



Claudia dos Santos Mattos
Gerente de Recursos Humanos
PMVA

Sec. Administração.

10/03/2022 - Segue Impacto Financeiro N° 026/2022,
fls 05 06.



Antônio Quirino Belém Rabelo
Contador
CRC 012178-0



INFORMAÇÕES PARA CÁLCULO DO IMPACTO FINANCEIRO

PREVISÃO DE DESPESAS COM PESSOAL

TOTAL DE SERVIDORES: 889

(Proposta de Revisão Geral: ref. IPCA 2021 (10,06%))

ITEM	TOTAL (R\$)	INSS PATRONAL (R\$)	IPREVA PATRONAL (19,88%) + CUSTO SUPLEMENTAR (22,70%) (R\$)	TOTAL
FOLHA DE PAGAMENTO NORMAL (REF. NOV/2021)	1.943.020,37	165.126,29	472.893,55	2.581.040,21
FOLHA DE PAGAMENTO COM REVISÃO GERAL DE 10,06%	2.138.488,21	181.737,99	520.466,64	2.840.692,84
DIFERENÇAS	195.467,84	16.611,70	47.573,09	259.652,63
TOTAL ANUAL DAS DIFERENÇAS (inclusive 13º/férias/encargos)			-	3.462.035,06
MÉDIA MENSAL.....			-	288.502,92

- OBS: Para obtenção dos valores acima foram considerados somente as verbas que sofrerão a revisão prevista, tendo por base o mês de Novembro/2021.
- Está incluso no cálculo a previsão do Salário Mínimo para 2022 valor R\$ 1.212,00 .

Vargem Alta, 14 de março de 2022.


 Claudia dos Santos Mattos
 Gerente de Recursos Humanos
 DMVA





PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA

Na qualidade de Prefeito do Município de Vargem Alta-ES, DECLARO os devidos fins, conforme disposto no artigo 16, inciso II da Lei Complementar nº 101/200, que o objeto de levantamento de impacto orçamentário e financeiro, encontra-se em conformidade com a previsão de gasto com pessoal estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentária para 2022, por não ultrapassar o limite máximo de gasto com pessoal estabelecido no art. 20 da LRF que é de 54%, além de não comprometer as ações previstas no Plano Plurianual e as metas e resultados fiscais do município.

VARGEM ALTA-ES, 24 de março de 2022.

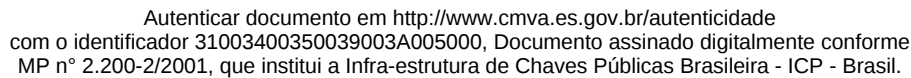

Elieser Rabello
Prefeito Municipal



Paul

VEREIRO DE 2022

NTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Administração, Emissão: 10/07/2022, às 08:33:33



ELIESER RABELLO

PREFEITO MUNICIPAL

CPF: 756.501.977-20

ANTONIO CIRINO HELEM RABELO

CONTADOR - CRC-012178-0



Pl 05
Paul.

RELATÓRIO DE IMPACTO FINANCEIRO Nº 026/2022

SOLICITAÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

Trata o presente Impacto Financeiro que poderá sofrer a folha de pagamentos, em virtude da revisão geral de salários na ordem de 10,06 %, referente ao IPCA 2021 concedida a todos os servidores municipais.

Conforme Relatório de Gestão Fiscal apresentado pela Contabilidade da Prefeitura Municipal de Vargem Alta em 28/02/2022 e levantamento das despesas com folha de pagamento, constantes do Processo mencionado, apresentamos o seguinte relatório:

Receita Corrente Líquida Acumulada até 28 de fevereiro 2022 atualizada.	80.346.620,27
Gasto Total com Pessoal Acumulado já comprometido até 28 de fevereiro de 2022	32.787.645,75
Percentual de Comprometimento de Gasto com Pessoal antes das alterações (%)	40,81
Valor a ser acrescido no Gasto Total com Pessoal, com as alterações pretendidas – anual	4.669.804,04
Gasto total projetado em curso como as alterações pretendidas	37.457.449,79
Receita Corrente Líquida Acumulada até 28 fevereiro de 2022	80.346.620,27
Percentual do Gasto com Pessoal com as alterações pretendidas (%)	46,62
Limite Máximo Permitido com Gasto de Pessoal (54,00%)	43.387.174,95
Limite Prudencial com Gasto de Pessoal (51,30%)	41.217.816,20

OBSERVAÇÃO: Os cálculos foram realizados baseados nas projeções feitas pelo Setor de Recursos Humanos, tomando-se por base a média salarial mensal mais os encargos, evidenciando o gasto total com pessoal em virtude do reajuste pretendido.

Apesar do percentual apurado, tenha sofrido pequena alteração, permite que o reajuste seja concedido, haja visto que a despesa com pessoal do Município de Vargem Alta se encontra



F106
Paul.

dentro do limite permitido, ou seja, 46,62 (quarenta e seis e sessenta dois centavos , por cento), inferior a 95% (noventa e cinco por cento) do limite permitido.

Importante observar o que estabelece o Art. 22 da Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

“Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição ;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

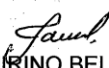
IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.”

O acompanhamento da projeção apresentada deve ser periódico, visto as possíveis variações na Receita Corrente Líquida e no gasto com pessoal nos próximos meses.

* Os valores em percentuais sofrem arredondamentos.

Vargem Alta, 14 de março 2022.


ANTÔNIO QUIRINO BELÉM RIBELO

Contador

Antônio Quirino Belém Rabelo
Contador
CRC 012178-O



MUNICÍPIO DE VARGEM ALTA - ES - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
FEVEREIRO DE 2022

RDF - ANEXO I (RDF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LÍQUIDADAS													
	MAR/2021	ABR/2021	MAY/2021	JUN/2021	JUL/2021	AGO/2021	SET/2021	OCT/2021	NOV/2021	DEZ/2021	JAN/2022	FEB/2022	Total (Últimos 12 meses) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.599.157,36	2.607.169,70	2.517.640,99	2.482.656,03	2.523.625,25	2.540.816,56	2.600.717,91	2.604.929,78	3.124.828,03	4.166.584,26	3.008.921,25	2.685.776,79	33.462.823,91	
Pessoal Ativo	2.599.157,36	2.607.169,70	2.517.640,99	2.482.656,03	2.523.625,25	2.540.816,56	2.600.717,91	2.604.929,78	3.124.828,03	4.166.584,26	3.008.921,25	2.685.776,79	33.462.823,91	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	2.007.446,96	2.020.460,93	1.946.458,30	1.917.586,78	1.949.201,04	1.967.200,82	2.013.918,65	2.011.227,15	2.469.034,59	3.397.170,12	2.410.118,30	2.049.914,34	26.159.775,98	
Obrigações Patronais	591.710,40	586.708,77	571.182,69	565.069,25	574.424,21	573.615,74	586.799,26	593.702,63	655.793,44	769.414,14	598.802,95	635.862,45	7.303.085,93	
Pessoal Inativo e Pensionistas														
Aposentadorias, Reserva e Reformas														
Pensões														
Outras desp. pessoal decorr. contr. tercir. ou Contrat. de forma indireta (§ 1º d														
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	80.875,29	112.630,33	60.823,03	30.635,50	10.172,76	25.711,54	34.254,19	24.336,93	10.091,00	223.231,53	28.347,34	33.908,72	678.179,16	
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária	78.973,17	110.730,31	58.922,91	28.735,38	8.272,64	23.811,42	32.354,07	22.436,81	8.190,88	221.431,41	26.447,22	32.008,60	652.376,72	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	1.900,12	1.900,12	1.900,12	1.900,12	1.900,12	1.900,12	1.900,12	1.900,12	1.900,12	1.900,12	1.900,12	1.900,12	22.801,44	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração														
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2.518.282,07	2.494.539,37	2.456.817,96	2.452.020,53	2.513.452,49	2.515.105,02	2.566.463,72	2.580.592,85	3.114.737,03	3.943.252,73	2.980.573,91	2.651.868,07	32.784.644,75	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	MAR/2021	ABR/2021	MAY/2021	JUN/2021	JUL/2021	AGO/2021	SET/2021	OUT/2021	NOV/2021	DEZ/2021	JAN/2022	FEB/2022	Total (Últimos 12 meses)
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	6.806.953,31	5.185.842,68	5.408.835,35	6.473.236,06	6.750.443,05	6.561.387,02	6.842.777,09	6.563.349,17	6.335.926,90	10.603.417,24	6.080.206,78	6.645.245,62	80.346.629,27
(c) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º da CF)													
(c) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166-A, § 16 da CF)													
(V)													
(VI)													
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	6.806.953,31	5.185.842,68	5.408.835,35	6.473.236,06	6.750.443,05	6.561.387,02	6.842.777,09	6.563.349,17	6.335.926,90	10.603.417,24	6.080.206,78	6.645.245,62	80.346.629,27
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III + III b)	2.518.282,07	2.494.539,37	2.456.817,96	2.452.020,53	2.513.452,49	2.515.105,02	2.566.463,72	2.580.592,85	3.114.737,03	3.943.252,73	2.980.573,91	2.651.868,07	32.787.646,75
LIMITE MÁXIMO (IX) (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	3.675.214,79	2.800.355,05	2.920.771,09	3.495.547,47	3.645.239,25	3.543.148,99	3.695.099,63	3.544.208,55	3.421.400,53	5.774.445,31	3.283.311,66	3.589.432,63	43.387.179,95
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	3.491.454,05	2.660.337,20	2.774.732,54	3.320.770,10	3.462.977,29	3.365.991,54	3.510.344,65	3.366.598,12	3.250.330,50	5.485.723,04	3.119.146,08	3.409.011,00	41.217.384,30
LIMITE DE ALÍQUOTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	3.307.693,31	2.520.319,54	2.628.693,98	3.145.992,72	3.280.715,53	3.188.834,09	3.325.589,67	3.189.787,69	3.079.260,48	5.197.000,76	2.954.980,49	3.229.589,37	39.048.457,46
% DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre RCL (XII) = (VIII/VII)*100	37,09	48,10	45,42	37,58	37,23	38,33	37,51	39,32	49,16	36,89	49,02	39,91	40,81

Fonte: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretária Municipal De Administração, Emissão: 16/05/2022, às 08:59:10

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretária Municipal De Administração, Emissão: 16/03/2022 - às 08:49:10

IMPRESSÃO: Antônio Q. B. Radeiro



MUNICÍPIO DE VARGEM ALTA - ES - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
FEVEREIRO DE 2022

RCF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

ELIESER RABELLO
PREFEITO MUNICIPAL
CPF-756.501.937-20

ANTONIO DOURINO BELEM RABELO
CONTADOR - CRC- 012178-O

R\$ 1,00

STN/SCONFI

Autenticar documento em <http://www.cmva.es.gov.br/autenticidade>
com o identificador 31003400350039003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.





PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

ANEXO

ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

(Artigo 16, inciso I da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000)

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO EM CUMPRIMENTO AO ESTABELECIDO NOS ARTIGOS 16 e 17 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000, REFERENTE AO PROJETO DE LEI QUE “CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL AOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E AGENTES POLÍTICOS, NOS TERMOS DO ART. 37, X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CONSIDERANDO que os atos governamentais que acarretem aumento de despesa deverão acompanhar a estimativa do impacto orçamentário-financeiro, na forma de que tratam o art. 16, inciso I, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

CONSIDERADO o disposto no artigo 17, *caput* do referido diploma fiscal, que conceitua a despesa de caráter continuado como sendo aquela cuja execução ultrapassa dois exercícios financeiros;

CONSIDERANDO, ainda, que além do impacto orçamentário e financeiro, o ato que criar despesa de caráter continuado, assim definida, deverá demonstrar a origem dos recursos para o seu custeio, como preceitua o artigo 17, §1º da LRF;

CONSIDERANDO que qualquer aumento de despesa requer adequação orçamentário-financeira com a Lei Orçamentária e com as metas de resultados fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias;

CONSIDERANDO que poderá ser irregular, não autorizada e lesiva ao patrimônio público a geração de despesa que não atenda às condições da Lei de Responsabilidade Fiscal, acarretando maiores responsabilidades para o ordenador de despesas da unidade gestora;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 169 da Constituição Federal que impõe a observância dos limites e percentuais de gasto com o pessoal pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios;





PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CONSIDERANDO que o município de Vargem Alta, atualmente, está com o limite de gasto com pessoal em 40,81%, abaixo, portanto, do limite prudencial estabelecido na legislação que é de 51,30%.

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de concessão de revisão geral anual, em cumprimento ao disposto no inciso X, do Art.37, da Constituição Federal e que o percentual da revisão para os servidores públicos municipais e para os subsídios dos agentes políticos será o correspondente às perdas inflacionárias medidas pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor – Amplo, no período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021, no percentual de 10,06% referente ao ano de 2021, calculado sobre o respectivo vencimento e subsídio.

O presente relatório de impacto orçamentário e financeiro visa atender o disposto na Constituição Federal, art. 169 e na Lei Complementar nº 101/00, artigos 16 e 17, no que se refere à expansão, criação, aperfeiçoamento de ação que acarrete aumento de despesa, bem como as despesas decorrentes de lei que fixe para o ente um caráter contínuo e obrigatório, respectivamente.

Primeiramente, necessário consignar que os valores auferidos foram encaminhados pelo setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Vargem Alta, do SAAE (Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto) e do IPREVA (Instituto de Previdência de Vargem Alta – ES).

Os valores propostos compreendem o pagamento de doze parcelas de salário com as verbas que o integra, décimo-terceiro salário, adicional de férias, encargos, contratos de terceirização de pessoal, dentre outras despesas de pessoal, cuja previsão foi calculada com base no atual quadro de servidores do município de Vargem Alta-ES.

O cálculo envolve o levantamento dos custos dos cargos e suas respectivas vagas ocupadas, incluindo os subsídios dos agentes políticos para o exercício corrente e os dois subsequentes da entrada em vigor da Lei que autorizar o reajuste citado acima. Para efeitos de composição de gasto com pessoal e respectivo apontamento do impacto orçamentário e financeiro, foi considerado os cargos comissionados de maneira integral.

O custo patronal para os cargos comissionados e agentes políticos está estimado em 22%, visto que ambos são contribuintes obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social.





PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Já o custo patronal para os cargos efetivos, contribuição obrigatória para o RPPS, está estimado em 19,88% e o custo suplementar 22,70%.

Para o exercício de 2022 estima-se que o reajuste salarial proposto irá gerar um acréscimo anual na folha de pagamento de aproximadamente R\$ 4.669.804,04 (quatro milhões seiscentos e sessenta e nove mil oitocentos e quatro reais e quatro centavos), calculado com base no salário mensal de fevereiro de 2022 de cada cargo (efetivo, comissionado e agentes políticos) existente na estrutura.

A correta interpretação do Art.16 da Lei de Responsabilidade Fiscal está na expressão aumento de despesa disposta no seu *caput* – *in verbis*:

Art.16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarreta aumento de despesa será acompanhada de:

I- Estimativa do impacto orçamentário no exercício em que deva entrar em vigor e nos subsequentes;

II- Declaração do ordenador de despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Desta forma, para o **Exercício financeiro de 2022**, prevê uma despesa total com pessoal e encargos sociais de R\$ 37.457.449,79 (trinta e sete milhões quatrocentos e cinquenta e sete mil quatrocentos e quarenta e nove reais e setenta e nove centavos), já considerando o acréscimo de R\$ 4.669.804,04 (quatro milhões seiscentos e sessenta e nove mil oitocentos e quatro reais e quatro centavos) referente ao reajuste salarial proposto, que com base em uma receita corrente líquida arrecadada nos últimos doze meses de R\$ 80.346.620,27 (oitenta milhões trezentos e quarenta e seis mil seiscentos e vinte reais e vinte e sete centavos) a prospecção do gasto com pessoal será de **46,62%**. Limite este inferior ao prudencial estabelecido no art. 22 da LRF que é de 51,30%, e ao limite para emissão de parecer de alerta pelo Tribunal de Contas dos Estados, que é de 48,60%, conforme Inciso II, parágrafo 1º, do art. 59 da LRF.

Ressalta-se, ainda, que os cálculos efetuados para 2022 levaram em consideração ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE a previsão de gasto com pessoal para 2022 e o reajuste salarial do quadro de funcionários do município, não sendo objeto da presente proposição





PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

qualquer tipo de elevação do gasto com pessoal acima dos valores previstos na proposta Orçamentária de 2022.

Para o Exercício de 2023, a estimativa é de que a receita corrente líquida atinja o montante de R\$ 81.955.400,00 e o gasto estimado com pessoal, calculado com base na estrutura de gastos prevista na proposta Orçamentária de 2022, poderá atingir o montante de R\$ 38.600.000,00, resultando em um percentual de gasto com pessoal para **2023** de **47,10%**, inferior ao limite prudencial estabelecido através do Parágrafo Único do art. 22 da LRF que é de 51,30% e ao limite para emissão de parecer de alerta pelo Tribunal de Contas dos Estados, que é de 48,60, conforme Inciso II, parágrafo 1º, do art. 59 da LRF.

Já para o **Exercício de 2024**, a estimativa é de que a receita cresça cerca de 5,48%, atingindo o montante de R\$ 86.440.000,00 e o gasto estimado com pessoal poderá atingir o montante de R\$ 40.050.000,00, com base em um crescimento de 6,00%, resultando em um percentual de **46,85%**, índice este, inferior ao limite máximo de gasto com pessoal estabelecido no art. 20 da LRF que é de 54%, e ao limite prudencial estabelecido através do Parágrafo Único do art. 22 da LRF que é de 51,30% e superior ao limite para emissão de parecer de alerta pelo Tribunal de Contas dos Estados, que é de 48,60, conforme Inciso II, parágrafo 1º, do art. 59 da LRF, conforme demonstrado a seguir:

CÁLCULO E ESTIMATIVA DOS LIMITES LEGAIS			
ANO	RCL	GASTO COM PESSOAL	%
2022	80.346.620,27	37.457.449,79	46,62
2023	81.955.400,00	38.600.000,00	47,10
2024	86.440.000,00	40.050.000,00	46,85

Salienta que, em todas as projeções foi considerado uma evolução conservadora da receita corrente líquida, objetivando garantir ao executivo municipal o cumprimento dos limites máximos de gasto com pessoal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000, além de um crescimento conservador da folha de pagamento, bem como o que dispõe o artigo 17 da referida Lei.

No que diz respeito à receita corrente líquida, há de se considerar que, por força do Inciso IV do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 101/2000, existem valores significativos arrecadados pelo município que não poderá ser utilizado para pagamento da





PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

folha de pessoal do executivo municipal, gerando em tese, um descompasso financeiro para o município quitar as obrigações decorrentes da folha de pagamento.

A título de exemplo, demonstra a seguir alguns dos valores arrecadados pelo município, que fazem parte da RCL-Receita Corrente Líquida, e que não podem ser utilizados para pagamento de pessoal:

VALORES INTEGRANTES DA RCL
IMPOSSIBILIDADE DE PAGAMENTO DE PESSOAL
Descrição
Contribuição para o Custeio do Serv. de Iluminação Pública
Remuneração Depósito Bancário Recursos Vinculados
Remuneração dos Investimentos RPPS do Servidor
Royalties Federal
Transferências do FNDE
CIDE-Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Royalties Estadual
Transferência Convênio de Custeio
Transferência Convênio Transporte Escolar

Portanto, além das projeções de gasto com pessoal, calculada com base na previsão de arrecadação para o Exercício de 2022, comportar a despesa de caráter continuado que é o reajuste salarial proposto, importante que o gestor leve em consideração as receitas vinculadas apresentadas anteriormente, pois apesar de fazerem parte da RCL-Receita Corrente Líquida do Município, as mesmas não poderão ser utilizadas para quitação da folha de pagamento.

Dessa forma, as receitas mencionadas anteriormente integram a base de cálculo da receita corrente líquida e não pode ser utilizada para pagamento da folha de pessoal, devendo se atentar as projeções futuras de pagamento quando da execução do reajuste proposto, aplicando, se for o caso, de instrumentos próprios e legais para diminuir a despesa em um cenário de dificuldade financeira do Município.

O Município de Vargem Alta apresentou um índice de gasto com pessoal de 40,81% em relação à Receita Corrente Líquida em fevereiro de 2022, estando abaixo do limite Prudencial que é de 51,30% e do limite de alerta 48,60%, sendo possível, diante das projeções, o reajuste proposto. Com relação à previsão orçamentária de dotação para gasto com pessoal, os valores pleiteados encontram-se devidamente previstos na Lei Orçamentária Anual de 2022.





PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Finalmente quanto às metas fiscais e as metas constantes do plano plurianual, pode-se afirmar que os valores objeto do estudo deste impacto não irão prejudicar diretamente as metas de resultados fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentária da Prefeitura de Vargem Alta – ES, para o exercício de 2022 e 2023 e 2024, devendo tão somente ser observado e avaliado o impacto financeiro das receitas com vinculação específica, que apesar de integrar a receita corrente líquida, utilizada como base de cálculo de apuração do gasto com pessoal, não podem ser utilizados para efetuar a despesa.

Ademais, os próprios instrumentos de peças orçamentárias (PPA, LDO e LOA) direcionam o gestor a adotar medidas saneadoras em caso de diminuição da receita, todavia o cenário de arrecadação, a projeção de arrecadação e demais viabilidades legais favorecem e permitem a prática do ato para promover o reajuste salarial dos servidores no patamar estabelecido.

VARGEM ALTA-ES, 24 de março de 2022.

Thadeu dos Santos Orletti
Secretário Municipal de Finanças





INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VARGEM ALTA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Ofício n.º 066/2022

Vargem Alta - ES, 21 de Março de 2022.

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR
ELIESER RABELO
DD. PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEM ALTA-ES

INFORMAÇÕES PARA CÁLCULO DO IMPACTO FINANCEIRO

Informações Folha de Pagamento ref. 02/2022	Salário	Inss Patronal 20,5%	Mensal	Anual
Aposentado com paridade	234.391,93	-	234.391,93	3.047.095,01
Pensionista com Paridade	18.114,89	-	18.114,89	235.493,57
Comissionados	9.613,12	1.970,69	11.583,81	150.589,52
Férias 1/3	3.204,37	656,90	3.861,27	3.861,27
	265.324,31	2.627,59	267.951,90	3.437.039,41

OBS: Para obtenção dos valores acima foram considerados somente as verbas que sofrerão a revisão prevista tendo por base o mês de FEVEREIRO/2022, podendo sofrer alterações havendo a concessão de novos benefícios.

No mais, observo que vários servidores já se encontram em abono permanência, podendo requerer suas aposentadorias a qualquer momento, o que elevaria o impacto por hora apresentado consideravelmente.

Ademais, cumpre-nos comunicar a Vossa Excelência que todo esse impacto pode afetar o desequilíbrio financeiro no decorrer do ano de 2022. Logo, compete ao tesouro o aporte para cobertura da insuficiência financeira, que deverá ser repassado ao IPREVA antes do final do exercício, ou seja, até 31/12/2022.





INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VARGEM ALTA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Por fim, segue o impacto:

PREVISÃO DE DESPESA COM PESSOAL (todas as categorias)

Folha de Pagamento com Revisão de 10,06%	Mensal	Inss Patronal 20,5%	Mensal	Anual/Impacto
Aposentado com paridade	23.579,83	-	23.579,83	306.537,79
Pensionista com Paridade	1.822,36	-	1.822,36	23.690,68
Comissionados	967,08	198,25	1.165,33	15.149,29
Férias 1/3	322,36	66,08	388,44	388,44
	26.691,63	264,33	26.955,96	345.766,20

Impacto total com Revisão de 10,06% (MENSAL) _____ R\$ 26.955,96

Impacto total com Revisão de 10,06% (ANUAL) _____ R\$ 345.766,20

Atenciosamente,


GIZELA MARIA PARESQUI
Assessora de Contabilidade e Finanças





CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

RELATÓRIO DE IMPACTO REAJUSTE GERAL

A Câmara Municipal de Vargem Alta vem por meio deste, dispor sobre a Estimativa do Impacto Orçamentário e Financeiro em cumprimento ao estabelecido nos artigos 15, 16, 17 e 21 da Lei Complementar n. 101/2000, referente ao projeto de Lei, que trata do reajuste dos servidores e vereadores da Câmara Municipal de Vargem Alta. A Câmara Municipal de Vargem Alta gastou nos últimos 12 meses, 1,95% da Receita Corrente Líquida do Município, dentro de um limite máximo disponível de 6%. O reajuste proposto acarretará neste exercício, um acréscimo de aproximadamente R\$ 151.443,75 (cento e cinquenta e um mil, quatrocentos e trinta e três reais, setenta e cinco centavos) nas despesas totais de pessoal (vencimentos e encargos), que representa em aumento percentual 0,19% (dezenovecentésimos por cento) da RCL de fevereiro de 2022, alterando o gasto com pessoal para aproximadamente 2,14%, conforme quadro abaixo:

DESPESAS	ATUAL	2022
VENCIMENTOS	1.268.147,65	1.389.055,91
OBRIGAÇÕES PATRONAIS (INSS/IPREVA)	297.211,34	327.746,83
TOTAL	1.565.358,99	1.716.802,74
% GASTO PESSOAL X RCL	1,95%	2,14%
RCL MUNICIPAL EM 28/02/2022	80.346.620,27	80.346.620,27

Desta forma os valores não atingirão os limites Legais do Art. 29-A da Constituição Federal, que determina no máximo 70% da Receita do Legislativo com pessoal, gasto este que passará a ser de 50,36% da Receita Total da Câmara Municipal neste exercício, e nem tampouco os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal que é de até 6% da RCL.

VANESSA DE PAULA
BARBOZA GIRELLI
FERREIRA: 08928038782

Assinado digitalmente por
VANESSA DE PAULA
BARBOZA GIRELLI
FERREIRA: 08928038782
Data: 2022.03.22 14:20:24 -
0300

CNPJ 39.289.723/0001-98

RUA NELSON LYRIO, 77 – CEP 29.295-000 – FONE/FAX: (28) 3528-1155 – VARGEM ALTA – ESPÍRITO SANTO



Autenticar documento em <http://www.cmva.es.gov.br/autenticidade>
com o identificador 31003400350039003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº
2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.



CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Para os exercícios seguintes, 2023 e 2024, há previsão para cumprimento do mesmo, baseado na projeção do PPA – 2022/2025, aprovado por esta Câmara (com acréscimo de 2%):

DESPESAS	PROJEÇÃO PPA	
	2023	2024
VENCIMENTOS	1.416.837,03	1.445.173,77
OBRIGAÇÕES PATRONAIS (INSS/IPREVA)	334.301,77	340.987,80
		-
TOTAL	1.751.138,79	1.786.161,57
% GASTO PESSOAL X RCL	2,14%	2,14%
RCL MUNICIPAL EM 28/02/2022	81.953.552,68	83.592.623,73

Observações importantes:

1. Foi utilizada como base, a Receita Corrente Líquida do Município de 28/02/2022 no valor de **R\$ 80.346.620,27**;
2. Foi utilizada como base para cálculos a folha de pagamentos de fevereiro de 2022;
3. O valor requerido representa 10,06% de reajuste nas tabelas de vencimentos

Assim sendo, o referido projeto encontra-se dentro da legalidade, podendo ser apreciado, sem prejudicar o andamento do Legislativo.

Sem mais para o momento.

Vargem Alta - ES, 22 de março de 2022.

VANESSA DE PAULA
BARBOZA GIRELLI
FERREIRA:08928038782

Assinado digitalmente por
VANESSA DE PAULA BARBOZA
GIRELLI FERREIRA:08928038782
Data: 2022.03.22 14:20:36 -0300

Vanessa de P. B. Girelli Ferreira

Contadora

CRC – ES 011904/O-7

CNPJ 39.289.723/0001-98

RUA NELSON LYRIO, 77 – CEP 29.295-000 – FONE/FAX: (28) 3528-1155 – VARGEM ALTA – ESPÍRITO SANTO



Autenticar documento em <http://www.cmva.es.gov.br/autenticidade>
com o identificador 31003400350039003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº
2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

**ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO
PARA GASTOS COM PESSOAL DO SAAE**

Em cumprimento ao disposto nos artigos 16 e 21 da Lei Complementar nº. 101/2000, e no parágrafo 1º e incisos do art. 169 da Constituição Federal, considerando as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias em consonância com o Plano Plurianual, emitimos o presente impacto:

FINALIDADE: Concessão de Reajuste aos Servidores em Regime Estatutário e Comissionados do SAAE de Vargem Alta para o exercício corrente.

JUSTIFICATIVA: O Impacto visa demonstrar condições orçamentárias e financeiras do exercício em curso de acordo com a previsão orçamentária e suporte financeiro alocado em suas respectivas fontes de recursos em compatibilidade com o Plano Plurianual e com as metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A despesa, objeto do presente estudo está compatível com o Plano Plurianual (PPA 2022/2025), com a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2022. Quanto a Lei Orçamentária Anual de 2022, existe dotação orçamentária prevista para atender as despesas decorrentes do Projeto de Lei, podendo surgir a necessidade de abertura de crédito adicional suplementar para reforçar o saldo das dotações orçamentárias caso despesa ultrapasse o limite orçado.

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA: A Receita Corrente Líquida, apurada na forma da LC 101/2020 no seu Art. 2º, inciso IV, foi considerada como sendo a Receita prevista no Anexo de Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício corrente e os dois subsequentes.

DESPESA COM PESSOAL: Para as Despesas com Pessoal, também apurada na forma da LC 101/2000 no seu Artigo 19, foi considerado para o exercício corrente e nos dois exercícios subsequentes os valores apontados na memória de cálculo que segue:

Memória de Cálculo:

Exercício 2022:

- RCL Prevista na LDO/2022: R\$ 55.615.000,00
- Valor Gasto c/ Vencimentos e Encargos Sociais Até Fev./2022 – R\$ 136.153,28
- Valor Médio Mensal (Janeiro/Fevereiro/2022) = R\$ 68.076,64 x 10 = R\$ 680.766,40
- Valor do Reajuste Concedido: R\$ 3.810,12 x 10 = R\$ 38.101,20
- Encargos do INSS sobre o Valor do Reajuste: R\$ 698,19 x 10 = R\$ 6.981,90
- **Despesa Total de Pessoal do Exercício: R\$ 862.002,78**
- Servidores Beneficiados com o Reajuste: (Planilha Anexa)

Exercício 2023:

RCL Prevista na LDO/2023: R\$ 57.035.616,00

Despesa Prevista: R\$ 905.102,92

Exercício 2024:

RCL Prevista na LDO/2024: R\$ 58.291.193,00

Despesa Prevista: R\$ 950.358,06



A metodologia de cálculo mostra o comportamento da RCL para o exercício corrente e os 02 (dois) subsequentes. Demonstramos também o comportamento da despesa com pessoal do SAAE após a concessão do reajuste e um possível reajuste de ordem de 5,00% para os exercícios vindouros.

PREVISÃO DE IMPACTO DA DESPESA SOBRE A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

	2022	2023	2024
Gastos totais projetados para o exercício com o aumento proposto.	862.002,78	905.102,92	950.358,06
Receita Corrente Líquida Prevista para o exercício.	55.615.000,00	57.035.616,00	58.291.193,00
Percentual de gasto com pessoal a ser comprometido no exercício com o projeto proposto.	1,55%	1,59%	1,63%

CONSIDERAÇÕES E/OU RESSALVAS:

A título de informação, destaca-se que excedendo a 95% do limite disposto nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar nº. 101/2000 terá por consequência as seguintes implicações:

Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

III - Municípios: 60% (sessenta por cento).

Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

III – na Esfera Municipal:

- (a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas do Município, quando houver;
- (b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de



aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

Ademais, caso posteriormente seja ultrapassado o percentual permitido de 54% no Poder Executivo, as seguintes medidas deverão ser tomadas:

Art. 23. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão referido no art. 20, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição. (Lei Complementar nº 101/2000)

Art. 169 da C.F - A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 3º Para o cumprimento dos limites estabelecidos com base neste artigo, durante o prazo fixado na lei complementar referida no caput, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão as seguintes providências:

I - redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;

II - exoneração dos servidores não estáveis.

§ 4º Se as medidas adotadas com base no parágrafo anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da lei complementar referida neste artigo, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal. (Constituição Federal)

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

X - **a remuneração dos servidores públicos e o subsídio** de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, **assegurada revisão geral anual**, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

Vargem Alta-ES, 23 de março de 2022.

JOSE AMERICO
SALVADOR:69678030772

Assinado digitalmente por JOSE
AMERICO
SALVADOR:69678030772
Data: 2022.03.24 07:37:48 -

0300



SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Largo Emílio David Tel/Fax [028] 99924-8726

CNPJ 31.724.255/0001-20

saaevalta@gmail.com - cep 29295-000 Vargem

CARGO	CPF	SALARIO BASE	REAJUSTE	VALOR DE REAJUSTE	SALARIO BASE REAJUSTADO	% INSTITUTO PATRONAL	INSTITUTO PATRONAL	VALOR DE IMPACTANTE	SALARIO BRUTO REAJUSTADO
Operador de sistemas de Água.	951.999.857-87	1.837,91	10,06%	184,89	2.022,80	22,70%	41,97	226,86	2.064,77
Operador de sistemas de Água.	015.187.297-03	2.127,60	10,06%	214,04	2.341,64	22,70%	48,59	262,62	2.390,22
Téc. em Contabilidade	780.344.777-53	3.484,92	10,06%	350,58	3.835,50	22,70%	79,58	430,17	3.915,09
Ajudante de Obras	077.439.667-98	1.269,40	10,06%	127,70	1.397,10	22,70%	28,99	156,69	1.426,09
Operador de sistemas de Água.	088.552.877-88	1.440,05	10,06%	144,87	1.584,92	22,70%	32,89	177,75	1.617,80
Operador de sistemas de Água.	799.658.067-72	1.837,91	10,06%	184,89	2.022,80	22,70%	41,97	226,86	2.064,77
Operador de sistemas de Água.	134.796.937-33	1.440,05	10,06%	144,87	1.584,92	22,70%	32,89	177,75	1.617,80
Agente Administrativo	007.949.287-81	2.722,96	10,06%	273,93	2.996,89	22,70%	62,18	336,11	3.059,07
Ajudante de Obras	559.691.437-15	1.469,47	10,06%	147,83	1.617,30	22,70%	33,56	181,39	1.650,86
LABORATORISTA	114.981.867-00	1.629,11	10,06%	163,89	1.793,00	22,70%	37,20	201,09	1.830,20
		19.259,38		1.937,49	21.196,87		439,81	2.377,30	21.636,68

CARGO	CPF	SALARIO BASE	REAJUSTE	VALOR DE REAJUSTE	BASE REAJUSTADO	% INSS PATRONAL	INSTITUTO PATRONAL	VALOR DE IMPACTANTE	SALARIO BRUTO REAJUSTADO
Assessor	124.402.027-38	1.716,96	10,06%	172,73	1.889,69	22,00%	38,00	210,73	1.927,69
Assessor	069.884.807-14	1.716,96	10,06%	172,73	1.889,69	22,00%	38,00	210,73	1.927,69
Diretor Geral	696.780.307-72	4.806,56	10,06%	483,54	5.290,10	22,00%	106,38	589,92	5.396,48
Assessor	998.529.857-87	1.716,96	10,06%	172,73	1.889,69	22,00%	38,00	210,73	1.927,69
Assessor	096.298.347-07	1.716,96	10,06%	172,73	1.889,69	22,00%	38,00	210,73	1.927,69
		11.674,40		1.174,44	12.848,84		258,38	1.432,82	13.107,22

JOSE AMERICO
SALVADOR:69678030772

Assinado digitalmente
por JOSE AMERICO
SALVADOR:69678030772
Data: 2022.03.24
07:47:31 -0300





Autenticar documento em <http://www.cmva.es.gov.br/autenticidade>
com o identificador 31003400350039003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.